

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COLETIVISMO NO BAIRRO:
UMA ANÁLISE SOBRE O FENÔMENO DA PARTICIPAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Santa Catarina, para obtenção do Grau
de Mestre em Ciências Sociais,
- Opção Antropologia -

MARIA SOLEDAD ETCHEVERRY DE ARRUDA GOMES

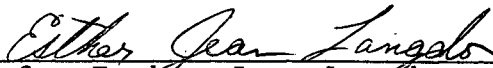
FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

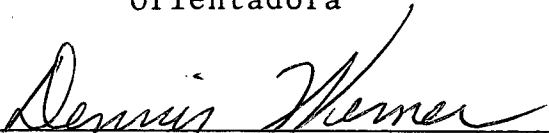
COLETIVISMO NO BAIRRO:
UMA ANÁLISE SOBRE O FENÔMENO DA PARTICIPAÇÃO

MARIA SOLEDAD ETCHEVERRY DE ARRUDA GOMES

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:



Profa. Esther Jean Langdon - Dra.
Orientadora



Profa. Dennis Wayne Werner - Dr.



Profa. Ilse Scherer-Warren - Dra.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Jean Langdon, orientadora desta dissertação, que com seu apoio científico, sua amizade e paciência, me ajudou a percorrer os caminhos desta experiência de aprendizagem;

Ao Prof. Dennis Werner, que com sua eficiência e criatividade deixou marcas fundamentais neste trabalho;

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação desta Universidade, agradeço pelo apoio e incentivo constantes durante todo o Curso de Mestrado;

Ao CNPq e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, sou grata pelo respaldo financeiro que me outorgaram durante o Curso;

A todos os meus entrevistados: moradores, lideranças e técnicos, que sem sua generosidade esta pesquisa não poderia ter sido realizada;

A Albertina, sou grata pela cooperação eficiente num momento ingrato deste trabalho, a datilografia;

Agradeço a todos os meus amigos, que se dispuseram a escutar-me pacientemente e conseguiram incutir-me otimismo nos momentos difíceis;

A meus companheiros, Juan, Clarisse e Lúcio, cujo esforço solidário sustentou cada momento deste trabalho.

RESUMO

A partir da escolha de dois bairros na cidade de Florianópolis que são servidos por projetos comunitários de cunho governamental, procurei detectar possíveis fatores que estariam inibindo ou estimulando a participação dos moradores nas práticas coletivas locais.

As expectativas do Desenvolvimento de Comunidade quanto à participação comunitária radica na suposição de uma mobilização espontânea dos moradores, quando através de um equipamento do tipo dos Centros Sociais Urbanos, cuja administração é entregue a um Conselho Comunitário local, é oferecida uma série de serviços para a população. Este tipo de projeto é o que está sendo desenvolvido nos dois bairros pesquisados, onde a lógica da participação se expressa no entanto, de forma bem mais complexa.

Alguns argumentos sustentam que fatores como a origem rural, a sobrevivência de atitudes tradicionais ou as características de uma suposta "cultura da pobreza" seriam inibidores para o engajamento coletivo - são testados, analisados e relativizados, sobretudo no que diz respeito a pressupostos preconceituosos em que se baseiam.

Os dados mostraram que o tipo de malha social é um fator fundamental a ser considerado na análise da participação coletiva. Uma malha social mais frouxa, independentemente do tipo de origem, predispõe os moradores a engajar-se em variados grupos locais. A malha mais estreita tende a inibir uma maior participação associativa por cumprir satisfatoriamente uma série de funções de assistência mútua entre seus membros. Esta atitude

que poderia ser considerada tradicional, pelo fato de valorizar e reforçar constantemente os laços sociais da rede, tem seu suporte, ao contrário do que poderia ser suposto pelos argumentos da "marginalidade" ou "cultura da pobreza", numa população de origem urbana antiga e que não sobrevive precisamente numa "cultura da pobreza".

Os fatores de participação variam de acordo ao tipo de coletivo considerado. Para o Conselho Comunitário, ser funcionário público (implicando estabilidade no emprego), ter mais laços sociais com colegas de trabalho, junto com uma tendência a valorizar uma maior ascensão social - são as variáveis que mostraram correlações mais significativas, quando cruzadas com a variável da participação no Conselho. No caso de um dos bairros pesquisados a ligação com grupos religiosos locais também desempenha importante estímulo à participação em torno desta associação de moradores. Por outro lado, um dos fatores de desestímulo parece correr por conta da própria avaliação que muitos fazem da política de ação pública. Tradicionalmente um jogo de poderes e influências onde um pacato cidadão fica excluído. O apoio passivo ou a simples abstenção sendo, então, muito práticas. O projeto de desenvolvimento comunitário tende a esgotar-se, assim, numa mera prestação de serviços.

ABSTRACT

This work examines the possible factors that inhibit or stimulate residents' participation in local communal activities. Two neighborhoods of Florianópolis which are served by governmental community projects were chosen for the research. The expectation of a spontaneous mobilization accompanying community development projects is challenged by a much more complex reality. The arguments that suggest factors such as rural origin, traditional attitudes, or the "culture of poverty" inhibit collective participation are tested and criticized. The data demonstrate that the type of social network is a fundamental factor in the analysis of associational tendencies. A loose network predisposes the residents to participation while the contrary occurs in tight social networks where the individuals gain support from a population of a much older urban tradition. The factors of participation vary according to the collective group considered. For the community council, to be a civil servant (implying employment stability and greater experience with bureaucracy) together with an aspiration of social mobility are the variables that demonstrate the most significant positive correlations. A fundamental factor of inhibition is found in the residents' evaluation that public action policy is a game of influences eminently exclusive. In such cases passive participation or abstention are considered to be practical attitudes, and the project of community development is reduced to a mere offering of services.

ÍNDICE

	Pág.
CAPÍTULO 1: SITUANDO O TEMA	1
- Um Tema Atual	1
- Um Tema com História	8
- "Comunidade": A "Participação Social" a Partir do Bair ro, um Tema Carregado	25
- Relativizando o Espaço "Comunitário" e a Suposta "Voca- ção Comunitária"	36
 CAPÍTULO 2: OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS E OS CSUs	 55
- O Conselho Comunitário e o CSU do Saco dos Limões	59
- O Conselho Comunitário e o CSU da Coloninha	64
 CAPÍTULO 3: A PESQUISA DE CAMPO	 70
- Seleção das Amostras	70
- Procedimentos de Extração das Amostras	72
- Algumas Considerações sobre o Trabalho de Campo	77
 CAPÍTULO 4: OS BAIRROS SACO DOS LIMÕES E COLONINHA	 95
- Formas de Ocupação	95
- As Populações: Semelhanças e Diferenças	109
 CAPÍTULO 5: ORIENTAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES	 135
= Orientação Social dos Moradores da Coloninha: "Sócios" e "Não Sócios"	135

- Participação dos Moradores nos Diferentes Grupos:	152
. Coloninha "Sócios" e "Não Sócios"	
. Sócios: Saco dos Limões e Coloninha	
. Tipos de Grupos e Fatores definidores de Participação	
 CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO	 177
 BIBLIOGRAFIA	 192
 ANEXOS: Anexo 1: Questionário da População	 200
Anexo 2: Código das Variáveis	214
Anexo 3: Ordem de Entrada das Variáveis no Arqui- vo	228
Anexo 4: Dados de todas as Entrevistas de Acordo à Ordem das Variáveis no Arquivo	238
Anexo 5: Notas de Esclarecimento sobre as Tabe- las	248

CAPÍTULO I

SITUANDO O TEMA

Um Tema Atual

A questão da participação de moradores de bairros através de associações ou outro tipo de movimentos surgidos a partir do âmbito do local de moradia é, sem dúvida, um tema de interesse atual. Políticos, cientistas sociais, técnicos de Serviço Social, planejadores e outros, encaram a importância deste fenômeno. A valorização destas práticas não é gratuita já que é sabido que no Brasil, desde a década de 70, os diversos movimentos surgidos a partir dos bairros, entre outros, tem adquirido uma ressonância política significativa. As práticas reivindicativas de moradores proliferam pelos bairros das cidades, constituindo-se num fato de visibilidade pública. Algo que ninguém mais "ousa" ignorar.

A modo de ilustração podem-se citar os dados a respeito da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), que segundo Montoro (1982), congregava 8.000 associações de moradores existentes no país, representando aproximadamente 25 milhões de pessoas. Mas embora o dado quantitativo seja relevante, o mais significativo é que este tipo de práticas conseguiu produzir reflexos evidentes ao introduzir um novo ingrediente no cenário das relações políticas. Tanto, que a "questão comunitária" ou a questão dos "movimentos sociais urbanos", virou centro de atenções.

Políticos de diversas tendências não se esquecem de cortejar as associações de bairros: ou por ser útil as suas aspirações políticas, ou por realmente considerar a relevância desta forma de expressão política "a partir das bases", ou quem sabe, pelas duas razões. A questão é que atualmente é, no mínimo útil, "lembrar-se" de valorizar as "comunidades".

Por outro lado é cada vez mais evidente a reelaboração do tema "comunitário" nos discursos oficiais de políticas de planejamento, investido cada vez mais de um conteúdo participacionista com contornos democráticos. Inclusive, diversos projetos que proclamam a "participação comunitária" tem sido implementados no âmbito dos bairros, seja para o atendimento de demandas, ou como antecipação de práticas diante da emergência das mesmas. O fato é que o Estado se vê pressionado a re-equacionar a "questão comunitária", se não sempre através de intervenções práticas, ou de um real reconhecimento do interlocutor, pelo menos a nível de um discurso de intenções.

Por sua vez, técnicos de Trabalho Social, responsáveis por desenvolver estes projetos de cunho estatal, ou por elaborar estratégias de atendimento a estas "comunidades", refletem e se posicionam diante do novo quadro social que vivenciam. Questionam-se a respeito do seu próprio papel como agentes diante das organizações populares. Refletem a respeito dos seus limites de ação no interior dos órgãos públicos. Questionam o conteúdo integracionista presente nos discursos de "participação comunitária" veiculado nos projetos de "desenvolvimento de comunidade" ou questionam práticas que desconsideram o valor das populações alvo. Critica-se a falta de espaço real à nível das instituições

de desenvolvimento social para oferecer uma contrapartida significativa às necessidades sentidas a nível da população. Enfim, estas e outras muitas questões são levantadas e debatidas na procura de situar-se diante do desafio que sugerem as "novas" práticas sociais.

Os cientistas sociais, diante da emergência destes movimentos procuram consolidar uma reinterpretação da dinâmica das classes na sociedade brasileira que já vinha se anunciando desde o início da década de 70, devido ao período de fechamento dos governos militares. Criticam as perspectivas que desclassificavam as classes trabalhadoras em função de um modelo ideal de atributos "adequados" de comportamento social e político, sendo consideradas como atrasadas, tradicionais e despreparadas para assumir uma identidade coletiva de classe. A heterogeneidade das classes trabalhadoras brasileiras e a industrialização desigual e tardia do país eram considerados os fatores, que conjugados, provocariam a indefinição das relações entre as classes e a correspondente "desclassificação" dos trabalhadores para assumir uma identidade coletiva de oposição à situação estrutural. Julgando que a consolidação do projeto de desenvolvimento industrial viria a permitir a implantação de relações claramente capitalistas, pensava-se que isto abriria o espaço para a mobilização de classe dos trabalhadores. Vendo a dinâmica das relações exclusivamente a partir da subordinação às condições da estrutura produtiva, o comportamento dos trabalhadores seria explicado em virtude destas determinações estruturais. Em função desta concepção não era pensado como possível que surgisse uma movimentação coletiva operária com expressão própria, dadas as determinações estruturais imperantes na sociedade brasileira e as consequentes carac-

terísticas da população. Numa perspectiva crítica comenta-se:

"A circularidade deste raciocínio, fechando todos os atributos intelectualmente imaginados para a classe na determinação do caráter desigual da sociedade, faz com que, necessariamente, a transformação histórica tenha que vir de um fator externo a ela - e daí aparece o Estado".
(Sader e Paoli, 1986, p. 51).

Assim, o Estado foi imaginado como o promotor de um projeto de democratização, ao facilitar o desenvolvimento da industrialização. Ou seja, a modernização do projeto econômico via Estado, abrindo espaço, por sua vez, à expressão das classes trabalhadoras ao implantar relações claramente capitalistas.

Como Sader e Paoli comentam, os acontecimentos políticos da fase 1964 e 1968, que fecham o Estado à experiência social, fazem rever as concepções que supunham o potencial de democratização embutido no projeto modernizador e a análise das classes populares em virtude de um modelo exterior as suas práticas reais.

"Em seu lugar os pesquisadores puseram a questão de como uma sociedade diversa e plural pode gerar transformações históricas (em direção à liberdade e democracia) - o que significa, abrir um lugar autônomo para sua representação".
(Sader e Paoli, 86, p. 52).

A análise se desloca agora para o campo das diversas práticas dos atores sociais, isto é, para as múltiplas dimensões onde se efetua o enfrentamento coletivo. Os trabalhadores são subitamente reconhecidos como sujeitos, expressando-se como tais, nas diversas situações do seu cotidiano. Não mais como objetos de um modelo irremediavelmente presos à estrutura. A heterogeneidade da classe popular não será considerada mais como um empecilho à manifestação política, mas uma realidade que começa a

ser acompanhada através dos diversos movimentos sociais específicos.

Desde esta nova perspectiva não tem mais sentido a catalogação dos atores sociais em função de um modelo idealizado de atributos necessários e "adequados". Comenta-se, então, que a incapacidade dos modelos anteriores radica na visão etnocêntrica que pressupunha normas valorativas de comportamento político e social (Leeds & Leeds, 1978), (Sader e Paoli, 1986).

Reconhecendo agora os atores em movimento se reconhecem suas práticas e sua capacidade de optar diante das situações em que se veem envolvidos. Não mais como criaturas castradas pelas determinações da estrutura, e nesta medida; desorganizados, passivos, apolíticos e/ou indivíduos presos as suas determinações culturais tradicionalistas que os fazem ser "eternas vítimas" de manipulações políticas e ideológicas. Mas uma população que vivencia o conflito, as relações de poder e a situação de desigualdade, e nesta medida capazes de desenvolver práticas sociais próprias, não meramente condicionadas do exterior.

Assim será valorizada, neste contexto teórico, a movimentação social dos moradores. Na medida em que vivenciando uma das situações específicas de espoliação no contexto urbano, se expressarão politicamente através de diferentes movimentos reivindicatórios.

Desde esta perspectiva dos "movimentos sociais" a visão de transformação e produção social se amplia. Onde um modelo exterior e etnocentrista cede passagem à capacidade de criação e expressão de uma população diversa, agora considerada como participante ativa de um processo.

Um suporte empírico desta proposta teórica estará, portanto, significativamente representada por este tipo de movimentação social no contexto urbano. Ou seja, relativa a estas reivindicações por serviços e bens de infraestrutura coletivos a partir do universo do local de moradia.

A relevância do assunto das práticas coletivas de moradores é, portanto, inquestionável. Tem-se constituído em importante foco de reflexões teóricas, pesquisas e propostas de ação social. Porém, se o fenômeno do aumento do número destas associações é um fato de conhecimento público, por outro lado, a adesão individual dos moradores de forma mais ativa e permanente representa um dos pontos problemáticos destes movimentos. Tanto assim, que é uma das questões que tem sido alvo de reflexões por parte dos estudiosos dos movimentos sociais (Doimo, A.M^a, 1984) (Walsh & Warland, 1983). Afora é claro, por parte das próprias lideranças, que se defrontam constantemente com a dificuldade de manter índices razoáveis de mobilização.

Assim, com a intenção de poder mergulhar um pouco neste fenômeno do coletivismo a nível de bairros, procurei detectar, através desta pesquisa, que tipo de fatores poderiam estar influenciando no engajamento individual das pessoas neste tipo de práticas coletivas que se caracterizam pelos seus objetivos reivindicativos, e que no caso se expressam de forma mais ou menos permanente e organizada através de uma associação, que é o instrumento criado com este fim. Ou seja, uma associação de moradores que surge com o objetivo específico de congregar os moradores, e enquanto tais, trabalharem em prol das melhorias do bairro.

Na tentativa de aproximar-me deste objetivo, considerei fundamental detectar, dentro do bairro, "quem são" as pessoas que participam ou não participam deste tipo de empreendimento. Ou seja, quais características pessoais e familiares apresentam e de que maneira algumas destas características poderiam estar influenciando nas suas disposições de ação coletiva. Apontando para certos "condicionantes" de cunho pessoal e familiar procurei avaliar o peso relativo destes nas tendências de participação.

Certas características, como por exemplo: o tipo de origem do morador (rural x urbana), características sócio-econômicas, o tipo de padrão de organização da unidade familiar, e outros aspectos, que inclusive desde o ponto de vista dos modelos idealizados de comportamento social da "modernização", seriam fatores explicativos por si, das distintas disposições de "participação social". Porém, sem a intenção de tomá-los como meros sintomas de "adequação" ou "defasagem" do comportamento social ideal, estes fatores poderiam mostrar-se muito sugestivos desde outra perspectiva, uma que reconheça a capacidade de opção das pessoas diante de certos "condicionantes".

Assim por exemplo, se fosse encontrada uma correlação significativa entre a pobreza econômica e a falta de "participação" - a explicação encontrada para esta tendência poder-se-ia dar em termos completamente diferentes às das pressuposições pautadas acima de preconceitos do tipo da teoria da modernização. Pode-se explicar, por exemplo, a partir de um julgamento feito por esta população a partir de um cálculo de custos e benefícios pessoais. Ou qualquer outra argumentação que possa sustentar estes dados em função do conteúdo de outras correlações.

Mas se estas referências pessoais e familiares são importantes de ser notadas é porque também apontam para dar os contornos do próprio contexto dos bairros. Desta forma, "quem são" estes moradores e "como se comportam" diante do fenômeno da associação de moradores denotará especificidades da dinâmica das relações sociais dentro de cada bairro, e como consequência, apontará para certas características particulares das próprias associações.

Neste ponto é importante fazer notar, que se múltiplos fatores podem ser considerados como afetando um possível tipo de engajamento, no caso desta pesquisa um fator específico tem que necessariamente ser contabilizado. Isto é, o próprio histórico destas associações, que pode-se dizer, foram "criadas" a partir da concretização do projeto dos Centros Sociais Urbanos em ambos bairros: Coloninha e Saco dos Limões. Um projeto que encontrou sua inspiração na filosofia de Desenvolvimento de Comunidade.

Já que o problema da adesão individual dos moradores a estas associações é um fato bastante comprovado, isto poderia estar relacionado à própria fraqueza do apelo. Neste sentido achei interessante considerar também o tipo de adesão dos mesmos moradores em outro tipo de grupos, principalmente grupos religiosos, que desde o início da pesquisa de campo pude perceber como tendo características de participação muito próprias.

Um Tema com História

O contexto prático e teórico recente justifica o fato

de ter escolhido como tema de pesquisa a questão das formas de coletivismo no âmbito do bairro. Mas se por um lado, a maneira de encarar atualmente este tema introduz uma série de ingredientes novos, como as reformulações surgidas a partir da perspectiva dos chamados movimentos sociais, por outro lado, o tema tem referenciais antigos na literatura acadêmica, que são fundamentais para quem pretende situar o tema "bairro" e "práticas coletivas". Inclusive estes representam influências muito vivas, sobretudo para aqueles que encaram o bairro como uma "comunidade" em termos analíticos e operacionais, associado por sua vez a um estereótipo de "carências" da sua população.

Ao escolher como universo de pesquisa o bairro eu assumo que ele é um campo válido para observação de relações sociais. Mas por que? Que tipo de relações sociais?

O tratamento desta questão remete para reflexões antigas em torno do comportamento coletivo que, por sua vez tem relações diretas com teorias tecidas em torno do "fenômeno urbano". A classificação dos coletivos referidos a um modelo pautado pelo urbano ou não urbano norteou as classificações dos velhos analistas sociais, preocupados por interpretar os distintos agrupamentos humanos em uma sociedade que experimentava mudanças visíveis em direção a uma industrialização e urbanização progressivas. Assim também, o tratamento deste tema está ligado às reflexões recentes no quadro teórico dos movimentos sociais urbanos na medida em que reconhecem a capacidade de expressão própria dos diversos atores através de suas diversas práticas, que assim como sujeitos políticos, serão considerados também, sujeitos culturais. Não meros receptores passivos e irracionais, de

tradições teimosas e defasadas, mas sujeitos dinâmicos que como tais poderão optar por certas práticas no intento de orientar suas ações no cotidiano. O local de moradia será um dos palcos onde estas práticas se manifestam.

Quando tomo a variável "participação" para avaliar uma das formas de coletivismo surgidas no contexto dos bairros, esta rei referindo-me a uma opção de formas de relacionamento ou prática social, entre outras, que é a associação. Isto é, o engajamento voluntário em grupos com certa organização que desenvolvem práticas que visam a satisfação de certas aspirações e objetivos específicos.

O conceito de "participação social" é central às teorias que tratam a respeito das formas de engajamento social, já que o próprio termo aponta ao fato de "pertencer" a um coletivo. Ou seja, aponta para o modo em que se processa a sociabilidade e o modo em que as pessoas se adaptam e sobrevivem no seu meio social. A partir disto, há somente um passo para a concepção de "tipos" com seus respectivos atributos fixos, para classificar os coletivos e julgar os sintomas "normais" ou "patológicos" de acordo com um modelo ideal estipulado.

Devido a isto, a capacidade de associativismo foi considerada como um dos atributos de populações "desenvolvidas", "participativas", "integradas", "modernas" e inclusive "politizadas". Ou seja, como um sinal de comportamento "adequado" de engajamento em sociedade. Sendo assim, a capacidade de manter práticas associativas organizadas recebeu uma carga valorativa muito grande, desde o ponto de vista de perspectivas conservadoras ou não, mas basicamente etnocentristas. Pleiteavam a "não

organização" (de acordo com moldes idealizados), como uma síndrome de "desintegração social" ou deficiência dos grupos e indivíduos que não se encaixavam nos modelos de comportamento pré-concebidos. Grupos ou categorias sociais que vêm a ser definidos pelas suas carências em todos os sentidos: econômicas, sociais, culturais, políticas, etc.

De acordo com a lógica destes modelos de comportamento pré-concebidos, as práticas associativas não se constituiriam em uma forma de relacionamento social opcional. Os grupos tipificados pelas carências não comportariam, pela sua definição, a possibilidade de opção. Os seus atributos determinando o estado de "falta de", excluindo por lógica a possibilidade da opção, na medida em que seriam meros objetos das suas determinações.

Neste contexto de raciocínio, a superação destas condições deveria partir de uma interferência externa, já que por si mesmas, estas populações estariam por atribuição, incapacitadas de superar-se. A mudança repousaria unicamente na "recuperação" social destas pessoas através da transformação de atitudes e valores que: ou em processo de fragmentação no contato com o urbano, ou irracionalmente persistentes na sua tradicionalidade, ou "cultura da pobreza", estariam em conflito com os requisitos do mundo moderno e/ou desenvolvido (urbano e industrial). Através da mudança induzida se possibilitaria a integração à sociedade, preparando estes grupos a encarar o projeto do progresso.

Estes pressupostos são assumidos pelos expoentes da Teoria da Modernização e aplicados pelas políticas de planejamento social através das propostas de Desenvolvimento de Comunidade.

Desde esta perspectiva a capacidade de organização investida em formas associativas seria uma das medidas por excelência para de finir "participação" social e julgar a "integração" dos grupos, sendo também o instrumento "nobre" nas propostas de mudanças induzidas. A idéia seria que através da reunião as pessoas poderiam buscar fórmulas de satisfazer seus problemas através dos próprios esforços e assim aprender comportamentos, desta vez "adequados", às exigências do progresso. Ao mesmo tempo isto lhes daria ou recomporia um sentimento de comunhão ou coesão perdido na passagem do universo rural para o urbano. Ou seja, reorganizando-os social e culturalmente.

Por via deste tipo de lógica, a "associação", como forma de manifestação da população, foi considerada sinal e instrumento eficaz para responder ao processo de mudança de atitudes e valores. Sendo assim, para estas políticas de planejamento social, as carências destes grupos "atrasados", "marginais", "subdesenvolvidos", "desagregados", etc. - poderiam ser enfrentados no contexto urbano a partir do universo do local de residência, por um lado, porque a "marginalidade" entre suas outras consequências (cultural, econômica, social, política), seria também detectada fisicamente. Ou seja, cristalizada em aglomerados habitacionais segregados espacialmente, do tipo das favelas ou bairros pobres da periferia urbana. Desta forma, a identificação do espaço urbano carente coincidiria com certo tipo de comportamento coletivo também "carente" dos seus moradores. O objetivo da intervenção seria então, atacar as "carências" no espaço físico onde se manifestaria, que deste este ponto de vista seria indissociável das outras manifestações de "marginalidade".

Por outro lado, o bairro em si seria um campo propício à detonação de formas coletivas de "recuperação" social, já que dadas as suas supostas características espaciais e de população (proximidade física das pessoas, homogeneidade, interesses comuns), representaria, em termos de planejamento, uma "unidade ótima para restaurar em bases novas as antigas comunidades" (Hilman, 1974). Visualizando o bairro como uma "comunidade" em potencial, pressupor-se-ia que o sentimento de união estaria pronto a ser resgatado, e que se trabalhado adequadamente através da forma associativa organizada permitiria tirar esta população da sua situação de carência generalizada. Ou seja, resgatar a "vocaçãõ comunitária" como ponte para uma participação social efetiva, "integrando" assim estas populações no processo de desenvolvimento.

Portanto, uma das maneiras de encarar o bairro e as práticas coletivas surgidas no seu âmbito estará apoiada nesta noção de "comunidade" e/ou área "marginal". Concepções que coincidem na forma de tratamento deste objeto. Primeiro, porque partem ambos, de modelos estereotipados de comportamento que se impõem à população numa espécie de irremediável determinismo. Ou seja, quem é morador deverá necessariamente exibir uma "vocaçãõ comunitária", ou quem é habitante "marginal" deverá necessariamente exibir todos os atributos de "carência" associados a sua condição. Segundo, porque ambos assumem como princípio básico uma concepção de sociedade integrada e harmônica, o que necessariamente os faz coincidir em associar traços negativos à população de certos bairros onde se concentra uma população pobre e geralmente de origem rural. Tanto que quando se adota o termo "comunidade" para definir o bairro, a instância analítica e operacional

do conceito se entrelaçam constantemente. Inclusive o termo "comunidade" no âmbito da cidade foi valorizado exatamente para contrapor-se a uma situação urbana vista como patológica, onde logicamente sempre os miseráveis levaram a maior culpa: como rurais, como tradicionalistas, como marginais. Enfim, onde a instância operacional da "comunidade" seria exatamente a "recuperação" destes grupos para a sociedade. Enfim, estes modelos de análise do social encontram suas bases históricas mas chamadas "teorias de contraste".

Nos fins do século passado e principalmente a partir do início deste século os autores procuraram explicações em termos de contrastes, que se constituíssem em referências válidas para analisar e classificar os tipos de coletivos humanos num processo de transformação. As oposições do tipo comunidade versus sociedade, sociedades de solidariedade mecânica versus orgânica, vida tribal ou rural versus urbana, tradicional versus moderno - surgem no contexto histórico de uma sociedade industrial e urbana que se consolidava progressivamente e trazia consigo novos fenômenos sociais que os analistas procuravam compreender e enfrentar.

Na tentativa de dar conta desta nova realidade, o recurso ao contraste na forma destes continuums de oposição era considerada como muito elucidativa. Por exemplo, Wirth (1938) comentava:

"A cidade e o campo podem ser encarados como dois polos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor. Visualizando-se a sociedade urbano-industrial e a rural de folk como tipos ideais de comunidades, poderemos obter uma perspectiva para análise de modelos básicos de as sociação humana conforme aparecem na civilização contemporânea".
(Wirth in: Velho, 1979).

Desta mesma forma, Redfield, chamará posteriormente a atenção para a importância da caracterização do tipo ideal de "comunidade" enquanto método. Que como ele diz, nos permitirá através de un "chain of thought", ter uma visão geral da sociedade. Ele afirmava:

"The subject is the forms of thought for understanding humanity; it is a book about method if one means by that word (community) not merely the techniques of observation and analysis, but also the conceptions which allow us to characterize and compare".
(Redfield, 1956, p. 1).

Teóricos como Wirth, Park e outros expoentes da chamada Sociologia Urbana, assim como Redfield no campo da Antropologia, serão herdeiros de pressupostos de autores mais antigos, na procura de definir os tipos de modos de vida. Assim, classificações bipolares feitas por Durkheim (1878) Tönnies (1887) e Cooley (1909), entre outros, influirão nas suas caracterizações.

O caráter da relação entre os membros de um grupo representou uma das variáveis explicativas básicas na conformação dos coletivos humanos. Baseado nisto Tönnies distinguiu entre o tradicional povoado rural onde predominavam as relações de "Gemeinschaft" (comunidade) e a cidade, com diferente modo de relacionamento, a "Gesellschaft" (sociedade ou associação). A "Gemeinschaft" estaria caracterizada pelo envolvimento de pessoas completas que poderiam satisfazer todos seus objetivos no grupo, unidos por um sentimento e emoção compartilhados e uma experiência comuns. A "Gesellschaft" corresponderia a um tipo de envolvimento parcial das pessoas, no intuito de buscar a realização de fins específicos e parciais através de um acordo racional de interesses. Ou seja, basicamente relações de tensão e de base

contratual. (Bottomore, 1973).

Tönnies concebia portanto a evolução da sociedade como a passagem do predomínio das relações de "Gesellschaft" sobre as de "Gemeinschaft". Com a mudança das relações baseadas na vida familiar e doméstica em um extremo do continuum para a vida urbana caracterizada pela sua impessoalidade, racionalidade e relações contratuais no outro extremo do continuum.

Bottomore lembra que esta distinção da análise de Tönnies não foi aplicada somente em sociedades, mas também foi aplicada pelo próprio autor para analisar grupos sociais dentro de uma sociedade. Portanto aplicada esta distinção também aos grupos, os tipos de Tönnies encontram grande semelhança com a classificação estabelecida por Cooley quanto a "grupos primários" e outros, que outros autores posteriores denominaram de "grupos secundários".

Os "grupos primários" de Cooley implicariam três condições: "proximidade física dos membros, tamanho reduzido do grupo e caráter permanente das relações" (Bottomore, 1973, p.107). Embora estas três condições estejam referidas a condições físicas, o essencial nestes, segundo Davis (1964) reside nos "valores e consideração recíproca" que mantêm unidas as pessoas. O caráter das relações sociais correspondentes a estas condições físicas dos grupos primários seriam: "relações pessoais, espontâneas, sentimentais e de sentido geral" em contraposição às de tipo secundário que seriam: "contratuais, econômicas, políticas e especializadas e de pouca duração" correspondendo por sua vez a diferentes condições físicas (ampliação do espaço e volume do grupo).

Durkheim, no seu livro A Divisão Social do Trabalho

(1878), elaborou a distinção entre sociedades de "solidariedade mecânica" e "solidariedade orgânica" para exprimir as diferenças entre sociedades simples ou tradicionais e complexas ou civilizadas. Para as sociedades de "solidariedade mecânica" ele destacou a homogeneidade dos indivíduos que sucumbiriam diante do coletivo de uma personalidade básica compartilhada. Em sociedades de "solidariedade orgânica", dotadas de grau elevado de divisão do trabalho, destacou aumento de volume da população, a densidade das relações sociais e a heterogeneidade, onde a especialização dos indivíduos cumpriria a função de complementar uns aos outros gerando este outro tipo de solidariedade, fruto de relações sociais deliberadas.

Enfatizando a solidariedade como dispositivo fundamental da organização social, Durkheim apontou para uma concepção de sociedade harmônica. O "normal" seria tudo aquilo que exercesse uma função condizente com a necessidade de manutenção do "organismo social", opondo-se ao "patológico" (anômico), concebido como algo que perturbaria o equilíbrio e integração. Uma anomalia ao corpo coeso da sociedade. Sendo assim, cada sociedade teria seu tipo característico de organicidade. Portanto, o que seria "normal" para um tipo de sociedade não o seria para outra. (Durkheim, 1981).

Tendo estas análises como referências e acompanhando os enormes problemas sociais gerados pelo crescimento das cidades no marco do desenvolvimento industrial capitalista pode-se compreender a posição assumida, por exemplo, pelos expoentes da Sociologia Urbana. Velho (1979) fala do contexto da época:

"Fenômenos desconhecidos até então, pelo menos em tal escala inclusive manifestações de 'patologia social' tais como sub-habitação, delinquência, marginalidade e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral".
(Velho, 1979).

Os expoentes da Sociologia Urbana da chamada Escola de Chicago, principalmente a partir da década de 20, atribuirão à cidade, o poder em si, para gerar consequências profundas para a vida social. Como disse Oliven (1985): encarando a cidade como uma variável independente e outorgando-lhe um forte valor explicativo per-se na análise dos fenômenos que ocorrem no seu interior.

Impressionados pelos fenômenos negativos que visualizavam e deviam ser enfrentados tenderam a enfatizar os aspectos desagregadores deste "estilo de vida" urbano. Ou seja: fragmentação de papéis sociais fruto da heterogeneidade, relações secundárias (portanto racionais, individualistas, superficiais, impessoais e geradoras de tensão), desorganização pessoal na ausência do sentimento de comunhão (prejudicado pelo contato com o urbano). Ou seja, basicamente um modo de vida marcado pelo "patológico" na medida em que a coesão do coletivo se via prejudicada.

No contexto desta mesma escola de pensamento, Redfield elaborará a seguir o conhecido modelo folk versus urbano, que influenciará muito o estudo dos grupos a partir da sua caracterização da "pequena comunidade" de folk ou rural.

Redfield conceberá a "pequena comunidade" como representante de um modo de vida abstrato (folk), em contraposição com o urbano. Neste ponto são nítidas as influências que ele recebe de Cooley, Durkheim e Tönnies a partir de suas respectivas classificações num continuum de evolução. Ele procurará detectar as características distintivas de "pequena comunidade" e a gradativa alteração desta a medida que se aproxima do modelo da

sociedade urbana, moderna e complexa.

Na descrição desta "comunidade" rural Redfield enfatiza o ingrediente integrativo. Ressalta a predisposição de seus membros para a coesão e solidariedade, na presença de uma homogeneidade e da manutenção de laços sociais de tipo primários (parentesco, grupo familiar e vizinhança). Laços sociais primários que correspondem as suas características físicas de pequenez, isolamento e proximidade espacial da sua população. Manifestando-se também, (como corresponde aos laços de tipo primários) um comportamento basicamente espontâneo e de tipo pessoal, além de tradicional e acrítico. Comportamento tradicional que se manifestaria pela tendência a perpetuar praticamente os mesmos padrões através das gerações. A própria homogeneidade espelhando a aceitação não refletida (acrítica) ou seja, o consenso com bases meramente sentimentais (não racional), equivalente por sua vez à repetição ou mudança muito lenta do modo de vida convencional: "homogeneous is equivalent to slow changing". (Redfield, 1956) , (Redfield cit. in Oliven, 1985).

Referindo-se a este modelo, Oliven comenta que a passagem do rural ao urbano concebida por Redfield estaria caracterizada pela fragmentação cultural das referências do mundo rural, onde: "as consequências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e desorganização".

Pode-se observar que até aqui, os autores citados criam os seus tipos opostos de coletivos no intuito de poder compreender e descrever a mudança surgida na população ao enfrentar um novo tipo de universo: complexo, heterogêneo, contratual etc., enfim, o urbano-industrial. Onde tanto ao urbano como ao rural ou seus equivalentes é atribuído um valor explicativo por si mesmo .

Ou seja, determinantes em relação a todos os fenômenos sociais que se processam no seu interior. Sendo assim, para os expoentes da Escola de Chicago, a passagem de um polo para outro do continuum, é marcada pelos sintomas "patológicos": a perda dos referenciais antigos que correspondiam ao modo de vida rural e a situação de ruptura criada no contato com a nova realidade urbana.

Nas décadas de 50 e 60, quando floresce o tema da Modernização na América Latina, serão associados uma série de atributos à "marginalidade" baseando-se nestas diferenças entre o rural e o urbano. Valorizando-se a "modernidade" como o estilo de vida condizente com o projeto de desenvolvimento, a manutenção da mentalidade "tradicional" seria considerada a própria perpetuação do "subdesenvolvimento". Sendo assim, a perpetuação dos atributos tradicionais que se corresponderiam aos associados para as populações rurais, seriam considerados em si, os próprios obstáculos ao desenvolvimento.

Segundo Perlman, algumas das atitudes tradicionais citadas neste tipo de literatura, consideradas como os empecilhos à modernização seriam as seguintes:

"Falta de controle sobre a natureza; fatalismo e religiosidade; falta de confiança na ciência, na tecnologia e inovação; incapacidade de planejar para o futuro; ausência de empatia; e um tipo de personalidade autoritária, não inclinada para a realização pessoal, interligada a relações de família, clã e parentesco" (Op. cit., p. 145).

Ou seja, as semelhanças com os atributos da ruralidade de Redfield são evidentes. Quando se fala em "falta de controle sobre a natureza", "falta de confiança na ciência", "incapacidade de planejar para o futuro"; coincide com o predomínio de uma visão localista, própria da pequena comunidade; e o seu cor-

respondente comportamento acrítico e reacionário à mudança. Assim como o "tipo de personalidade não inclinada para a realização pessoal interligada a relações de família, clã e parentesco" é o próprio indivíduo que emerge do modelo de Redfield, que sucumbe diante do coletivo coeso e consensual sustentado pelas relações primárias. A característica da religiosidade é por outro lado, apontada por Redfield como um dos pontos críticos de mudança a medida que se avança no continuum em direção à cidade urbana.

Redfield fala em fragmentação cultural e desorganização social e estes falam em manutenção da mentalidade tradicionalista mesmo na presença da cidade, mas coincidem na medida em que os teóricos da modernização assumem a tradição como uma presença deslocada e inapta. Ou seja, tanto em um ou outro caso esta população está distante dos atributos exigidos pelo modelo ideal do urbano, moderno ou desenvolvido.

Críticas fundamentais serão feitas ao modelo contrastivo do rural versus urbano, principalmente por Oscar Lewis. Este autor criticará o modelo de Redfield dizendo que na tentativa de fazer-se um retrato da comunidade como uma cristalização do ideal rousseauiano de convivência (cooperação, ajustamento e harmonia), esqueceu-se de considerar as evidências de violência, tensão, desconfiança, etc., que proliferavam nos povoados e aldeias rurais. Ou seja, questionando a pressuposição de coesão e harmonia para o universo rural da "pequena comunidade". Por outro lado, as evidências de vida de migrantes camponeses na cidade do México, negavam as suposições de que laços familiares se enfraquecessem, a secularização fosse inevitável, e assim por diante. Questionando assim o fenômeno da ruptura provocada pela

urbanização:

"Os Camponeses da Cidade do México adaptaram-se à vida urbana, com muito maior facilidade do que se poderia esperar, a julgar pelos estudos comparativos dos Estados Unidos e da teoria de 'folk' - urbana".

Completa ainda, a respeito de evidências no seu estudo que:

"A urbanização não constitui processo único, integral e universalmente semelhante, mas assume formas e significados diferentes, que dependem das condições históricas, econômicas, sociais e culturais prevaescentes".
(Lewis cit. in Oliven, 1985, pp. 17-18).

Para este autor, a "marginalidade" seria consequência de uma situação da pobreza, e assim como nega valor as proposições do continuum rural-urbano, para explicar a desagregação social ou a miséria, assim também negará que os sintomas sociais negativos de uma mentalidade "marginal" sejam devidos à persistência da visão de mundo tradicional cujas origens remontariam a um universo ruralizado. A marginalidade se explicaria pela "cultura da pobreza" e não pelos outros condicionantes.

Porém, mesmo relativizando as transformações advindas do processo de urbanização e apontando de maneira interessante para o fator da cultura da pobreza como uma adaptação a uma situação criada pela sociedade capitalista, Lewis acaba recriando um outro modelo estereotipado, o da cultura da pobreza. Este tem como referência contrastiva subjacente um modelo ideal de comportamento moderno ou "cultura urbana", que por lógica seriam os atributos opostos aos previstos para o modelo de pobreza. Portanto, novamente o raciocínio volta a "culpar a vítima" e reificar a cultura.

A cultura da pobreza constituir-se-ia num estilo de vida, que uma vez assimilado viria para perpetuar-se. Ao estereótipo dos grupos afligidos por esta condição ele associaria uma série de traços negativos: fatalismo, dependência, desamparo, apatia, inferioridade, visão localista e provinciana e principalmente, falta de integração e participação efetiva nas instituições básicas da sociedade na presença de um mínimo de organização que transcenderia o âmbito da família nuclear e extensa (Lewis, 1966). Ele afirma textualmente:

"É o baixo nível de organização que dá a cultura da pobreza sua qualidade anômala e marginal em nossa sociedade muito organizada". (Idem, p. 150).

Se para alguns teóricos da modernização, a transformação econômica poderia gerar a transformação social dos grupos subdesenvolvidos, para Lewis isto não seria suficiente:

"Melhores condições econômicas, embora absolutamente essenciais e da maior prioridade, não são suficientes para alterar basicamente ou eliminar a subcultura da pobreza".
(Lewis, cit. in Oliven, 1985, p. 19).

Para Lewis, a exigência fundamental para transpor esta situação seria a modificação comportamental e visão de mundo desta população. O grupo da DESAL (Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina), que influenciará notadamente as reflexões sobre a "marginalidade" e os trabalhos empíricos sobre "desenvolvimento comunitário" centrados na América Latina, concordará plenamente com esta idéia de Lewis. A transformação cultural destas populações carentes, passando pela criação de mecanismos de participação sócio-política, será considerada condição básica para a integração e conseqüente desenvolvimento.

Este grupo explorará, portanto, idéias centrais em Le-

wis: falta de participação, falta de integração e falta de organização. Concebidos como sinônimos de "marginalidade".

A "marginalidade" será considerada a antítese da integração, caracterizando-se pela completa falta de participação na sociedade. Ausência de participação que será concebida em duas dimensões: ativa, quando referida à falta de acesso aos centros de decisão e, passiva, quando relativa à falta de usufruto dos benefícios materiais da sociedade. Situação que derivaria, por sua vez, da desintegração social destes grupos e sua completa carência de qualquer forma de organização. (Perlman, 1977).

A suposição da sua incapacidade para reagir de forma autônoma e "adequada" a esta condição, levaria a sustentar que era necessária uma ajuda externa para contrarrestar a marginalidade. Neste sentido, seria fundamental o desenvolvimento de projetos especiais dirigidos a estes grupos, localizados tanto nas áreas segregadas nas cidades, quanto do campo. Projetos que objetivariam a "educação" dos comportamentos com vistas a uma "adequada" integração social.

Segundo Perlman (1977), estes programas que propugnavam a educação cívica das populações, originados na década de 60, não surgem por acidente. Já que "num período de reformismo político, que almejava provocar 'mudanças sem revolução'... a meta final era alcançar resultados dentro dos sistemas de relação de poder vigentes na América Latina" (Idem, p. 158). Um modelo de participação popular como "uma amálgama de políticas ativistas destinadas a combater a marginalidade e lutar contra a ameaça do comunismo" (Idem p. 156).

O objetivo chave seria provocar a transformação cultu-

ral, para promover a integração, onde o instrumento empírico correspondente seria a promoção da organização (através da mobilização da população em torno de questões comuns que afetariam seu cotidiano), em combinação com a injeção de recursos para promover melhorias materiais e assistenciais. Prática social que seria concebida como a forma "adequada" de participação. Isto foi seguido a risca no Chile, durante o governo Frei, onde a DESAL representou uma influência decisiva no seu governo de inspiração Democrata Cristã. Durante este período, proliferaram "Juntas de Vecinos", Centros de Mães pelos bairros populares das principais cidades chilenas e inclusive no campo. Conformando uma verdadeira rede de associações populares sob controle do governo. Ou seja, a "participação social" promovendo a "integração" (sem por em risco a unidade do sistema).

É importante notar que o projeto CSU implantado no âmbito dos bairros analisados nesta pesquisa se encaixa plenamente neste tipo de proposta de desenvolvimento comunitário, que surge no contexto deste modelo participativo-modernizador desenvolvido pela DESAL.

Comunidade: A "Participação Social" a Partir do Bairro - Um Tema Carregado -

Retomando a questão das formas de coletivismo e socialidade no âmbito do bairro, poderei destacar agora quais foram algumas marcas que deixaram estes antecedentes teóricos no tratamento do objeto.

A um tipo de espaço físico se associou um tipo de rela

cionamento estereotipado das pessoas. Sendo assim, para as políticas de Desenvolvimento Comunitário, por exemplo, o bairro vem a ser encarado em si, tendo o valor de uma variável independente. Concebido nestes termos como uma "comunidade", se assumem a priori os atributos ideais a ela associados: relações predominantes de tipo primário propiciando necessariamente um sentimento geral de solidariedade e coesão, onde haverá uma homogeneidade de interesses e experiências. Isto, na presença de uma área física relativamente pequena e a facilidade de contato entre as pessoas dada pela proximidade espacial, incidindo na manutenção de estreitos laços sociais que necessariamente desembocarão no despertar desta "vocação comunitária".

Valoriza-se o bairro como um enclave "comunitário" no quadro da cidade, mas com o objetivo de poder afinar-se a um princípio básico que foi herdado via direta desde Durkheim. A saber, o da sociedade funcionando como um todo harmônico e integrado. Assim, havendo populações que são facilmente detectadas no espaço urbano (no caso específico), pela sua situação "anômala", será a partir deste mesmo espaço, que por si será concebido como uma unidade com potencialidades próprias, que se poderá interferir para corrigir o distúrbio.

Isto implicará em tratar o bairro como uma unidade sócio-espacial ideal para a "operação de resgate" das populações que se encontram em processo de "desagregação social". Seja por "cultura da pobreza", "tradicionalismo" ou "ruptura urbana".

Neste momento se assume outro pressuposto que é muito bem desenvolvido de forma crítica por Oliven:

"Subjacente aos modelos de autores como Wirth e Redfield (e também Lewis, na medida em que Oliven

diz que ele esquece o seu principal postulado que é o do relativismo cultural) está uma perspectiva culturalista, que procura explicar a dinâmica de uma sociedade em função das representações culturais que se acredita dela fazem parte seus membros. Sob este ângulo a cultura é encarada não como um fenômeno que é produzido pelos homens como resultado de relações sociais, mas como algo externo à sociedade e que seria uma espécie de variável independente. O comportamento social passa a ser explicado como resultado da cultura e não o contrário".
(Oliven, 1985, p. 18).

Ou como também é expressado por Durham ao criticar esta postura:

"A 'cultura' aparece assim como um fenômeno essencialmente irracional e a dinâmica cultural se reduz a um processo induzido de ressocialização que removeria os obstáculos, representados pela existência de padrões inadequados ao desenvolvimento satisfatório da sociedade".
(Durham, 1977, p. 3).

Determina-se, portanto, que as causas do "distúrbio" são fruto de uma defasagem de comportamento face as novas exigências da sociedade urbana, industrial e moderna, originária da armadilha do fenômeno cultural. Onde a persistência de padrões culturais de origem tenderiam a perpetuar-se mesmo que sob novas circunstâncias. Neste ponto Durham ironiza:

"Os indivíduos manifestariam em relação a estes padrões, adquiridos no passado, o mesmo tipo de apego que velhas solteironas demonstram para com cãezinhos de estimação e que implicam na sua conservação mesmo face a demonstração cabal (por parte dos estudiosos) de sua inadequação para fazer face ao mundo moderno" (Op. cit., p. 33).

O que se está querendo chamar a atenção é que a cultura não pode ser encarada como um fenômeno imutável e de determinância absoluta. Dado que esta é fruto da própria relação entre os homens, o próprio processo de interação definirá seus rumos. Processo que incluirá a avaliação, a opção, a preferência, a ne-

gociação. Ou seja, apontando para a margem relativa de escolha que indivíduos e grupos poderiam ter em determinadas circunstâncias. Onde seria impossível conceber tanta "teimosia".

Por outro lado, se a dita "inadequação" é passível de ser "demonstrada cabalmente por parte dos estudiosos" é porque estes tem como referência contrastiva valorizada, o modelo do comportamento moderno, que para eles corresponderia plenamente às exigências de "integração". "Integração" que segundo Leeds & Leeds (1978) significaria: "apenas a vinculação de populações de várias espécies ao tipo de participação e organização política e social característica da política ocidental" (p. 273). Ou seja, correspondente ao tipo de comportamento social e político visualizado nos países ocidentais altamente desenvolvidos ou por extensão, ao comportamento "moderno" constatado em certos núcleos de população considerados como fazendo parte deste estágio de desenvolvimento, mesmo dentro de um país subdesenvolvido. Este comportamento será assumido como padrão modelo através do qual será julgado o atraso e defasagem, ou como modelo para onde terão necessariamente que convergir as populações que queiram passar do estado de carência ao do desenvolvimento.

No caso destas populações caracterizadas pelas suas "carências" a meta a ser induzida seria, portanto, a aproximação a este modelo idealizado de comportamento. Sendo que a reabilitação das relações "comunitárias" no âmbito do local de moradia representaria um instrumento privilegiado na consecução deste fim.

Assumindo-se o modelo "comunitário" se presume que existiria uma vocação de comportamento "comunitário" existindo de forma latente no âmbito das relações primárias do espaço geográ-

fico do bairro. Embora castrada pelas influências da pobreza, inadequação de referências tradicionais e/ou meio urbano nocivo as populações ruralizadas e mal adaptadas. Porém, acionando certos dispositivos associativos construídos em cima de problemas e interesses comuns, acompanhado do trabalho educativo dos agentes, poder-se-ia fazer surgir estas relações "comunitárias" que estariam prontas a serem reabilitadas.

Este marco analítico que se desdobra em uma tentativa operacional, se espelha no tipo de discurso de Desenvolvimento de Comunidade que justifica a experiência "comunitária" dos Centros Sociais Urbanos.

Segundo esta perspectiva, existiriam certas populações de baixa renda, que se encontrariam à margem do processo de desenvolvimento urbano. Sofrendo um processo de "desagregação social fruto da perda de noção de comunidade razoavelmente estruturada que define as relações sociais nos centros menores". Seriam populações "não integradas", alegando-se que sua situação "anômala" radicaria principalmente no efeito nocivo da urbanização. Esta população estaria constituída fundamentalmente por indivíduos de origem rural, de migração recente, que provocariam o "inchamento" de cidades. Isto é, o crescimento desordenado do meio urbano, num processo crescente e contínuo de deterioração das condições de vida. Populações que sofreriam uma "transformação profunda de hábitos e comportamento", no contato com as "tensões geradas nas aglomerações urbanas, principalmente nas áreas mais carentes de recursos e serviços" ... "fatores determinantes desta desagregação comunitária". Enfim, uma população que se veria obrigada a enfrentar todo tipo de situações adversas e des-

conhecidas, para as quais não estariam preparadas, além disso, fazendo parte de áreas residenciais onde se acumulam todas estas carências. "Esta situação induziria o indivíduo a reagir negativamente ao conjunto da sociedade... daí à marginalidade e à delinquência é um passo muito curto". (Instrução Nº 3; CSU).

A urbanização e a desorganização pessoal, familiar e social em geral, fariam parte de um mesmo processo que resultaria na quebra desta "vocação comunitária". Esta "quebra" se expressaria, entre suas outras manifestações de "desagregação", numa apatia e desinteresse por engajar-se num processo de participação social. A estes aspectos negativos o DC propõe o renascer da "comunidade" como uma necessidade no combate a esta condição de marginalidade e desagregação e apatia. Quando se fala que os Centros Sociais Urbanos devem constituir-se, antes de mais nada, em "elementos polarizadores do potencial da comunidade" ou quando se fala que "a vocação comunitária se constitui no elemento do mais significativo valor para a eficiência do Programa, pois a ela é que se pretende atender" (IPEA, 1982), de esta pressupondo um potencial latente de comportamento "comunitário" que estaria prestes a ser trabalhado no locus apropriado que é o bairro, ou local de residência. Em nenhum momento se questiona que o bairro seja uma "comunidade", e assumido como tal e ao longo do discurso somente se destacam os fatores que abalam o seu potencial como coletivo que poderia promover uma ação social coesa e integradora.

O objetivo central seria portanto desenvolver este potencial comunitário e recuperar estes indivíduos através da "promoção social". No desenvolvimento da "comunidade" a ênfase recai sobre "a necessidade de organização e participação popular nos

programas sociais" (do tipo CSU). Onde não se poderia perder de vista, para uma correta análise da realidade social e a operacionalização destes projetos "uma relação direta entre a condição de pobreza e a capacidade de organização". (IPEA; Proposta de DC para o CSU, 1982).

Em relação a este último ponto poder-se-ia inferir (embora não fique explícito no documento), que se alude a uma insuficiência de condições próprias para incorporar-se a um processo de desenvolvimento urbano. Ou seja, o potencial embutido na "comunidade" (bairro) existe, mas se encontraria prejudicado. Pela pobreza e incapacidade de organização?

O que pude observar através da leitura de diversos documentos oficiais que tratam da questão CSU é que se incorporam, de forma um pouco eclética, pressupostos de ruptura urbana, cultura da pobreza e tradicionalismo. Assim, no documento chamado de Instrução Nº 3, que elabora o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos em 1976, se aponta claramente para o citado fenômeno de ruptura urbana. Num outro documento, elaborado em 1982, se alude a esta "condição de pobreza e capacidade de organização" e não se esclarece bem o que se está pretendendo dizer com esta colocação. No mesmo documento se fala em "populações pobres... que baseiam suas relações sociais em fortes laços de parentesco, conterraneidade e vizinhança, apresentam valores, conhecimentos e atitudes distintos da dos técnicos". Ou seja, se associa um sintoma a estes "pobres". Misto de tradicionalismo e cultura da pobreza? Por acaso estes técnicos seriam representantes natos de um tipo de coletivo onde as relações sociais são basicamente racionais, impessoais, especializadas, e assim por diante? Porém, no mesmo documento, se fala posteriormente na importância do téc

nico saber respeitar a experiência de vida destas populações pobres: "desarticulada do ponto de vista explicativo, porém, enriquecida de valores, atitudes e conhecimentos que necessitam ser instrumentalizados pela experiência sistematizadora do agente" (p. 4). Apontando-se para o perigo de uma imposição de saberes?

O que eu pude concluir da leitura destes documentos é que assim como se incorporam certos pressupostos de "marginalidade", também se incorporam críticas posteriores à visão etnocentrista de uma perspectiva que recomendaria transformar para impor o seu modelo. O que na verdade faz tornar o discurso algo confuso, expressando um momento de transição e/ou contradição, quando os próprios técnicos responsáveis por elaborar estes documentos expressam a sua inquietação por recomendar uma reorientação operacional calcada em outras posturas que lentamente pleiteam por consolidar-se. Mas que por outro lado, ainda se encontram presos aos pressupostos do tipo dos citados. Inevitáveis, até certo ponto, se é levado em consideração que estes técnicos tem também que expressar uma linha institucional de planejamento social, onde a mudança de postura é algo bastante mais complexo.

De qualquer forma, um pressuposto que aparece claramente embutido ao longo destes discursos é que a uma forma de sociabilidade baseada em relações de tipo primário pela qual seria definido o bairro, corresponderia necessariamente, através da prática de "ressocialização", um produto coletivo que seria a própria "comunidade". Onde a "vocaçãõ comunitária" por artifícios da associação e do trabalho educativo dos agentes apontaria para

uma adaptação "adequada" ao ambiente da cidade e a um engajamento nos padrões de comportamento compatíveis com o processo de desenvolvimento.

Desde um ponto de vista crítico a esta visão que utiliza a noção de "comunidade" com suas devidas implicações para a questão do coletivismo, Boschi e Valladares (1981) comentam que o problema é que se pressupõe lidar com populações invariavelmente cooperativas e dispostas a empenhar-se neste tipo de projetos coletivistas, dados certos arranjos no espaço social aliado a um certo espontaneismo presente no domínio das relações primárias. Em outras palavras, ao assumir-se a "comunidade" como um modelo passível de ser reproduzido, elaborando certas atividades associativas relacionadas principalmente às condições de sobrevivência, reflete uma atitude mecanicista e idealista. Mecanicista, porque pressupõe que a certa ação de intervenção corresponderia certa reação a nível da população. Idealista, na medida em que concebe os fundamentos da ação coletiva como inerentes ao campo social próprio das relações primárias no âmbito da "comunidade".

Procurar analisar o fenômeno do coletivismo em bairros implica numa tarefa bem mais complexa do que pensar que basta acionar certos dispositivos associativos para fazer surgir as relações comunitárias que estariam prontas a serem reabilitadas. Que o bairro possa até representar um espaço de participação social, onde os moradores procurem reinterpretar sob novas relações os conteúdos de sua vivência cotidiana, enfrentando os problemas advindos da distribuição desigual de bens e serviços é uma questão. Muito importante, mas bastante imprevisível, e muito menos, reproduzível nos moldes de expectativa previstos pelas

políticas de D.C. De fato, uma das maiores reclamações feitas pelas assistentes sociais dos CSUs e membros dos Conselhos Comunitários correspondentes se refere à pouca participação e interesse da população nas atividades de cunho comunitário implementadas.

O engajamento nestes projetos "comunitários" do tipo D.C. acaba sendo sinônimo da própria "participação social", que desembocaria, por força da "ressocialização" (resgate), finalmente na integração.

Como para esta postura a "participação social" é medida em função de um valor, a análise das práticas sociais dos grupos serão simplesmente classificatórias. Assim, uma determinada população será ou não organizada, participativa, integrada ou desenvolvida. Ou seja, se comportará ou não se comportará de acordo a um padrão ideal. Desconsiderando por implicação outras formas de enfrentar os problemas de sobrevivência física e social, que não necessariamente passam pelo engajamento no tipo de práticas propostas. Pode-se dar por exemplo em termos de construção de laços sociais informais, ou até, através da filiação da população em outro tipo de grupos que não necessariamente constroem uma identidade em cima de categoria de morador. Grupos, por exemplo, de conteúdo religioso, de lazer, ou outros, e que podem representar para seus membros uma maneira mais eficaz ou emocionalmente mais satisfatória de identidade coletiva e de resolução dos seus problemas de sobrevivência no cotidiano. Ou até por práticas do tipo clientelistas. Se como comenta Leeds (1978), dentro das possibilidades de barganha existentes é ainda uma prática que lhes garante resultados razoáveis.

Isto abre espaço para retomar uma outra perspectiva pa

ra analisar o comportamento dos sujeitos, onde a "participação social" não será encarada como um tipo de comportamento próximo ou distante de um padrão único e ideal, que é este correspondente aos atributos da modernidade e que no caso, pode ser induzido a partir da "comunidade". Uma perspectiva onde a participação social será reconhecida através de todas as formas possíveis que uma população adota para sobreviver física e socialmente, e onde o bairro é um dos campos possíveis no qual certas práticas sociais fundamentais de sobrevivência poderão manifestar-se, como por exemplo relações de reciprocidade e relações investidas em grupos organizados do tipo das associações. O que está muito distante de encará-lo como uma "comunidade".

Se a participação social é definida pela diversidade de práticas adotadas num processo de sobrevivência e adaptação, esta não poderá ser julgada através de um padrão único estipulado pelo "adequado". Esta terá que ser acompanhada em todas as suas especificidades, levando em consideração as diversas situações e condições que cada população enfrenta. Assim como também deverá ser reconhecida a lógica das respostas diante do equacionamento das restrições vivenciadas. Uma lógica que não necessariamente coincide com a "racionalidade" dos técnicos ou alguns que venham a se considerar "iluminados". Uma lógica, que por outro lado, nunca será imutável e definitiva, já que estará sujeita a uma transformação em virtude de novas avaliações e novas condições.

Assim, para analisar um processo de participação social a partir do local de moradia, deverá ser considerado, primeiro que nada, que as possíveis respostas diante de certas práticas, será o resultado de uma opção. Opção, na presença de uma sé

rie de variáveis que podem assumir valores diversos de pressão sobre indivíduos e categorias de indivíduos diferentes.

Relativizando o Espaço "Comunitário" E a Suposta "Vocação Comunitária"

O local de moradia representa, sem dúvida, uma esfera importante no cotidiano das pessoas. Para umas representará muito mais do que para outras. Para algumas pessoas que investem a maior parte do seu tempo diário em trabalhos domésticos e que tem poucas opções de socialização fora deste universo do bairro, das relações com vizinhos, a referência com o local de moradia será crucial. Inversamente, para outro tipo de pessoas, o local de residência pode representar uma mera contingência do cotidiano. Poderá ser simplesmente o local de pernoite, escolhido talvez pela proximidade do serviço, vantagens do imóvel ou outros motivos pessoais, onde pouca ou quase nenhuma relação com a vizinhança se faz necessária ou até desejável. Para outras pessoas pode representar em termos de tempo investido, um momento inexpressivo do seu dia-a-dia. Envolvidos preferencialmente, por exemplo, com uma atividade profissional que requera muitas horas de dedicação, em local distante, sendo assim obrigadas a investir muito tempo no percurso de ida e volta para suas casas. Mas que por outro lado no seu tempo livre dos fins de semana, a qualidade das relações estabelecidas no bairro são fundamentais, representando um lugar de referências pessoais, de construção de identidades.

Caldeira (1984) refere-se ao bairro como mais do que

um local de moradia, a um lugar de "reconhecimento pessoal", representando um momento importante na estruturação da vida social. Ela comenta:

"No seu 'pedaço' alguém não é simplesmente João ou Maria, mas o dono do bar da esquina, o vizinho de fulano, o que conserta fogão, o filho daquela moça amiga de sicrano, a senhora que sabe rezar para afastar mau olhado, o colega de beltrano, a noiva do goleiro do time de futebol e assim por diante" p. 121.

O bairro cria situações que se prestam à sociabilidade e ao reconhecimento, embora em graus diferentes para as diferentes pessoas: para mulheres e homens, para crianças e adultos, para velhos e jovens, para solteiros e casados, para pessoas nascidas nele ou recém chegados. Diferente, de acordo com os diferentes papéis representados no nível das relações possíveis, esperadas ou desejadas. Sem dúvida, um contexto onde muitas relações e combinações de relações de cunho principalmente informal se levam a efeito e são importantes não só no cotidiano das pessoas como nas situações de crise e tensão.

O fato do bairro representar este espaço potencial de sociabilidade, não o faz ser uma "comunidade". Também, nada faz indicar que exista qualquer tendência "natural" a uma mobilização coletiva de caráter associativo em função de uma comunhão de interesses. Os problemas do bairro, comuns a todos, podem ser gritantes, mas não por isso as pessoas agem, necessariamente, em conjunto para resolvê-los. As vezes, inclusive tentativas de iniciativas em comum podem chegar a ser contraproducentes, ou simplesmente não conseguir seus objetivos de confraternização. Podem por vezes aguçar uma série de conflitos, que se antes eram neutralizados na intimidade do lar, na hora da "convivência co-

"comunitária" são feitos públicos e até irreversíveis: desentendimentos entre vizinhos por causa de crianças, animais soltos, cercas duvidosas, ciúmes entre marido e mulher, briguinhas antigas e nunca resolvidas, preconceitos e quaisquer outros conflitos possíveis e imagináveis que possam surgir no âmbito de um bairro.

Durante as entrevistas realizadas nos bairros pesquisados não foram poucas as pessoas que expressaram relutância a engajar-se em algum tipo de participação "comunitária" mais efetiva, mesmo afirmando saber da utilidade das iniciativas empreendidas. Tomo como exemplo a resposta de uma entrevistada, que indagada a respeito de porque não participava nas atividades do bairro argumentou:

"Meu marido sempre coopera com eles com dinheiro e brindes... Mas ele não se mete nessas coisas porque não gosta de confusão. Ele é um homem trabalhador que vive muito pra sua família...".
(Dona M. moradora da Coloninha).

Um dos pontos interessantes neste depoimento é que não é considerada a possibilidade dela participar. Ela vivenciou a resposta através da atuação do marido. Ou seja, a participação na coisa pública, fora dos limites das relações previstas e aceitáveis para o seu papel, o de dona de casa é inconcebível. O espaço da rua é reservado para o homem, no sentido de enfrentar situações que não passam necessariamente pelos seus deveres de esposa e mãe. Mesmo que tenham muito a ver, na medida que dizem respeito a melhorias do bairro que afetarão a sua família, ela no momento não o concebe como tal, porque pesa mais o dever de manter-se reservada, ajudando mais a sua família desta maneira. Ou seja, para ela, na sua concepção de mulher, a participação nes-

tes moldes já é conflitiva porque não corresponde ao esperado para seu papel. Por outro lado, o homem que não participa é um "trabalhador", um "homem de sua família", é "seu marido", quem não deverá frequentar um espaço visualizado por ela como um lugar da "desordem". Para ela a vizinhança é muito mais um espaço de conflito do que de comunhão.

O bairro propicia relações sociais numerosas e intensas, mas estas nem sempre serão sentidas como harmoniosas ou desejadas pelos moradores. A proximidade física dos moradores do bairro, por exemplo, que pode propiciar relações solidárias e fundamentais, pode também fazer as pessoas conviver com o próprio conflito.

Uma pessoa escolhe seus laços preferenciais entre parentes, vizinhos, colegas de trabalho e outros que podem morar na mesma rua ou em bairros distantes, mas o controle de quem pode instalar-se do lado da sua casa, ou na esquina da sua rua é muito relativo. Pode ser controlado quem mora do seu lado se você cede o terreno ou vende para uma pessoa das suas preferências, ou que passou pelo crivo dos seus valores. Não pode controlar-se um desconhecido que construiu sua casa em um terreno comprado de terceiros que por sua vez você nem conhece. A proximidade neste caso pode tornar-se algo incômodo e obrigatório. O vizinho contíguo que provoca um desentendimento porque adentrou a cerca alguns centímetros para dentro do terreno, o filho do vizinho que rouba suas frutas e bate no seu filho, as galinhas soltas que sujam o seu quintal, o marido bêbado da vizinha que incomoda com seus gritos, a vizinha que faz intrigas, assim por diante. Todos estes são problemas que surgem devido à própria proximidade no espaço, relações não escolhidas porém inevitá-

veis.

Durante as entrevistas foi perguntado às pessoas de quem elas gostavam menos. Indagação bastante constrangedora e tão inusitada que poucos entrevistados se propuseram a respondê-la sem evasivas. Os poucos que a responderam o fizeram, porém, de forma extensa e detalhada e, coincidentemente ou não, sempre referindo-se a vizinhos. Isto pode sugerir talvez que a própria proximidade, não selecionada porém inevitável, pode ser uma causa de intensos conflitos. A experiência de vida das pessoas poderá refletir padrões de convivência diversos e que num dado momento poderão tornar-se incompatíveis.

Por outro lado, esta proximidade física em presença de laços sociais intensos poderá também aguçar conflitos em função da facilidade de uma fiscalização intensa das regras de reciprocidade. Uma vizinha próxima pode ser um apoio sempre lembrado em momentos do cotidiano: pode ser quem empresta um suprimento que eventualmente faltou na casa, pode ser quem cuida do filho para poder visitar um parente doente, pode ser quem empresta a máquina de costura para reformar um vestido, pode ser uma companhia agradável para fazer umas compras no comércio. Tudo isto faz catalogar a vizinha como alguém muito prestativo, uma boa vizinha. Mesmo assim, pode ser alguém nunca lembrado para um carteadado na sua casa, alguém que não é chamado para compartilhar o peixinho assado que o marido pescou nas suas andanças pela praia e que ele mesmo fez questão de escolher seus convidados. O peixinho guardado e enviado para justificar a falta de convite será recebido com indiferença. O desprezo de quem foi excluído. O convite para ir à reunião da igreja pode ser feito para uma terceira vizinha, conhecida de ambas porém não muito prezada pela pres

tativa vizinha. Novamente excluída e certamente na próxima vez, já não tão prestativa. Assim por diante, os pequenos desentendimentos do cotidiano irão acumulando-se e gradativamente gerando uma relação de maior tensão.

As expectativas de reciprocidade podem crescer em função desta constante fiscalização. A quebra das regras convencionadas para reger as relações deste tipo podem ser detectadas facilmente pelas partes interessadas. A vigilância pode ser pessoal, mas pode ser melhor informada por todo o sistema de comunicação em andamento no local. Todo mundo pode, se quiser, saber o que acontece. A fofoca é uma poderosa arma de controle da movimentação social no bairro.

Comenta-se:

"The neighborhood is certainly not a zone of harmony and solidarity, nor a pacific refuge in the large and impersonal city. To the contrary, it is an area of great uncertainty characterized by constantly shifting social relationships easily transformed into exchanges of opposition".
(Middleton, D., 1979, p. 187).

Ou seja, retomando o exemplo da mulher que não participa "nessas coisas", a sua interpretação poderá estar determinada, muito mais pelo conflito vivenciado, do que pela suposta e "natural" comunhão. Onde mesmo na presença de uma possível homogeneidade em termos de renda, certos gostos ou hábitos, por exemplo, este espaço se encontrará atravessado pelo conflito. Quando pode ser julgado que é muito mais importante resguardar a "tranquilidade" e a imagem de família ordeira e trabalhadora, do que engajar-se em atividades que eventualmente os poderiam levar a incomodar-se. Por ter que tomar partido em assuntos que dizem respeito a todos e onde poucas vezes haverá consenso fácil quan-

to às soluções. Atividades em que podem sentir-se obrigados a lidar com pessoas conflitivas. Atividades que podem dar margem a novas fofocas e desentendimentos. Enfim, a participação em associações de bairro representará um novo espaço de sociabilidade dentro da vizinhança, ao qual nem todos os moradores estariam dispostos a expor-se.

Outro inconveniente pode ser levantado quanto à participação a nível de organização de bairro, considerando-se outro tipo de conflito, que emana agora, da percepção da desigualdade. Alguns entrevistados o expressaram de forma bastante clara, outros mais veladamente. Se veladamente, o fizeram por senti-lo como algo constrangedor. Eles manifestaram um sentimento próximo da vergonha ou da timidez. Uma insegurança por ser "ignorantes" como eles mesmos disseram, uma insegurança por "não saber falar".

Uma associação de moradores por princípios estaria aberta para todos, faz parte das normas explícitas. Mas será que esta declaração de princípios é suficiente para atrair pessoas que embora possam resistir a estereótipos na intimidade das suas relações, no espaço público serão obrigados a enfrentá-los? Estas pessoas conhecem claramente as regras do jogo, que são vivenciadas diariamente em termos de desigualdade social. Numa reunião deste tipo, quem poderá talvez sentir mais firmeza de expor suas idéias, de conduzir ou sustentar uma discussão, de sentir-se "mais à vontade", serão aqueles que transitam frequentemente por este mundo público munidos de certos atributos sociais, como seria a renda, a instrução ou o tipo de ocupação. Dando-lhes, por assim dizer, uma posição instantânea de "superioridade". Mesmo sem que pretendam assumir esta atitude e mesmo que-

rendo ou imaginando neutralizá-la com um discurso igualitário, a imagem de algo valorizado socialmente pode escapar ao seu controle. A imagem da diferença estará mediando a relação, impondo-se a esta. O sentimento de inferioridade será vivido pelas outras pessoas, cujos atributos sociais são a evidência e a negação da igualdade. Desta forma é compreensível que prefiram excluir-se "voluntariamente" deste tipo de relação, não sentindo, talvez, nenhuma motivação mais forte que os faça assumir uma atitude de participação processada em outros moldes. Ou seja, se no contexto do bairro pode eventualmente existir a homogeneidade e comunhão de interesses entre certos grupos, esta situação não é vivida e resolvida por todos da mesma maneira, podendo ser sentida por alguns, então, como um lugar onde a desigualdade mais uma vez se torna manifesta.

Segundo Lewis, esta questão do sentimento de inferioridade se constitui num traço dos valores e estrutura do caráter do indivíduo que compartilha as atitudes e valores básicos de sua subcultura, a "cultura da pobreza". Discordando deste autor, o sentimento de inferioridade não representa uma característica psicológica constitutiva do caráter dos indivíduos que mediará por princípio as relações com a sociedade urbana e, muito menos que como traço desta "cultura da pobreza" venha para perpetuar-se (entre outros, como o do sentimento de fatalismo, desamparo e dependência). Lewis comenta:

"Quando as crianças das favelas chegam aos seis ou sete anos, usualmente já absorveram as atitudes básicas e os valores de sua subcultura. A partir de então, estão psicologicamente despreparadas para valer-se de condições mutáveis ou oportunidades de melhoria que possam aparecer durante suas vidas".

(Lewis, Oscar, p. 149; 1966-73).

Este sentimento de inferioridade não pode ser explicado nesses termos. Primeiro, não pode ser pensado que todos os "ignorantes" enfrentem a situação da mesma maneira, como traço constitutivo do seu caráter. Segundo, esta "representação de si" bastante "dolorosa" não é produto de uma subcultura que se perpetua através das pessoas como uma espécie de entidade autônoma. Este sentimento e atitude correlata são produtos de uma das maneiras de interpretar-se uma situação específica, onde desde o ponto de vista deles, ou se não deles, dos "outros", a estigmatização pela "ignorância" pesará no campo das relações. Eles sentem, talvez, uma associação de moradores como um espaço dos "outros", dos ilustrados e dos "melhor de vida". Esta maneira de posicionar-se frente à situação é talvez uma forma de resistir a ter que conviver, mais uma vez, com o estereótipo que a sociedade criou para eles. Um espaço adverso que os agride na sua autoestima. Uma coisa é dizer-se "ignorante" na intimidade de sua casa, outra coisa é ter que "ser" mais uma vez o ignorante público da história. Isto não quer dizer que invariavelmente eles adotaram, ou adotarão a mesma atitude. Eles poderão reinterpretar o seu papel dependendo de alterações nos fatores, como por exemplo: alterações no interior do próprio bairro, ou alterações na própria conjuntura política do país, ou alterações nas próprias condições de existência ou vivência pessoais, ou novas motivações que os faça rever seu posicionamento, etc. Nada sendo tão previsível ao ponto de concluir estados definitivos e inevitáveis.

Outro aspecto que merece ser levantado se refere à necessidade de consenso para possibilitar a ação coletiva conjunta. E no espaço "comunitário" se vislumbrará agora, nova dificuldade.

dade: a de coordenar os interesses e opiniões dos vizinhos, já que na passagem para a esfera do coletivo se percorre o caminho dos interesses e aspirações de cada unidade familiar e de cada indivíduo em particular, que podem não ser coincidentes entre os vizinhos. Visualizando-se, por exemplo, a insuficiência de recursos presentes nos bairros, foi verificada através das entrevistas, que a hierarquia dos problemas levantados variavam, não só com maior intensidade entre os moradores de distintas áreas ou sub-áreas dos bairros, mas variavam também entre vizinhos muito próximos, residindo as vezes na mesma rua.

Enquanto um se queixava da vala de esgotos que passava pelos fundos do terreno e empestava com seu cheiro todos os cantos da casa nos dias de calor, sendo o maior problema que ele achava que devia ser sanado, outra vizinha parecia ignorá-lo ou talvez esquecê-lo de momento. Quando perguntada pelo cheiro da vala, lembrava-se subitamente e dizia: "Ah, sim... Tem muita gente que reclama do cheiro...". Sem dúvida, "tem muita gente que reclama...", ou seja, é um problema comum, mas que não foi lembrado por ela no momento que enumerou sua lista de reivindicações. Lembrou-se sim, em primeiro lugar, do problema dos maconeiros, que circulavam pela rua à noite fazendo muita bagunça. É o problema dos maconeiros e não o outro que é vivido como algo extremamente conflitivo e intolerável, afetando inclusive as próprias relações cotidianas com sua família:

"Eu já não deixo mais minha filha sair de noite na rua. Moça decente não pode misturar-se com essa gente. Ela não se conforma... é um problema...".
(Doná A. moradora da Coloninha).

Este exemplo pode ilustrar que embora comuns, os problemas nem sempre são vivenciados ou sentidos com a mesma inten-

cidade por todos. Mesmo entre alguns moradores que citaram o problema dos maconheiros como uma das questões problemáticas, as formas de reagir eram diferentes. Enquanto a mãe da menina reclamava muito e dizia que alguma coisa tinha que ser feita, outro entrevistado afirmava que o mais certo era "cada um ficar na sua" e nem sequer acreditava em soluções. Este último comentou: "Nem adianta chamar a polícia porque eles se escondem no mato até a polícia ir embora. E fica por isso mesmo! A polícia não entra no mato porque eles não são tolos!...". (Sr. H., morador da Coloninha).

Enfim, os exemplos podem multiplicar-se para mostrar como os problemas podem ser comuns ao bairro mas sentidos individualmente com diversas intensidades. Inclusive assumidos de forma diferente de acordo aos diversos interesses ou aspirações. No bairro do Saco, por exemplo, a poluição da Baía Sul é destacada como sendo um problema só por alguns. Poucos são os que se lembram de criticar o descaso das autoridades para preservar o que já foi um lindo recanto e inclusive fonte de subsistência para moradores mais carentes. Dos quinze moradores entrevistados somente dois deles fizeram comentários referentes à sujeira e o cheiro que a Baía apresentava, principalmente nos dias de maré baixa. O restante nem se lembrou de pensar que a mesma vala de esgotos que passava pelos fundos da casa, e isso sim os incomodava, ia desembocar na própria Baía. Ou seja, somente o problema imediato os atingia: a vala. A poluição que isso poderia causar no mar nem era considerada.

Mas o que isto vem mais uma vez a chamar a atenção é que o simples fato de compartilhar um mesmo espaço de moradia, onde mesmo que se compartilhe dos efeitos dos problemas de infraes

trutura ou serviço no bairro, isto não se constitui em motivação suficiente para um agir em conjunto, já que nem sequer há sempre um consenso de opiniões a respeito das urgências. E mesmo que haja um possível consenso quanto à gravidade de um determinado problema, é comentado na literatura que a motivação à ação coletiva em torno de problemas cotidianos como esgoto, calçamento, etc., não consegue promover um engajamento da população com bases mais estáveis. Quando inclusive uma vez satisfeito o problema, ou uma vez que este é sentido como de solução muito distante, o possível apoio antes demonstrado tende a retrair-se novamente e a organização de moradores volta a sobreviver nas mãos de umas poucas lideranças e alguns inconstantes frequentadores. (Leeds & Leeds, 1978), (Doimo, A. 1984).

Nesta linha de raciocínio, Leeds & Leeds (1978) analisam a participação nestas organizações de bairro, como sendo: "em muito uma função de consideração racional-utilitária". Fazendo suas as palavras de Portes, elas afirmam que um dos achados mais significativos dele se refere à forma de interpretação da organização comunitária:

"Do ponto de vista dos habitantes pobres a associação comunal não é um grupo artificial a ser mantido em seu benefício, mas uma ferramenta instrumental a ser empregada quando necessária". (Leeds & Leeds, 1978, p. 316).

Ou seja, a participação da população em moldes mais permanentes, não pode ser concebida se pautada em considerações racionais-utilitárias. Segundo estes autores, afora os momentos em que a participação aumentaria na presença de problemas considerados relevantes, a organização comunitária permaneceria adormecida, podendo ser revitalizada quando novas circunstâncias

cias assim o requeressem. A população julgaria quando a "ferramenta" deveria, ou não, ser útil para seus interesses. Utilidade que seria medida em função da avaliação do lucro a ser obtido neste investimento coletivo, em contraposição a outro tipo de lucros: "lucros econômicos ou psicológicos de outras atividades como o trabalho, melhoria do lar, vida familiar, interação com amigos". (Leeds & Leeds, 1978, p. 316).

A participação neste contexto seria produto de um cálculo racional, onde as regras do jogo estabeleceriam que a cada lance o jogador deveria assegurar-se que o valor a ganhar sempre deveria ser superior ou no mínimo similar ao valor perdido, isto é, às atividades que o participante deixaria de usufruir para dedicar-se ao investimento "bairro". Porque ninguém joga com o objetivo de perder, sobretudo se tem outras alternativas.

Seguindo este raciocínio, pode-se dizer também, que se a organização de bairro é esta sorte de instrumento potencial a ser utilizado quando necessário, o seu fortalecimento dependerá necessariamente da habilidade demonstrada nas negociações com os órgãos competentes. As pessoas somente o procurarão se o instrumento de negociação se mostrou efetivo em demandas anteriores. A população tendo possibilidade de escolher entre algumas alternativas: ou se agrupa em torno da associação de bairro, ou procura outros canais de reivindicação, ou simplesmente se recolhe a outras atividades que possam render-lhe mais satisfação.

Portanto, novas considerações são introduzidas por estes autores na tentativa de interpretar o fenômeno da ação coletiva no âmbito do bairro, onde segundo eles, dois fatores conju-

gados devem ser levados em conta para entender as limitações do alcance mobilizador destas iniciativas "comunitárias": a opção "racional" e o cálculo da "utilidade". Desde esta perspectiva, a "vocação comunitária" não poderia repousar em supostas características iminentes da população. Ou melhor, desde este ponto de vista, não poderia ser concebida esta "vocação comunitária", porque esta vocação repousaria, por força do próprio argumento, num suposto espontaneísmo presente nas relações primárias previstas para a "comunidade".

Por outro lado se para a maioria dos moradores a sua exígua participação ou mero consentimento na delegação de seus interesses numa liderança considerada eficiente já é suficiente, nem todos pensam da mesma maneira. Sobretudo os membros mais ativos da organização de bairro, que se perguntam até o cansaço o que fazer para poder atrair mais pessoas e de forma mais constante. Recorre-se a gincanas, bingos, festinhas comemorativas, jantares dançantes, no intuito de motivar as pessoas a sentir-se um pouco mais identificadas com a associação, mas nem isso parece surtir grandes efeitos. Ou melhor, as vezes conseguem atrair bastante gente para estas atividades, conseguem fundos suficientes para comprar os equipamentos que estavam faltando para inaugurar a quadra. Mas no dia seguinte, quase ninguém comparece à reunião de prestação de contas que foi amplamente divulgada durante a festinha, em instâncias que os grupos de igreja proliferam pelo bairro e associações esportivas e de lazer tem clientela garantidas e constantes.

Será que uma associação de moradores não poderá também reunir-se em torno de certos conteúdos com apelo mais permanente? Conteúdos que extravasem o mero interesse pela coisa cir-

cunstantial? Como o desejam alguns ativistas, cansados com o acúmulo de tarefas e com a falta de perspectivas de serem eventualmente substituídos no trabalho voluntário e nem sempre tão compensador.

Procurando responder a estas perguntas, que surgem da constatação da dificuldade de mobilizar as pessoas em torno de uma associação de moradores, da constatação da transitoriedade da adesão, Doimo (1984) apontará para outra interpretação do fenômeno de ação coletiva. Se para os Leeds a motivação era fruto de uma decisão racional-utilitária, para Doimo a motivação repousará no tipo de conteúdo veiculado pela associação sendo que o tipo de conteúdo deverá corresponder, para conseguir sensibilizar a população em função de motivações mais permanentes, a apelos culturais fluentes no domínio popular.

Para esta autora o bairro é muito mais um espaço da diversidade do que da homogeneidade, se pretende ser pensado em termos da categoria "morador" como instância aglutinadora de interesses. Para sustentar o seu argumento da importância do apelo cultural que possa ter trânsito nesta diversidade, ela faz a interpretação da própria dinâmica deste espaço social em que se constitui o bairro:

"Antes mesmo de se pensar como 'morador' e de perceber o conteúdo de espoliação presente nesta categoria sociológica, o habitante do mundo dos bairros, muitas vezes até mesmo os mais interessados nos 'problemas comunitários', se apercebe e se identifica com grupos menores marcados pelas relações de vizinhança, seitas religiosas, idade (grupo dos idosos, grupo jovem), atividades de lazer (times de futebol, gincanas, etc.), preferências partidárias (as mais variadas) etc. São grupos que se cruzam, se sobrepõem, se inter cruzam e por vezes se hostilizam e se opõem entre si, numa movimentação difusa que obscurece a categoria 'morador' enquanto portadora de significado

para a ação política coletiva".
(Doimo, 1984, p. 38).

Desde esta perspectiva, portanto o bairro é um espaço social onde se convive com a diversidade e certamente com o conflito. Sendo assim, não se poderia contar com uma suposta homogeneidade e impulso espontâneo e "natural" de comunhão, para promover a ação coletiva em torno deste conteúdo de "morador", já que este nível de identificação está necessariamente atravessado por todos estes pequenos grupos, interesses e expectativas diversas. Ela chama a atenção de que os únicos conteúdos com potencial de trânsito nesta diversidade podem surgir assim entre "elementos culturais fluentes no domínio popular", que são vivenciados, criados e recriados constantemente, ao nível das relações sociais cotidianas.

Neste contexto de raciocínio, a coisa circunstancial, a ação concreta, representaria um reforço, na prática, desta espécie de "identidade hegemônica". Esta autora cita o exemplo do conteúdo religioso como categoria de identificação entre membros de um movimento por melhor transporte coletivo em Vila Velha, Espírito Santo:

"A necessidade de lutar por melhor transporte repassava a necessidade de nutrir a fé e os grupos de convivência. A identidade, assim, dava-se no plano de fé, respaldada e expressa através de um discurso simbólico revestido por conteúdos de natureza crítica e política".
(Op. Cit. p. 110).

Ou seja, aquelas pessoas que estavam sendo norteadas por estes significantes de origem religiosa encaravam a participação, não só como um expediente racional para obter o recurso solicitado, mas indo além da ação reivindicatória, encaravam a

participação neste movimento como um valor em si do ser cristão, e nesta medida, sua participação se dava de forma mais permanente, devido à força do apelo religioso. O forte teor de identificação que estes grupos religiosos propiciam, aliado a rituais regulares de confraternização e exibição de valores, representa um apoio emocional e uma orientação social significativos na vida cotidiana destas pessoas. O sentimento de pertinência, do "nós", faz o indivíduo sair do seu isolamento ao realizar-se no grupo. A identidade no grupo representa um momento muito importante no auto-reconhecimento e no reconhecimento por outros. Assume-se um status que mediará de aí por diante outras relações.

Durante a pesquisa de campo foi entrevistada uma mulher que tinha um envolvimento muito ativo com grupos ligados a Igreja Católica. O seu depoimento é muito esclarecedor para referenciar o significado desta participação:

"Depois que eu comecei no grupo de catequese, não parei mais de participar. Foi muito bom para mim!... Eu era anônima, agora não sou mais ... Hoje conheço muitas pessoas, e graças a Deus fiz muitos amigos. Todos os trabalhos que tenho os devo à Igreja. Antes ficava em casa sozinha... a rotina cansa. Hoje não paro um minuto, não tenho sossego, mas é bem melhor assim. Sempre tem gente me procurando... Conheço mais gente que meu marido... Ele só gosta de pescaria e de ver televisão... O que ele ganha com isto? Eu acho que eu ganho muito mais..."
(Dona Maria das G. Saco dos Limões).

A entrevistada o expressou muito bem: "deixou de ser anônima", ou seja agora é reconhecida pelas pessoas. A filiação ao grupo deu um novo sentido para sua vida. Assumiu alguns deveres pessoais mas "ganhou" em direitos: de reconhecimento, de posição, de auto-estima, de ampliação do seu universo de dona de

casa (ganhou o mundo da rua através de uma organização valorizada coletivamente) enfim, ganhou uma nova identidade.

Uma das outras características muito importantes, que fazem dos grupos de orientação religiosa ter tanta aceitação social, refere-se à habilidade que algumas igrejas demonstram na convivência com a diversidade. A estratégia de ação é a de atender a todos os gostos, e isto é possível porque tem vários espaços de atuação garantidos para todos os tipos de identificação. Se a instância de identificação entre o casal é muito importante, poderá reforçar ainda mais este conteúdo, filiando-se a "grupo de casais". Se jovem, então "grupo jovem". Se camponês, grupos religiosos ligados à Pastoral da Terra. E assim por diante as possibilidades de engajamento de acordo aos distintos interesses e aspirações se multiplicam, demonstrando um potencial de capilaridade social imenso. A motivação é dupla, não só porque os significantes religiosos tem uma contrapartida cultural expressiva, mas também, porque conseguem organizar encima de níveis de identificação valorizados na construção das relações sociais cotidianas. Novamente um apelo cultural poderoso, que além de reforçar os conteúdos religiosos, reforça e revaloriza as próprias identificações.

Sendo assim, se como comenta esta autora, para este tipo de grupos religiosos o apelo não se constitui em algo problemático, por outro lado, aqui radicará um dos grandes problemas das associações de moradores, que partindo do apelo reivindicativo, deverá buscar também outro tipo de motivação, que por um lado tenha trânsito na diversidade e por outro lado que garanta uma movimentação mais permanente.

Enfim, todas estas considerações ventiladas apontam para a complexidade do fenômeno de coletivização a nível de bairros. Um fenômeno que não pode ser concebido como resultante de um suposto espontaneismo emanado naturalmente das relações primárias que se julga ser comportada por uma "comunidade". As próprias relações sociais surgidas neste contexto do bairro, se apontam eventualmente para laços de solidariedade, apontam também para evidenciar o conflito, sempre presente em qualquer campo de relações onde existam pessoas em interação. Sendo que será muito frágil em termos de interpretação, inclusive em termos de operação encarar este espaço social como uma "comunidade". O bairro é esta sorte de universo multifacetado em constante transformação. Um contexto social no cotidiano das pessoas, o contexto da vizinhança, vivido e interpretado por estas, a partir das referências as mais diversas, onde o fenômeno da coletivização investido na adesão a uma associação de moradores representará um dos espaços possíveis de interação, entre outros, onde a participação social se evidencia. Fenômeno muito complexo, diretamente proporcional à própria complexidade das relações e à diversidade das vivências. Impossível, portanto, de ser apreendido com exclusividade a partir de supostas características imanentes aos grupos, seja relativo as suposições em torno da "vocaçãocomunitária" ou supostas defasagens em relação a um padrão ideal de comportamento.

CAPÍTULO II

OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS E OS CSUs

Os custos de empobrecimento e descontentamento popular gerados pela política de desenvolvimento acelerado do "milagre brasileiro", tiveram de ser contornados, de certa forma, por uma política social de paliativos.

No governo Geisel, são criados vários programas federais no intuito de poder atenuar as enormes desigualdades existentes, assim como adiantar-se ao surgimento de tensões sociais. As enormes dimensões dos problemas de cunho social e as próprias pressões exercidas pela sociedade civil face à luta pela redemocratização, resultam assim, em planos de governo onde a questão social assume um reconhecimento institucional. (Bierrembach, M. I., 1982) (Bezerra, M.E., 1981).

O Desenvolvimento de Comunidades sob a ótica distensionista assume um discurso participacionista. A noção de planejamento participativo se incorpora ao DC e é caracterizada como sendo:

"Um processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem"
(Seno Cooley citado por Marcondes, M. da G., 1985).

A importância da relação instituição-comunidade do DC como equação de melhoria das condições econômicas, sociais e culturais, num esforço conjunto de povo e governo para uma integra-

ção satisfatória ao desenvolvimento do país, deveria passar pela "participação comunitária" e "consulta às bases".

Um dos mecanismos ideais por onde deveriam ser articulados estes níveis passam a ser as Associações de Moradores, que vem a ser criadas e estimuladas pela administração pública. Como uma diretriz Governamental a nível nacional, esta política vem a ser implementada a nível estadual através da criação e promoção dos Conselhos Comunitários.

Pelo Decreto nº 2.840, de 16 de junho de 1977, o Governador do Estado de Santa Catarina criou o Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e ao Funcionamento de Conselhos Comunitários.

Neste mesmo espírito liberal, que segundo Marcondes (1985), busca a institucionalização dos conflitos através de um novo contrato social, o da "participação comunitária", e criado, no Governo Geisel, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, como é estabelecido no Decreto nº 75.922 de 1º de julho de 1975.

Segundo consta da Instrução nº 3 do PNCSU de 1976, este programa "nasceu de uma tomada de posição pelo Governo Federal frente ao problema da desagregação social e comunitária existente nos grandes centros urbanos do país", fruto desta "perda de noção de comunidade razoavelmente estruturada". Para sanar este problema é explícita a finalidade mais ampla a ser atingida através deste Programa, a saber: "O 'desenvolvimento comunitário' e a 'promoção social' da população de baixa renda residente em áreas carentes de recursos, nas grandes e médias cidades". Entendendo por "desenvolvimento comunitário", diz o documento:

"Uma tomada de consciência pelo indivíduo da possibilidade e necessidade de sua participação no equacionamento de problemas e definição de objetivos que atentem para as necessidades do conjunto da população e para o crescimento harmônico do meio em que vive".

E definindo "promoção social" como:

"Uma promoção humana integral, considerando o homem como um ser pluridimensional, e que necessita, portanto, de um crescimento em todas as suas dimensões, ou seja, cultural, econômica, profissional, política, física, psicológica, moral e religiosa" (Instrução nº 3, 1976, p. 2-3).

Nesta linha de planejamento participativo se enfatizará a forma como será conduzido o processo de interrelação entre a instituição e a comunidade com vistas a estrutura programas e planos de ação, para o "desenvolvimento integrado da comunidade". A novidade residirá neste elemento "participativo" que pressupõe, segundo se desprende dos textos que tratam da questão CSU: levar em consideração as necessidades de quem está "em baixo"; relevância do Conselho Comunitário como órgão representativo da comunidade; promover a motivação, consciência, organização e capacitação das pessoas com vistas ao fortalecimento da comunidade; união de esforços tanto institucionais quanto comunitários para promover o desenvolvimento integral em várias áreas: saúde e nutrição, educação, cultura e desporto, trabalho, previdência e assistência social, e recreação e lazer.

O apelo é à "comunidade", como um todo unitário e homogêneo, e ao indivíduo, que como homem "integral" deverá estar apto a manifestar seu "espírito comunitário", e nesta medida coordenando seu esforço ao de outros em prol da melhoria do bairro, assegurando desta forma seus direitos de consumo na cidade.

Desta forma, o papel da instituição será criar dispositivos na comunidade que atendam à população, tanto em termos da melhoria da infraestrutura, quanto em termos de fornecer um espaço que se constitua em "ponto de convergência e irradiação" deste "espírito comunitário" e desta "promoção integral". Comenta-se:

"Os CSUs devem constituir-se, antes de mais nada, em elementos polarizadores do potencial da comunidade, promovendo para tanto, a realização de atividades, criando ou aproveitando recursos já existentes para prestação de serviços de natureza social... Deverão servir como bases para a realização de atividades que necessitem de participação de amplos setores da população (Op. cit., p. 3-4).

... "Os CSUs passam a ser, o ponto de encontro entre metas sociais de governo e local de livre manifestação do espírito comunitário" (Op. Cit., p. 15).

Neste contexto, o Conselho Comunitário passa a ser oficializado como o órgão representativo dos interesses da população, tendo as seguintes atribuições de acordo ao Programa CSU:

- "a) auxiliar a Agente Gestor Municipal quanto à indicação de pessoas que reúnam potencial para assumir o cargo de gerente do equipamento;
- b) realizar eleições, em períodos regulares, a que poderão concorrer qualquer membro da comunidade, maior de 18 anos;
- c) auxiliar o gerente no desempenho de suas tarefas, principalmente quanto à conservação e limpeza do CSU;
- d) estabelecer o elenco de atividades não-programadas, a ser desenvolvido;
- e) fazer claro à comunidade que o CSU é propriedade comum de todos os seus membros e representa esforço conjugado dos três

níveis de governo".

Sendo que competirá às entidades com atuação a nível de comunidade:

"a) desenvolver atividades, no âmbito do CSU, quer quanto às programadas ou às não-programadas, desde que contem com a anuência do Agente Gestor Municipal neste sentido" (Instrução N° 3, p. 12).

No Governo Konder Reis, a Supervisão de Ação Comunitária, ligada diretamente ao Gabinete do Governador, ficou responsabilizada pela implantação de Conselhos Comunitários e constituiu-se no gestor Estadual do Programa CSU. No Governo Bornhausen, este órgão é transformado em FUCADESC (Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade), vinculada à Secretaria de Bem Estar Social. No Governo Amim, a FUCADESC estará ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social, continuando com a responsabilidade de implementar o Programa Nacional a nível do Estado.

O Programa Nacional de CSUs foi extinto e a Coordenação dos Centros Sociais a nível Estadual continuou a cargo desta Fundação. Através de convênios firmados com os respectivos Conselhos Comunitários atuantes nos Centros Sociais, assumiu os encargos de orientação para operacionalização, repasse de verbas para pagamento do pessoal e manutenção dos equipamentos CSUs.

O Conselho Comunitário e o CSU do Saco dos Limões

Com a ocasião da criação do Plano Nacional de CSUs, Al

cino Vieira, político com influência nesta localidade, gestiou a implantação de um Centro Social para o bairro do Saco. Com a perspectiva da futura implantação do equipamento no bairro, o Conselho de Moradores existente no local foi reestruturado na forma de Conselho Comunitário, de acordo às diretrizes do Gestor Estadual do Programa CSU. Em 29 de julho de 1977, é fundado o Conselho Comunitário, tendo em vista a função que deverá desempenhar frente ao CSU.

O início da construção do equipamento data de 1976, tendo sido inaugurado em setembro de 1978. Dentro de uma tipologia que incluía três tipos de CSUs, o do Saco correspondeu à categoria "A". Que se caracterizava por ser o maior em termos de área física construída, e em termos de possibilidades de atendimento. A área total do terreno é de $15.567m^2$, possuindo uma área construída coberta na ordem dos $2,700m^2$, e área descoberta de $647m^2$. Equipado com um ginásio coberto e duas quadras polivalentes, ateliês para atividades artísticas e cursos profissionalizantes, gabinete médico-odontológico, biblioteca, salas de aula, salão de atividades múltiplas, salas de administração, cozinha, etc. Ou seja, é um equipamento enorme que se presta a atender múltiplas atividades da população.

Para "tocar" este enorme equipamento, pelo menos quando foi realizada esta pesquisa (1985), o CSU possuía a sua disposição um total de 105 funcionários. Um quadro estável contratado pelo Conselho com repasse de verbas da FUCADESC que somava um total de 32 funcionários (1 Gerente, 1 Chefe de Divisão Administrativa, 1 Chefe de Divisão Técnica, 2 Técnicos Sociais, 4 Assistentes Técnicas, 1 Assistente Administrativo, 6 Auxiliares de Ad

ministração, 1 Office Boy e 15 Auxiliares de Serviços Gerais). E um quadro de funcionários com certa rotatividade, em função dos vários convênios celebrados com diversos órgãos públicos para atendimento de certos projetos específicos.

O CSU "Dom Joaquim Domingues de Oliveira", como é denominado, tinha em pauta na época da pesquisa, os seguintes projetos:

- No Programa de Educação e Cultura:

- . Atendimento ao Pré-Escolar (120 crianças de 3 à 6 anos)
- . Atendimento ao Pré-Adolescente (50 crianças de 7 à 14 anos)
- . Atendimento Extra-Classe através de Biblioteca
- . Formação de Grupos Artísticos: Teatro Infantil
- . Festividades de Datas Comemorativas
- . Educação de Adultos: Alfabetização Funcional e Educação Integrada
- . Apresentação de Grupos Artísticos: Grupo de Teatro "CHAMACE-SA".

- No Programa de Saúde e Nutrição:

- . Atendimento médico (ginecológico, pediatra, clínico geral)
- . Precoce do Câncer
- . Vacinação
- . Distribuição de Medicamentos
- . Encaminhamentos para Exames Laboratoriais
- . Atendimento de Enfermagem
- . Suplementação Nutricional
- . Grupo de Gestantes
- . Atendimento Odontológico

- . Projetos: Olha o Peixe, Feirão Comunitário, Caminhão da Carne, Caminhão da Cobal.
- No Programa de Trabalho:
 - . Cursos: datilografia, corte e costura, tricô, artes aplicadas, pintura em argila, manicure e pedicure.
- No Programa de Previdência e Assistência Social:
 - . Orientação Sócio-Jurídica
 - . Encaminhamento da População e Recursos Institucionais
 - . Atendimento ao Idoso visando o convívio grupal (25 Idosos)
 - . Melhoria Habitacional aos carentes (fornecimento de material).
- No Programa de Esporte, Recreação e Lazer:
 - . Prática Desportiva Orientada: grupos de Pré-Escola e Pré-Adolescentes
 - . Ginástica, voleybol, taekwon-do, basketbol.
 - . Torneios Esportivos (futebol suíço, futebol de salão, dominó, pandorga, corrida rústica, Vº Jogos Escolares Comunitários)
 - . Rua de Lazer (Recreação orientada de crianças e adolescentes)
 - . Recreação Livre (estimular a utilização das quadras de esporte).
- Programa de Infra-Estrutura da Comunidade e do Centro Social
 - . Conservação e melhoramento do Centro Social (ampliação da estrutura física do CSU, consertos e aquisição de novos materiais)
 - . Melhoramentos da Comunidade (recapeamento asfáltico da via

de acesso ao Centro da cidade, instalação de agência do BESC, complementação de drenagem da Rua J.J. Dias, reforma de muro de proteção do canal de escoamento de águas pluviais

. Auto-sustentação do Centro Social através de aluguéis de equipamentos e instalações aos interessados.

- Programa de Organização Comunitária:

. Clube de Mães.

Entre outras atribuições, competeria ao Conselho Comunitário:

- "- Representar os interesses e aspirações da comunidade em todas as ações pertinentes ao Centro Social;
 - Coogerenciar o Centro Social, obedecendo às orientações técnico-administrativas provindas da FUCADESC;
 - Conveniar com entidades, visando atender a programação do CSU;
 - Participar da elaboração, execução e avaliação do Plano Global de Atividades juntamente com o pessoal do Centro, conforme instrumentos estabelecidos pela FUCADESC;
 - Divulgar e interpretar o Centro Social junto à comunidade".
- (Manual de Operacionalização de Centros Sociais - FUCADESC).

Ou como estava expresso no Artigo 2º dos seus Estatutos, o Conselho Comunitário do Saco dos Limões teria como finalidade:

"Integrar e dinamizar as ações da Comunidade, aprimorando-as como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os órgãos do Poder Público...

"Promover vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, solidificando o espírito associativo...

"Conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-a a responder aos seus anseios..., etc".

Este tipo de finalidades correspondem a um padrão estipulado pelo novo Decreto nº 8558, do dia 20 de agosto de 1979 do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre o Programa de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento de Conselhos Comunitários. Ou seja, pelas suas disposições, este Conselho e outros que se acolhem às diretrizes da política Estadual de Ação Comunitária tem um conteúdo nítido de DC. Assumindo como um compromisso a sua "integração" nos planos de "desenvolvimento".

A Comissão Diretora, órgão de execução e de direção geral do Conselho Comunitário, é eleita pela Assembleia Geral, porém estes membros deverão ter seus nomes homologados pelo Superintendente da FUCADESC e pelo Governador do Estado. Como consta das disposições normativas do Decreto nº 8558. //

O Conselho Comunitário e o CSU da Coloninha

Assim como o surgimento do CSU do Saco, o da Coloninha também foi fruto de solicitações de políticos. Esperidião Amim, Prefeito da época (1978), tinha muita penetração na Coloninha. Inclusive frequentava reuniões de moradores que se realizavam nas dependências da Paróquia Local. Aproveitando a criação do Programa Nacional de CSUs, como Prefeito, ele conseguiu viabilizar a construção do CSU na localidade.

Existia um Conselho de Moradores atuando no bairro anteriormente à criação do CSU. Como o projeto CSU deveria concre-

tizar-se com a co-gerencia de um Conselho Comunitário que se mantivesse afinado às diretrizes do Programa, este órgão teria de ser reformulado de acordo as novas exigências.

O processo de constituição do Conselho Comunitário não foi isento de conflitos, já que membros do antigo Conselho interpretaram este fato como sendo uma ingerência de cima para baixo. Ficaram receosos de que um Conselho deste tipo não fosse atender as reais necessidades da comunidade, porque segundo eles ficaria sob influências partidárias. A rejeição inicial foi expressiva e inclusive se pensou em manter funcionando de forma paralela às duas organizações locais. Fato que não se chegou a concretizar porque foi julgado pelos membros do próprio Conselho de Moradores que seria inviável manter duas associações deste tipo funcionando no mesmo local. Alguns dos antigos membros do Conselho de Moradores foram filiados ao novo órgão, porém outros mantiveram sua posição de recusa e resolveram excluir-se de uma participação. Segundo o Presidente do Conselho na época da pesquisa, a maneira como foi implantado este órgão no bairro, vinha repercutindo negativamente nos trabalhos de incentivo à participação da população desde a sua fundação, em 18/05/78.

A inauguração do CSU "Armandinho Gonzaga" se deu a 26 de janeiro de 1979. Pela tipologia dos CSUs correspondeu ao do tipo "C", possuindo uma área construída em torno de 700m². O equipamento se constitui de salas de aula, um salão central, cozinha, salas de administração, possui acoplado um posto de atendimento médico, quadras descobertas. No mesmo local foi construída uma creche, porém esta não é considerada como fazendo parte do equipamento, portanto não é gerenciada pelo Conselho. Este Cen -

tro Social é sensivelmente menor que o do Saco dos Limões, mesmo assim se constitui num equipamento de dimensões bastante grandes.

O seu quadro de funcionários estáveis é formado por: 1 Gerente, 3 Assistentes Administrativos, 3 Auxiliares Administrativos, 3 Vigias, 6 Serventes, 1 Técnico Social e 2 Assistentes Técnicos. Formando um total de 19 funcionários.

Os projetos em pauta para o ano de 85 eram os seguintes:

- Programa de Educação e Cultura:

- . Creche domiciliar
- . Atendimento ao Menor (filhos do Clube de Mães)
- . Festividades de Datas Comemorativas
- . Curso de Violão
- . Atendimento ao Menor (menores carentes desocupados no período matutino)

- Programa de Saúde e Nutrição:

- . Atendimento médico: clínico geral, pediatra e ginecólogo

- Programa de Trabalho:

- . Grupos de Produção (a partir dos Clubes de Mães)
- . Micro Empresa de Artesanato
- . Frentes de Trabalho (Objetivo: proporcionar trabalho a 20 pais de famílias desempregados, assim como dar-lhes uma preparação profissional nas áreas de marcenaria, conserto de eletrodomésticos e eletricista, conforme o interesse de cada um)

- . Cursos: corte e costura, crochê, corte e costura industrial, tricô, artesanato em couro, cozinheira, manicure e pedicure, marceneiro, sapateiro, artesanato em tecido)

Em relação a estes cursos deve-se dizer que dentre estes há alguns em funcionamento e outros foram solicitados para serem oferecidos durante o ano. Eles não são oferecidos ao mesmo tempo. E isto é válido também para o outro CSU.

- Programa de Assistência e Previdência Social:

- . Encaminhamento da População e Recursos Institucionais
- . Atendimento ao Idoso (Grupo de Idosos)
- . Olha o Peixe (fornecimento de alimentos a baixo custo a pessoas carentes que são cadastradas para tal)

- Programa de Desporto, Recreação e Lazer:

- . Aulas de Rítmica
- . Ginástica Estética Feminina
- . Escolinha de Voley e Baskete

- Programa de Organização Comunitária:

- . Clube de Mães
- . Grupo Escoteiro

- Programa Infraestrutura da Comunidade e do CSU:

- . Promoção Social da Comunidade de Santa Terezinha ("A Baixada"): projeto de Saneamento básico (sistema de coleta de lixo, sistema de distribuição de água, iluminação, instalações sanitárias nas residências com drenagem e fossa comunitária), formação de grupos de mães, recreação orientada às crianças, assistência religiosa.

. Auto-sustentação do CSU.

Existia uma preocupação por parte do Conselho Comunitário da Coloninha, como me foi manifestado pelo seu presidente, no sentido de "abrir-se mais para a comunidade", já que a função deste órgão como co-gerente do CSU, fazia com que seus trabalhos ficassem muito atrelados ao equipamento, pela própria responsabilidade que isto implicava. Sendo que este fato incidia, também, em uma certa indefinição de tarefas para os Membros da Comissão Diretora, provocando uma sub-utilização das suas potencialidades. Portanto, no intuito de sanar estas limitações e "procurando atrair mais pessoas para o trabalho comunitário e tornar o Conselho mais representativo" foi promovida uma reestruturação e redefinição de funções para a Comissão Diretora, a partir de 1985.

De 16 membros, a Diretoria passou a ser composta de 21. O gerenciamento do CSU ficou a cargo de três Diretorias, sendo que receberiam o apoio de dois funcionários da área técnica. Foram criadas duas vice-presidências, assumindo encargos diferentes: "Assuntos Comunitários" e "Assuntos Promocionais e Comemorativos". Foi criada a função de 2º Secretário e 2º Tesoureiro, definindo-lhes tarefas que garantissem sua participação efetiva. Estipulou-se que integrariam a Comissão Diretora, representantes de quadras ou ruas, indicados pelos seus respectivos moradores, desde que associados. Foram criadas, também, Comissões para as áreas de Saúde, Esporte, Educação, Mutirões e Frente de Trabalho.

Enfim, esta preocupação de modificar o comportamento do Conselho perante os seus trabalhos na localidade foi fruto de

uma avaliação crítica diante das evidências de uma "inercia" participativa. Os obstáculos a uma maior motivação da população pareciam ser muitos, e no que dizia respeito ao Conselho, começava pela própria dificuldade de compatibilizar os trabalhos de assistência social aos do de "promoção do espírito comunitário". E este problema, com certeza, não é exclusivo do Conselho Comunitário da Coloninha. Em Relatório encaminhado à FUCADESC, pelo Conselho Comunitário do Saco dos Limões, constava: "Encontramos dificuldades quanto à disponibilidade da população para participar de grupos de discussão e programação de ações voltadas para o desenvolvimento da comunidade... Há dificuldade de mobilização da comunidade para uma participação mais ativa e sistemática".

Pelas colocações dos conceitos de Desenvolvimento de Comunidade encaminhados nos documentos oficiais analisados, pareceria que as populações alvo destes projetos de cunho "comunitário" estariam prestes a engajar-se e "somar-se aos esforços" da instituição. Estariam prestes a desencadear sua "vocação comunitária". A prática se mostra bem mais difícil de equacionar, onde a "ilusão participativa" se desfaz no dia a dia.

Quais fatores poderiam estar inibindo ou facilitando uma participação nestes Conselhos? Conselhos muito particulares, já que se encontram em posição de co-gerentes de um equipamento de DC.

CAPÍTULO III

A PESQUISA DE CAMPO

Seleção das Amostras

Para investigar a respeito das formas de sociabilidade no contexto de bairros e especificamente a respeito da participação em associações, julguei adequada a escolha de duas localidades onde existiam Conselhos Comunitários constituídos e autogerenciando respectivamente equipamentos para uso "comunitário". Os chamados Centros Sociais Urbanos (CSUs).

A proposta de autogerenciamento dos CSUs pelos Conselhos Comunitários, junto com uma série de serviços oferecidos à população local através dos equipamentos, deveriam pressupor, desde o ponto de vista da proposta de "desenvolvimento de comunidade", níveis importantes de motivação à "participação comunitária". Esta seria, portanto, uma situação adequada para testar o nível de interesse e participação da população atingida por este tipo de política estatal de cunho "comunitário".

Por outro lado, pode ser levado em consideração, que a comparação se constitui num recurso muito fértil para a análise. Assim, o fato de escolher dois bairros para serem pesquisados, poderia ajudar a resgatar a riqueza das suas especificidades ao colocá-los numa situação de contraste. Especificidades que corresponderiam às características particulares dos seus moradores especialmente no que se refere as suas formas de so-

ciabilidade. Podendo incidir também em respostas diversas diante de uma mesma proposta de "participação comunitária" através da associação criada com este objetivo de desenvolvê-la, ou seja, o Conselho Comunitário.

Com o objetivo de captar as particularidades dos moradores inseridos num contexto social específico, julguei interessante selecionar amostras entre os "sócios" dos respectivos Conselhos Comunitários: o da Coloninha e o do Saco dos Limões. Ou seja, uma comparação onde a variável "ser ou não ser morador de determinado bairro", pudesse estar influenciando nas disposições específicas de orientação social ou outro tipo de características de sua população.

Com o objetivo de testar o critério de "participação" (em associações) elaborei outro tipo de amostra que denominei de "não sócios". Amostra esta, que foi selecionada por critérios diferentes da dos "sócios", ampliando assim a perspectiva de análise dos habitantes de um mesmo local de moradia, a Coloninha. Interessante neste caso, seria verificar de que maneira dois tipos de amostras diferentes, correspondentes a uma mesma população de vizinhos, poderiam apresentar características e disposições semelhantes ou diversas, na medida em que estariam referidas a um universo de relações sociais compartilhado. Por outro lado, e muito importante seria a possibilidade de visualizar características e disposições de orientação social específicas entre "sócios" e "não sócios". Em outras palavras, entre pessoas que se encontram engajadas no Conselho e outros que não se encontram.

Finalmente, as três amostras levantadas poderiam permitir-me, em conjunto, analisar as tendências gerais de "participa

pação" dos moradores dos bairros. Participação que estaria referida não só ao engajamento em uma organização do tipo dos Conselhos Comunitários, mas a outros tipos possíveis de grupos que se concretizam no próprio âmbito do bairro ou grupos que eventualmente extrapolam os limites deste, tendo um campo de ação muito mais amplo.

As três amostras juntas incluíram um total de 45 casos. Número considerado suficiente para inferir conclusões, dado o grande número de variáveis contidas no questionário a ser aplicado. Muitas variáveis poderiam controlar possíveis limitações das amostras.

Do total de 44 casos efetivamente pesquisados, 29 entrevistas foram realizadas na Coloninha: 14 com "sócios" e 15 com "não sócios". As 15 entrevistas restantes foram aplicadas a "sócios" do Conselho Comunitário do Saco dos Limões. Não foram realizadas entrevistas com "não sócios" no Saco dos Limões por ter considerado na época, que o número de dados levantados entre os "não sócios" da Coloninha seria suficiente para efeitos de comparação entre as categorias "sócios" e "não sócios": indivíduos "participativos" e "não participativos".

Sobre os Procedimentos de Extração das Amostras

a) "Sócios" da Coloninha: Foi construída uma amostra aleatória a partir do cadastro de registro de sócios que constava entre os documentos do Conselho Comunitário deste bairro.

De acordo com os estatutos do Conselho Comunitário da Co-

loninha, seriam considerados sócios, as pessoas que registrando seus nomes nos cadastros do Conselho, cumprissem os seguintes requisitos:

"... pessoas maiores e capazes para atos civis, e que residam na área de abrangência do órgão, bem como aqueles que exerçam atividades profissionais junto a comunidade".

"... Associados que residam fora da área de abrangência, inscritos no Conselho Comunitário até 10 de março de 1983...".
(Título III, Artigo 3).

O sócio seria considerado desistente quando deixasse de pagar a mensalidade durante seis meses consecutivos. Podendo ser reintegrado se pagasse, a modo de multa, doze meses consecutivos de acordo a mensalidade em vigor.

Até a data de 01/07/85 constavam inscritos um total de 778 associados. Destes, somente 373 podiam ser ainda considerados sócios, por estarem com suas contribuições pagas dentro do limite considerado aceitável pelas prescrições do Conselho.

Entre estes 373 associados foi escolhida uma amostra aleatória de 20 indivíduos, sorteados por meio de uma contagem de 18 em 18, de acordo a ordem de comparecimento no livro de registro. Foi deixada, como se pode observar, uma margem de 5 casos além dos 15 requeridos para a pesquisa, com o objetivo de prever possíveis negativas ou inconvenientes por parte das pessoas escolhidas em responder os questionários. Como era de se prever, isto ocorreu em alguns casos durante a pesquisa, inclusive tornando a margem insuficiente no caso dos "homens" entrevistados.

Nos 20 casos sorteados se observou uma predominância de mulheres associadas em relação aos homens, numa proporção de

2 a 1.

Com este tipo de amostra foram realizadas 15 entrevistas com questionário, correspondendo 10 com mulheres e 5 com homens. Importante é salientar que um dos questionários aplicados a um sócio do sexo masculino teve de ficar incompleto, apesar das diversas tentativas para reestabelecer um encontro. Na ocasião não pode ser substituído por outro homem sorteado, devido as dificuldades levantadas por estes em relação ao seu tempo disponível. Por este motivo, foram considerados posteriormente, 14 questionários entre os sócios da Coloninha para efeitos de análise quantitativa dos dados.

b) "Não Sócios Coloninha": A proporção de 2 a 1, favorável para as mulheres associadas, foi mantida para os "não sócios", com o propósito de controlar a variável "sexo" no sorteio da nova amostra da mesma localidade.

Utilizando um mapa da área urbana da região, onde foram demarcados os limites da área de abrangência do Conselho Comunitário da Coloninha, foram extraídos os 15 casos restantes. Foram assinalados aleatoriamente 15 pontos no mapa, que correspondiam a 15 encontros de rua. As ruas que convergiam nestas esquinas foram numeradas no mapa, procedendo a seguir o sorteio de uma delas.

Após a escolha de uma destas ruas, começava o procedimento para selecionar as residências que iam ser alvo da pesquisa. O recurso utilizado foi o de lançamento de dados; correspondendo somente uma casa para cada ponto no mapa ou rua escolhida. Ficando por exemplo: rua 4 casa 3 e assim sucessivamen -

te.

- O mesmo critério de seleção foi empregado para todos os casos, inclusive quando surgiam imprevistos no campo. Assim:
- a contagem das casas era sempre realizada na margem direita da rua escolhida, a partir da esquina;
 - se na casa sorteada não aceitassem submeter-se à entrevista, se passava imediatamente para a casa seguinte;
 - se na margem direita da rua não existissem casas construídas, se passava para a margem esquerda. Mas somente neste caso.

Em cada casa já estava definido a priori o tipo de pessoa a entrevistar. Os 10 primeiros questionários foram aplicados a mulheres adultas, solteiras ou casadas que fossem responsáveis pela cada. Os outros cinco foram aplicados a homens, mantendo os mesmos critérios seguidos com as mulheres.

As características das pessoas entrevistadas neste caso, tanto em relação ao sexo quanto em relação ao rol desempenhado na família, já estavam definidas de antemão, com o objetivo de procurar manter um paralelo com a amostra levantada entre os "sócios" da mesma localidade. Como foi dito, a intenção era poder controlar certas variáveis, no caso: sexo e rol familiar, para que durante a análise comparativa entre "sócios" e "não sócios", estes fatores não viessem a interferir nas conclusões.

Algo interessante de fazer notar nesta amostra é que na escolha das casas e posteriormente do entrevistado, a seleção poderia recair perfeitamente numa pessoa que fosse associada ao Conselho Comunitário. A possibilidade existia, e este caso não deveria ser rejeitado, porque ao mesmo tempo estariam testados os níveis de engajamento ao Conselho em uma amostra aleatória

de outro tipo. Ou seja, seriam "não sócios" por constituírem uma amostra selecionada independentemente dos registros do Conselho, e também pelo fato de tudo indicar que a proporção de engajamento seria consideravelmente inferior, podendo trabalhar assim com pessoas que pelos mais diversos motivos tivessem resolvido não associar-se. Esta pressuposição foi radicalmente confirmada em campo, porque nenhum dos quinze entrevistados selecionados possuía registro de sócio do Conselho Comunitário local, tendo trabalhado, portanto, com 15 pessoas que de fato não eram sócios.

c) "Sócios" do Saco dos Limões: Os critérios para caracterizar os associados do Conselho Comunitário do Saco dos Limões foram os mesmos, já explicitados anteriormente, do Conselho da Coloninha. Na verdade estes critérios são padrão para todos os Conselhos Comunitários que se atêm às diretrizes do Decreto Nº 8558 de 20 de agosto de 1979, que dispõe sobre o estímulo e apoio à criação e a funcionamento de Conselhos Comunitários a nível Estadual. O direito de associar-se está garantido para todo morador adulto que porventura expresse a vontade de engajar-se neste tipo de organização.

No levantamento da amostra no Saco dos Limões, foram empregados os mesmos procedimentos utilizados na Coloninha para a escolha dos "sócios".

O primeiro passo foi verificar o número de inscritos nos registros do Conselho. O total de associados, até o dia 17/10/85 era de 459. A seguir, foi sorteada uma amostra de 25 sócios, através de uma contagem de 18 em 18. Nesta ocasião, resolvi aumentar a margem de casos sorteados em vista do problema enfrentado na Coloninha para entrevistar os sócios do sexo mas-

culino.

A proporção de homens e mulheres associados no Saco dos Limões manifestou uma tendência inversa à constatada na Coloninha em relação ao sexo. Dos 25 casos sorteados, 16 eram homens e 9 eram mulheres. Ou seja, praticamente o dobro dos homens em relação às mulheres*.

O número total de entrevistados nesta localidade foi de 15 "sócios", correspondendo 10 entrevistas com homens e 5 com mulheres. Procurei assim respeitar esta tendência manifestada no sorteio, onde a proporção de homens praticamente dobrou à das mulheres.

Algumas Considerações sobre o Trabalho de Campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira delas foi feito todo o levantamento de dados na localidade da Coloninha, incluindo a coleta de informações no CSU e a seguir a aplicação de questionários entre a população local ("sócios" e "não sócios").

A segunda etapa correspondeu ao mesmo tipo de traba-

*A modo de informação, vale a pena ressaltar que o maior número de mulheres associadas no caso do Conselho Comunitário da Coloninha se deve a uma orientação da sua Diretoria no sentido de registrar a todas as pessoas, que sendo moradoras, façam cursos ou outras atividades dentro do CSU. Onde, como é fácil de entender, a frequência de mulheres é muito superior à dos homens no que se refere à maioria das atividades desenvolvidas: grupos de mães, cursos de artesanato, tricô, crochê etc..

lho, efetuado desta vez na localidade do Saco dos Limões, seguindo a mesma sequência na coleta dos dados.

A decisão de cobrir as duas localidades em momentos diferentes se deveu basicamente a um motivo prático, o da distância. Como estes bairros se encontram distantes entre si, aproximadamente uns 15 km, o deslocamento entre eles para realizar visitas no mesmo dia, implicaria em dificuldades para planejar o cronograma das entrevistas. Sobretudo se é levado em consideração que os horários cedidos pelos entrevistados eram roubados aos seus planejamentos de afazeres domésticos ou as suas escasas horas de descanso. Ou no caso dos funcionários dos CSUs, eram inevitavelmente intercalados com solicitações de clientes, tendo assim que estender a entrevista por mais tempo do previsto. O entrevistador portanto, tendo que adaptar-se à generosidade ou disponibilidade de horários dos seus entrevistados.

O início da abordagem das localidades através dos funcionários do CSU e membros do Conselho Comunitário local teve como objetivo informá-los das minhas futuras atividades na "comunidade", solicitar suas opiniões a respeito da pesquisa e, ao mesmo tempo, requerer o apoio necessário ao bom andamento desta.

Na ocasião eu já tinha elaborado um questionário para ser aplicado entre alguns funcionários do Centro Social e outro diferente para os membros do Conselho. Estes questionários foram abandonados, mantendo apenas um roteiro de perguntas chaves, aproveitando temas já elaborados no próprio questionário, já que verifiquei, desde o início, que o tipo de informações mais interessantes fornecidas por eles, vinham através de uma conversa mais informal. Por exemplo, relatos das suas experiências

na "comunidade", tipo de problemas enfrentados no seu trabalho, opiniões a respeito do tipo de "participação comunitária" desejada e a realmente alcançada, e outros assuntos deste tipo, que fluíam mais descontraidamente em conversas eventuais e as vezes pouco demoradas, a propósito, as vezes, de uma cena vivenciada no momento. O questionário neste caso, se tornava cansativo, talvez contraproducente e até desnecessário.

Existe no CSU, material bastante detalhado sobre os projetos desenvolvidos, inclusive com observações feitas a respeito dos inconvenientes surgidos em cada um deles. Existe além disto, relatórios elaborados regularmente para serem discutidos junto à FUCADESC. Por outro lado, as atas de reunião do Conselho Comunitário fornecem informações bastante interessantes sobre as atividades encaminhadas tanto dentro das instalações do CSU quanto na comunidade em geral.

A leitura deste material me permitiu levantar perguntas mais específicas sobre cada projeto desenvolvido nos CSU. Impossíveis de constar num questionário elaborado previamente. Como um dos meus objetivos era conhecer o tipo de atividades realizadas através do CSU e do Centro Comunitário, julguei na ocasião que este seria o procedimento mais acertado. Sobretudo que juntamente com o dado bruto poderia obter comentários dos funcionários e membros do Conselho a respeito destas atividades. Abandonei por estes motivos os questionários de funcionários e membros do Conselho para valer-me de um diário de campo onde anotei os dados que julguei relevantes.

Posso dizer que não tive inconvenientes no levantamento de dados no interior dos CSUs. As assistentes sociais, acostu

madas a acompanhar trabalhos de pesquisa de estagiárias de serviço social que eventualmente procuram os CSUs para realizarem suas práticas, entenderam prontamente os objetivos do meu trabalho e se dispuseram a ajudar no que fosse possível. É importante notar que são as assistentes sociais, as encarregadas de acompanhar os diversos projetos que são desenvolvidos junto aos CSUs, portanto representavam informantes chaves para minha pesquisa.

Tive oportunidade de entrevistar também a outros funcionários que desempenhavam funções técnicas dentro dos CSUs. Minha preocupação era poder conversar com aquelas pessoas que de alguma forma estivessem envolvidos com os projetos, porque somente disto eu poderia captar esses aspectos mais ricos da experiência individual que fogem aos relatórios formais.

Na Coloninha tive ocasião de entrevistar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Comunitário. Além de fornecer interessantes dados a respeito da condução dos trabalhos "comunitários" pelo Conselho e discorrer a respeito das suas trajetórias pessoais como membros deste, se dispuseram a apoiar-me no que fosse necessário durante o levantamento dos dados. Esta boa receptividade foi fundamental, porque me permitiu o livre trânsito dentro do CSU, que implicava em autorização para poder entrevistar funcionários e manusear todo o material de documentação que eu julgasse relevante.

No Saco dos Limões tive maior dificuldade de contactar os membros do Conselho Comunitário, porque na ocasião da pesquisa, estava ingressando uma nova Diretoria. Procurei, então, manter contatos com alguns membros da antiga Diretoria, conseguindo entrevistar a um deles, cuja boa receptividade foi, tam-

bém de grande ajuda.

No próximo passo da pesquisa de campo foi, questionário na mão, sair em busca das residências dos "sócios" sorteados. Tarefa difícil no começo para quem não conhecia bem os bairros. Quantas vezes tive que enfrentar numerações de residências totalmente aleatórias! Ruas que finalizavam subitamente numa escada. Travessas que repetiam o nome da rua principal onde começavam, confundindo a quem, novato nas redondezas, desconhecia as regras do jogo, procurando até o cansaço, um endereço inexistente. Terrenos familiares onde as residências se multiplicavam de forma diretamente proporcional ao número de descendentes, mas que mantinham uma única numeração para todos eles. Enfim, um verdadeiro jogo de "descubra quem puder", para alguém que amedrontado com a situação só pensava em qual seria a próxima adivinhação.

Já na seleção das casas dos "não sócios" me pude guiar pelos critérios "fantasiosos" e mais práticos de cartógrafos que conseguiram elaborar mapas locais com uma lógica diferente da realidade, isentos de travessas "insignificantes" ou becos surgidos ontem. Onde um "turista" nunca conseguiria chegar sem perguntar na padaria mais próxima ou no boteco da esquina.

Bem, antes de enfrentar esta aventura, tive que definir um questionário que pudesse me acompanhar heroicamente até o término da pesquisa de campo. Digo heroicamente, porque é difícil que este transite incólume até o fim das entrevistas, sem receber as críticas do seu próprio criador.

A elaboração do questionário é uma etapa da pesquisa que requer uma atenção especial do pesquisador. Nele deverão es-

tar contidas, de forma ordenada, todas as idéias surgidas em função do tema a investigar. Neste sentido, representa um bom esforço de síntese. Além disto, estas idéias deverão estar expressas em forma de perguntas que realmente motivem o entrevistado a fornecer as informações requeridas. Melhor que isto, se possível, fornecer além do que as meras perguntas pedem.

Por outro lado, um questionário não poderá ser muito extenso, porque afinal de contas, a paciência do entrevistado tem um limite. Por estes motivos, a elaboração de um questionário adequado, torna-se uma empresa algo demorada. Este vai requerer de testes antes de ser considerado satisfatório pelo pesquisador.

No caso desta pesquisa, foram feitas duas sequências testes de aplicação de questionários com a população local antes de assumir o definitivo. Na ocasião foram entrevistadas seis pessoas: três pessoas com o primeiro e outras três com o segundo, já modificado em função dos erros detectados no primeiro. Assim surgiu um terceiro, que foi o instrumento de pesquisa empregado nas quarenta e cinco casos da amostra.

O número de variáveis contidas no questionário eram muitas, por isto se tornou difícil elaborar um roteiro de perguntas muito suscinto. Este problema foi contornado, de certa forma, pela introdução de algumas perguntas, que como pude perceber, entusiasmaram mais os entrevistados durante a aplicação dos testes. Este tipo de perguntas, de fato serviram posteriormente para reforçar o interesse das pessoas para responder o questionário como um todo.

Algumas destas indagavam, por exemplo, a respeito das

atividades que o entrevistado tinha realizado no dia anterior. Localizada no começo do questionário, esta pergunta suscitava surpresa e descontração, sendo muito útil para poder conhecer um pouco do cotidiano destas pessoas. Outras perguntas a respeito das mudanças de endereço ocorridas durante a vida do entrevistado, faziam com que as pessoas se divertissem, procurando lembrar acontecimentos pessoais e familiares que os entusiasmavam. Muitas das vezes se transformavam em pequenas histórias de vida, onde detalhes interessantes sobre a constituição e transformação dos bairros, assim como informações sobre as redes familiares na localidade vieram a tona.

A sequência de perguntas sobre os laços sociais que o entrevistado mantinha, tanto no interior como fora da localidade, eram fundamentais para a pesquisa para detectar a forma de utilização destes laços, assim como o tipo de pessoas citadas para este tipo de contatos: vizinhos, parentes, colegas de trabalho, amizades surgidas através de outro tipo de atividades em comum, etc. Ao mesmo tempo, este tipo de indagação era bem recebida pelos entrevistados. Gostavam de falar sobre suas amizades, parentes e explicar porque os procuravam para relacionar-se.

Enfim, todas estas perguntas contribuíram para tornar a entrevista mais amena, motivando os entrevistados para responder questões importantes porém algo cansativas e secas. Como por exemplo, indagações a respeito das condições de moradia, dados sobre a renda familiar, utilização das instalações do CSU e outras deste tipo.

As entrevistas duravam em média em torno de três horas, estendendo-se as vezes por mais tempo. Havendo ocasiões que

inclusive tiveram de ser completadas numa segunda visita.

Ao longo de todo o trabalho das entrevistas fui muito bem recebida. Surpreendendo-me a boa vontade das pessoas em cooperar tão pacientemente com a pesquisa. Isto, se é levado em consideração que um pesquisador é uma pessoa desconhecida que ocupa o tempo, as vezes escasso, com perguntas de assuntos ora tão cotidianos, ora tão esdrúxulos, indaga sobre tudo e todos, e depois de cumpridos seus objetivos vai embora. Apesar disto, a hospitalidade esteve sempre presente, fazendo com que inclusive fosse convidada muitas vezes para compartilhar uma refeição ou retornar para continuar uma conversa.

O pesquisador sempre estará apreensivo em relação ao tipo de acolhida que irá a ter. A experiência confirmou, porém, que na maioria dos casos as pessoas podem gostar de submeter-se a uma entrevista onde são solicitados a expor suas opiniões, falar um pouco de suas vidas, do seu bairro.

Esta boa acolhida foi uma tônica nas duas localidades, tendo sido poucas as ocasiões que tive de alterar as pessoas sorteadas pela amostra. Os casos de recusa foram poucos e foram devidos, quase que sempre, à falta de tempo. Porém, um dos problemas que tiveram de ser enfrentados durante toda a época das entrevistas, foi a desconfiança que a pesquisa suscitava nas pessoas. Desconfiança que, entre outros motivos, se deveu principalmente, à época em que foi realizado este trabalho.

A cidade de Florianópolis, durante o ano de 1985, estava envolvida com a eleição para prefeito que seria realizada em novembro deste ano. Durante este período que precedeu as eleições, foi muito comum, que pessoas à serviço dos diversos parti-

dos concorrentes, batessem nas portas das residências, geralmente mais de uma vez, na procura de apoio a seus candidatos. Sempre demonstrando muitíssimo interesse em colher informações a respeito dos diversos problemas do bairro.

Este fato deixou os moradores naturalmente desconfiados, de qualquer um, que munido de um questionário, fosse bater nas suas portas solicitando um atendimento. Pelo menos foi verbalmente expressado por vários dos entrevistados.

O problema suscitado na ocasião teve de ser contornado com boas e longas explicações, porque no primeiro contato se tornava difícil desvincular-me da imagem de ser "mais um", desses nem sempre bem recebidos "pesquisadores".

Previendo dúvidas em relação à minha identificação, eu já tinha providenciado uma carta de apresentação fornecida pelo meu curso universitário. Para muitas pessoas isto já era um documento suficiente para dispor-se a ser entrevistado. Com muita boa vontade ajudariam um estudante universitário a cumprir suas tarefas, eles falavam. Seus filhos também estudavam ou estudariam, e entendiam a necessidade do seu apoio. Discorriam sobre a importância da educação nos dias de hoje e prontamente se dispunham a marcar um horário para ser entrevistado. Em outros casos, porém, ainda persistia certa confusão e desconfiança inicial, não conseguindo distinguir claramente a minha procedência. Sendo estudante, estaria eu, por acaso, realizando serviços para o CSU ? Afinal de contas minha pesquisa estava relacionada a este tema. Ou por outro lado, eles se perguntavam, o que a Universidade estaria querendo com eles; por acaso seria uma pesquisa com objetivos políticos ? Encomendado por alguém ? Era muito normal suspei

tar de alguém que requere-se sua atenção individual, fazendo-os transformar-se desinteressadamente de esquecidos moradores em solicitados cidadãos alvos de pesquisa.

Este tipo de confusão se fez presente, sobretudo, entre pessoas de nível educacional inferior e renda mais baixa, ou seja, justamente aqueles mais esquecidos. Isto se justificava, porque qual seria a força de um papel se não a de confirmar a percepção de que a pesquisadora era uma pessoa a serviço de mais uma instituição, cujos objetivos não ficavam muito claros, mas que teimava em intrometer-se nas suas pacatas vidas. Apesar das desconfianças, estas pessoas aceitaram submeter-se às entrevistas e as dúvidas foram dissipando-se a medida que as perguntas, por si mesmas, iam deixando mais claros os meus objetivos de pesquisa.

O trabalho de campo é composto de todas estas minúcias e cada situação vivida, por mais insignificante que pareça, representa uma aprendizagem não só em termos profissionais como também pessoais, já que é nesta fase da pesquisa que a oportunidade de nos permite aproximar-nos de pessoas bem diversas.

Cada erro ou acerto no campo serve como marco para guiar-se em eventuais futuras pesquisas. Adquire-se experiência, por exemplo, quanto ao método mais eficiente para abordar todos os casos da amostra numa localidade relativamente grande. Ou seja, como agir, para poder concluir num tempo razoável, o trabalho das entrevistas, dados: a amplitude da área, um questionário razoavelmente extenso e as características das pessoas a entrevistar.

Após algumas tentativas muito demoradas e por vezes

infrutíferas de abordagem das pessoas, pude detectar que seria mais adequado contatar todas as pessoas da amostra de uma só vez. Isto é, localizar no campo todas as residências, para em seguida, contatar um a um os entrevistados, solicitando um horário fixo de atendimento de acordo com suas possibilidades. Este procedimento permitiu elaborar um planejamento antecipado para toda a área, poupando as idas e vindas tão desestimulantes, quando se volta de mãos vazias, após ter investido um tempo considerável.

Agindo desta forma, pude saber de antemão, quais as pessoas que aceitavam ou não submeter-se à pesquisa. Por outro lado, ao estabelecer um compromisso, as pessoas reservavam um tempo exclusivo para a entrevista, possibilitando um diálogo mais demorado e geralmente mais frutífero. Garantindo assim a boa acolhida.

Outro aspecto interessante da aprendizagem no campo refere-se também à forma mais adequada de conduzir as entrevistas. Ficar restrito às meras perguntas que constam do questionário, certamente impede que o pesquisador colete outras informações que serão úteis na sua análise do objeto.

Nesta fase, o desafio exigido do pesquisador é o da criatividade, o do senso de oportunidade e o da objetividade. O senso de oportunidade, porque o pesquisador deve estar atento às situações onde se vislumbram possibilidades de informações paralelas que, se possível, não deve deixar escapar. A criatividade, porque deve agilmente imaginar, de acordo às características de cada entrevistado, a melhor maneira de elaborar as perguntas que possam induzi-lo a fornecer estas informações. Pergunta certa na hora certa. A objetividade, porque o pesquisador deve manter o

controle do diálogo, sabendo retomar o rumo da entrevista cada vez que sentir que se está enveredando por assuntos que fogem de mais aos seus objetivos.

Estas características de um pesquisador durante a entrevista são certamente necessárias e sentidas como tais pelo entrevistador, mas não são suficientes. Neste momento é também fundamental ter adquirido a confiança do entrevistado através da correta identificação dos propósitos da pesquisa. Porque é mais do que compreensivo silenciar informações quando estas são constrangedoras: problemas de conflitos com vizinhos, opiniões adversas às lideranças locais, críticas à condução dos trabalhos "comunitários", etc.

Nesta pesquisa este problema da desconfiança foi um desafio constante. Primeiro pelo fato já citado anteriormente, da pesquisa ter sido desenvolvida em "ano político". Ocasão em que as pessoas tendiam a poupar-se nas suas opiniões. Pude perceber também que os entrevistados que mais procuravam evadir-se nas suas opiniões, quando solicitados, eram exatamente aqueles, que por condições econômicas, dependiam de favores de políticos ou dos serviços eventualmente oferecidos nos respectivos CSUs. Em contra partida, aqueles que tinham autonomia a este respeito, costumavam posicionar-se abertamente em relação a estes assuntos mais delicados.

Um segundo motivo que provocava atitudes mais reservadas por parte dos entrevistados estava ligado as características dos próprios bairros pesquisados. Nestas localidades, os laços entre vizinhos são frequentes e por este motivo existe um potencial de conflito que tendia a ser evitado entre os morado-

res. Qualquer opinião adversa em relação a seus próprios vizinhos, se expressada abertamente e eventualmente levada à público, poderia deixá-los numa situação incômoda que teria de ser enfrentada diariamente.

Isto foi nitidamente percebido através da autodescrição que a maioria dos entrevistados, sobretudo mulheres, faziam em relação a seu próprio proceder perante a vizinhança:

- "Eu não sou de conversar muito, prefiro ficar dentro de casa..."
- "Tenho muito serviço em casa, não posso ficar de conversa..."
- "Os vizinhos são muito bons, mas não converso com ninguém não..."

Este tipo de declarações foi muito comum entre as pessoas entrevistadas. Porém, nas indagações a respeito dos laços sociais existentes, estas mesmas pessoas, frequentemente citavam vizinhos para satisfazer diferentes relações: visitar, ser visitado, gostar mais, pedir emprestado, etc. Ou seja, na verdade os laços existem, mas os moradores tem consciência de que por este mesmo motivo as relações devem ser mais cuidadosas. Uma mulher que fica sempre na rua ou metida na casa dos vizinhos pode prestar-se a mexericos e portanto ser alvo de conflitos. A imagem que as pessoas transpassam para as outras deve ser a de boa vizinha, prestativa, porém reservada. Uma entrevistada assim o expressou:

- "Eu gosto de servir os outros, mas eu não peço nada. As pessoas podem pensar que eu abuso..."

O mesmo tipo de conflito foi sentido através da pergun

ta que indagava a respeito da atitude tomada pelo entrevistado quando seus filhos brigavam com as outras crianças da rua. O tipo de declarações a seguir exemplifica como as crianças são foco de conflito em potencial e como os pais agem para enfrentar este problema:

- "Eu não gosto que eles saiam do quintal..."
- "Eu tenho que cuidar dos meus! Mas se eles apanham na rua o azar é deles, porque não vou brigar com vizinhos por causa deles..."
- "É difícil que meus filhos brinquem na rua..."
- "Por mim podem se matar, que ainda vão apanhar quando chegarem em casa..."
- "Eu prefiro que brinquem entre eles para não dar problema..."
- "Não quero nem saber! As crianças que se entendam! Espero que os vizinhos façam a mesma coisa..."
- "É difícil eles saírem para brincar. Não vão na casa dos outros, são os outros que vem aqui em casa..."

Este tipo de declarações demonstram, mais uma vez, os cuidados que os moradores tem para preservar as boas relações com a vizinhança. Isto explica a discricão dos entrevistados nos assuntos conflitivos que diziam respeito aos vizinhos. O tipo de dados exigidos pelo pesquisador dizem respeito a uma realidade muito próxima e fundamental, que é a convivência no local de moradia, onde informações de tipo conflitivas obviamente são constrangedoras.

Os laços sociais, tanto entre adultos quanto entre crianças são frequentes nos dois bairros e por isso o conflito

está sempre latente. Basta passear nas ruas para perceber que existe vida social intensa entre os moradores: grupos de adolescentes reunidos em animados bate-papos, vizinhas conversando nas portas enquanto crianças brincam na rua entrando e saindo das casas, donas de casa voltando juntas das compras. Enfim, o serva-se muita vida social centrada na rua. Esta imagem do tipo "distância cordial" torna-se necessária, porque ninguém quer ser confundido com aqueles que ficam o dia todo "de conversa", ou seja, possivelmente intrometendo-se na vida dos outros, - ou confundidos com aqueles cujos filhos são de "ficar na rua", ou seja, crianças sem controle familiar, que certamente acabariam por provocar problemas com os vizinhos, além de dar margem às "más línguas".

Por estes motivos eu procurei respeitar o constrangimento dos entrevistados diante de determinadas perguntas. Isto implicou em questionar-me a respeito do meu próprio papel como pesquisadora. Se eu fosse adiante nas indagações certamente conseguiria informações detalhadas dos conflitos específicos, mas ao preço de invadir ostensivamente a privacidade dos meus entrevistados. Acredito que um investigador não tem este direito e nem se torna necessário insistir num interrogatório incisivo, já que a própria percepção do constrangimento se constitui num dado em si. Sendo mais adequado (mais ético?), proceder a registrar a situação através de observações pessoais do pesquisador, num diário de campo por exemplo, do que insistir além do que no momento nos é permitido conhecer.

Somente quando o conflito já estava deflagrado abertamente e era de conhecimento público, o entrevistado não sentia necessidade de reserva. Muito pelo contrário, nesta ocasião, o

entrevistado procurava no pesquisador um aliado compreensivo para seus problemas, não poupando detalhes para maior esclarecimento do seu interlocutor.

Como eu tinha comentado mais adiante, o trabalho de pesquisa representa uma boa experiência, tanto em termos profissionais como pessoais. No caso da pesquisa em ciências sociais estas duas dimensões se justapõem, porque assim como vivências pessoais anteriores influem na maneira de encarar as diversas situações do campo, assim também o contato com a pesquisa deixa marcas no investigador.

Muitas idéias preconcebidas a respeito das pessoas em geral, pessoas que convivem diariamente na mesma cidade do pesquisador são modificadas, porque os novos contatos propiciam o vislumbrar de outras experiências de vida, de outras realidades. Tão típico e as vezes tão necessário é nosso pensar etnocentrista, de forma a reforçar nossas identidades constituídas através da participação nos diversos grupos e subgrupos de que fazemos parte no nosso cotidiano. Em nossas relações pessoais os contatos são selecionados geralmente por afinidades várias que vêm fortalecer este sentimento da diferenciação, excluindo terceiros voluntária ou involuntariamente. A pesquisa com pessoas torna-se, neste sentido, uma situação fora do comum, porque propicia contatos com pessoas fora deste círculo geralmente restrito. Tem-se acesso a indivíduos tão próximos no espaço e ao mesmo tempo tão distantes de nossas escolhas diárias.

Apesar do tempo de contato com os entrevistados ser bastante fugaz, a experiência resulta numa abertura do conhecimento a estas novas situações de vida. O simples fato de circu -

lar detidamente por bairros ou ruas não habituais, a não ser em circunstâncias de trânsito impessoal, representa por si mesmo um passo neste sentido. Procura-se enxergar desde um outro ponto de vista, tentar captar o "exótico" num objeto que aparentemente não tem nada de exótico.

Esta necessidade de descobrimento veio para mim acompanhada de dúvidas e inseguranças. Muitas vezes durante a pesquisa de campo me perguntava se poderia conhecer ou sentir o objeto de forma a distanciar-me do óbvio. O assunto da "participação comunitária" é um tema em voga, quase todo mundo tem alguma experiência de participação em diversos tipos de grupos e muitos palpites para dar. Por outro lado, a participação num Conselho Comunitário parece um assunto tão corriqueiro, tão distante do exótico. Lida-se com donas de casa, funcionários públicos, aposentados, ... pessoas comuns, moradores pacatos dos seus bairros, Lida-se com um CSU, com seus cursos, suas festinhas comemorativas, seus grupos de mães, seus projetos de melhoria da infraestrutura do bairro, suas verbas insuficientes... Enfim, situações que certamente devem repetir-se até o cansaço em outros lugares onde existem projetos "comunitários" similares.

Em outras palavras, o problema consistia em como resgatar aquilo de específico que cada situação de entrevista ou cada cena cotidiana me propiciava.

Com todas estas dúvidas entrei nas suas casas, realizei as entrevistas e pude surpreender-me muitas vezes com o meu desconhecimento. Pessoas pacatas ou comuns, certamente, mas quase sempre inesperadas. Bairros que aparentemente não diferem de outros bairros, mas com suas características próprias, suas his-

tórias particulares, suas redes sociais específicas, seguramente nunca iguais a de outros. Ou seja, o exótico sempre presente, radicando na própria especificidade de cada objeto.

CAPÍTULO IV

OS BAIRROS: SACO DOS LIMÕES E COLONINHA

Formas de Ocupação

O centro administrativo e comercial da cidade de Florianópolis se concentrou historicamente na parte Oeste da Ilha de Santa Catarina. A cidade se expandiu a partir deste núcleo urbano, atraindo a população do interior do estado, assim como populações localizadas em outros pequenos núcleos do interior da Ilha. Só a partir do século XX, após a construção da Ponte Hercílio Luz, que a parte continental da cidade se integrará lentamente, embora de forma mais regular, ao crescimento urbano da capital.

A maioria dos bairros surgidos nesta parte continental da cidade são formados por uma ocupação populacional bastante recente. Pode-se dizer que praticamente só a partir dos fins da década de 40, esta região começa a ser habitada de forma mais significativa.

A região do Continente como um todo, segundo projeções do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), será a que mais vai crescer nos próximos cinco anos. Com o agravante de concentrar a maior população de baixa renda da Capital, ostentando um crescimento urbano desordenado, com áreas, cada vez maiores, onde se concentram sub-habitações.

Com o crescimento dos bairros aumentou também o movi-

mento comercial localizado principalmente em torno das duas vias de escoamento principais do Estreito, o bairro mais populoso do Continente. Bairro que se constituiu também até muito pouco tempo, na entrada principal para o centro da cidade localizado na Ilha. O comércio do Estreito representa, hoje em dia, uma alternativa de consumo cada vez mais importante, inclusive para moradores da Ilha. Apesar de todo este crescimento, a região se resente dos problemas sociais e urbanos que enfrenta e do esquecimento que tem sido alvo por parte dos órgãos administrativos. Como os próprios moradores o expressam:

"Esqueceram do Continente e da Coloninha... as cinco praças que lá existem estão muito depredadas, com os brinquedos estragados. Na praça Luiz Gonzaga Valente, por exemplo, roubaram até a terra das floreiras" Depoimento de José Manoel Brasil, Presidente do Conselho Comunitário da Coloninha. (Jornal O Estado; Florianópolis, 24/10/85).

"Aqui temos de tudo, principalmente em termos de comércio e indústria. Só precisamos que o novo prefeito dê um pouco mais de atenção ao bairro (Estreito), que está abandonado seguramente há uns quinze anos". (Depoimento de um morador, colhido pelo Jornal O Estado; Florianópolis, 24/10/85).

As duas áreas pesquisadas neste trabalho se localizam, uma no Continente e outra na Ilha. A primeira se situa no próprio coração do Continente, assentada entre morros e baixadas. Corresponde a área de abrangência do Conselho Comunitário da Coloninha, que estravasa um pouco os difusos limites do bairro, incluindo as regiões fronteiriças de outros bairros. Segundo a assistente social do CSU da Coloninha, os limites se definem em

função das áreas de abrangência de Conselhos Comunitários de áreas adjacentes. As fronteiras seriam basicamente as seguintes: ao norte com o bairro Balneário do Estreito, ao sul com o bairro de Capoeiras, a leste com o bairro Nossa Senhora de Fátima e a oeste com o bairro de Barreiros do município de São José.

A Coloninha, ou melhor, a área do Conselho correspondente, comporta, segundo o seu Presidente, uma população estimada em torno de 10.000 pessoas. Correspondendo mais ou menos a 3.000 famílias. A sua população é bastante heterogênea se considerada em termos de renda. Devido ao crescimento urbano e à relativa melhoria em termos de infraestrutura e serviços da região, apesar de ainda muito aquém das reais necessidades dado o contingente populacional, este bairro tende a valorizar-se sobretudo em áreas próximas ao Estreito, onde como já foi comentado, existe uma atividade comercial significativa. Nesta medida, atraindo moradores de rendas médias, que há alguns poucos anos atrás nunca teriam cogitado estabelecer-se no bairro.

A área pesquisada ostenta, portanto, em algumas ruas centrais que geralmente convergem no sentido das vias comerciais do Estreito, residências e alguns poucos edifícios de apartamentos ocupados por moradores com níveis de ingressos médios. Já nas ruas interiores a heterogeneidade ora se manifesta ora desaparece. Se manifesta quando se intercalam residências novas e bem construídas, geralmente com uma garagem devidamente visível para a rua, com casas de madeira, algumas um pouco melhoradas acompanhando um pouco na retaguarda a valorização do local, assim como com casas que pela sua aparência foram recém resgatadas do estágio da sub-habitação. Esta mesma heterogeneidade pensada

em termos globais de todo o bairro, desaparece quando os níveis de renda tendem a se homogeneizar de forma diretamente proporcional à distância do centro comercial e às dificuldades de acesso por ruas de escoamento fácil e devidamente calçadas. Esta homogeneidade considerada em termos dos níveis de renda se espelha agora na semelhança das casas de pátios estreitos e super utilizados, em função do crescimento da área construída das residências através dos anos. Um banheiro de material que finalmente pode ser concretizado, ou uma cozinha também de material, mas fora de casa, que foi o sonho da dona de casa durante tanto tempo (uma cozinha grande com lugar para a copa, na qual seria a dona e senhora do "seu" espaço, permitindo-lhe também, finalmente, manter sob controle o seu exigente padrão de limpeza e ordem dentro de casa). Homogeneidade que se manifesta novamente quando subitamente aparecem, agora, sub-habitações que desafiam as normas elementares da sobrevivência. Obviamente situados nos lugares mais inóspitos do bairro; servidões de acesso irregulares em pendente, escadas escorregadias que afrontam o equilíbrio, terminando no fim de uma grande baixada. E é com este mesmo nome que ficou popularizada: "a Baixada", que se constitui não em um mero problema do bairro, mas em um verdadeiro caso de urgência.

O local pesquisado apresenta, portanto, todas estas variações habitacionais: casas "boas", melhoradas, remendadas e no extremo da escala as sub-habitações, localizadas nos "bolões" de pobreza. Outra característica interessante que diz respeito as habitações é que a grande maioria destas são de propriedade dos seus moradores. Segundo dados desta pesquisa a posse de residência variava entre 78%, relativo a amostra dos "sócios" e 66% para os "não-sócios". Segundo informações de outro levanta

mento feito no mesmo local, a propriedade dos imóveis correspondia a 70% do total da amostra levantada entre 150 famílias. (Warken, A. 1980).

O dado da casa própria se torna interessante para sugerir uma tendência da ocupação populacional dos bairros. Para as famílias de rendas médias e aquisição da casa se constitui num projeto não tão distante em função dos seus ingressos, tendo uma margem de escolha mais ampla em termos de mobilidade espacial. A escolha poderá definir-se em relação a certas vantagens valorizadas por eles no ato da compra e necessariamente oferecidas pelo bairro. Como por exemplo, a proximidade a recursos comerciais, proximidade ao trabalho ou outras, mas principalmente com a condição que ofereça relativamente boas condições de infraestrutura urbana. Dificilmente este tipo de famílias "desbrava" uma área não urbanizada, a não ser que esta "prometa" a curto ou no máximo, meio prazo, as perspectivas de uma valorização. A escolha de residências em áreas sem infraestrutura urbana satisfatória, se dará somente no caso em que o local ofereça algum tipo de incentivo, não por acaso, também valorizado por algumas camadas da população. Por exemplo: vistas panorâmicas, áreas verdes, proximidade e recursos naturais, lugares com clima menos úmido, etc. Locais onde mesmo desconsiderando eventualmente a relativa distância do comércio mais variado, ou serviços educacionais ou outros, de qualquer forma se constituem em um bom investimento econômico. Este tipo de atrativos não representa o ponto forte da Coloninha, já que situado no coração do Continente, é afastado das praias e não oferece recantos ecológicos valorizados como alguns outros bairros da Ilha.

A existência de famílias de faixas de rendas médias

num bairro, poderá ser parcialmente justificado a partir destas considerações. Claro que outros motivos podem influir nas decisões destas famílias: laços familiares intensos, posição de prestígio dentro da vizinhança, empreendimentos comerciais com ligação específica na área, e outros possíveis. Mas de uma maneira geral a regra indica que, a um aumento da renda ou mobilidade social ascendente, as possibilidades de mobilidade espacial aumentam se o local de moradia não cumpre suficientemente os requisitos referidos. No caso da Coloninha, como foi citado anteriormente, o aumento de ocorrência destas faixas familiares é bastante recente e tem uma relação significativa com a relativa valorização de certas áreas dentro do bairro.

Para as famílias de rendas mais baixas o espectro de escolhas se apresentará sensivelmente reduzido e, se pensado em termos exclusivamente econômicos, se definirá principalmente em função dos baixos custos dos terrenos ou das casas. A valorização da área e do imóvel será visto como um projeto muito mais distante no tempo, não entrando necessariamente nas considerações no ato da aquisição do imóvel. Só poderá comprar se os terrenos ou casas são baratos, o que logicamente só acontece em áreas desprovidas de muitos atrativos urbanos. Onde as possíveis áreas verdes representam mais uma ameaça à segurança do que uma qualidade ecológica valorizada e a possível visão panorâmica, mais uma contingência do que uma escolha necessariamente deliberada. Isto não quer dizer que estes atrativos naturais não sejam eventualmente valorizados, mas simplesmente que, dadas as condições, nem sempre vantajosas das áreas residenciais possíveis, estas vantagens naturais podem representar mais um empecilho as já sacrificadas existências. A vista panorâmica em bairro sem serviços de

transporte adequado, obrigará o morador a ter que enfrentar uma cansativa escalada a pẽ, por exemplo. A "linda" mata localizada nas proximidades da casa poderá ser reduto de "marginais", como muitos moradores da Coloninha se queixaram durante as entrevistas. Isto quer dizer que o custo do terreno será um determinante difícil de esquivar e que geralmente será um fator de peso nas restritas escolhas.

Estas considerações em relação as famílias de baixa renda foram explicitadas com o objetivo de esclarecer um momento da constituição do bairro. Quando famílias geralmente emigradas do interior e de outras regiões litorâneas de Santa Catarina estabeleceram suas residências, em lugares que na época pareciam inóspitos para moradores mais acomodados da cidade.

Segundo a Planta Cadastral de 1944 existente na Biblioteca Pública do IPUF, esta região da Coloninha e adjacências se apresentava como praticamente inabitada. Mostrando algumas pequenas aglomerações no Continente, somente no bairro do Estreito, no alto da Ponte e no bairro de Coqueiros.

Somente há uns 30 anos atrás começaram a aparecer na Coloninha, alguns pequenos aglomerados de residências ou "colônias". Migrantes vindos de: Lages, São Joaquim, Bom Retiro e outros lugares, procuravam esta área onde se lhes oferecia a oportunidade da compra de lotes relativamente pequenos e acessíveis as suas economias. Chegavam por referências de parentes ou conhecidos das localidades de origem, já estabelecidos nas proximidades. Muitos deles percorriam outros locais da capital, principalmente do próprio Continente, para depois vir a estabelecer-se na Coloninha. Este bairro, incipiente, por isto mesmo mais bara-

to na época, se constituía numa opção muito razoável para quem, vindo do "sítio", percorria distâncias em busca de recursos, tinha uma vida de trabalho muito pesada e sem grandes perspectivas:

"Nós lá tinha que andar seis horas a cavalo pra ir no médico. Aqui pelo menos eu consegui tratar das minhas pernas, que desde moça me incomodaram Quando vim morar aqui isto era tudo mato... a gente tinha que andar um bocado... subir e descer o morro... Mas compensou, agora isto é outra coisa! melhorou muito! Já calçaram a rua, tenho vizinhos muito bons..."

(Depoimento de Dona J. atualmente com 67 anos, moradora do bairro há 37 anos).

"Eu saí do sítio com 13 anos, vim morar aqui com uma tia que morava no Estreito. Saí porque não gostava de lá, era um lugar muito pobre e tinha que trabalhar muito. Logo depois vieram meus pais e fomos morar aqui pertinho, em Capoeiras..."

(Depoimento de Dona C., atualmente com 38 anos, há 25 anos mora no Continente, tendo mudado desde então quatro vezes de casa, mas sempre no bairro ou nas suas proximidades).

"Saí porque lá não tinha serviço e a lavoura não dava nada. Eu tinha plantação de tomate, começava a colher e não valia nada o preço. Com 18 anos vim pra casa do meu irmão, aqui no Balneário. Com 25 anos casei e comprei este terreno... Daqui não saio, o local é muito bom..."

(Sr. H., atualmente com 48 anos, morador do local há 23 anos).

As facilidades de fixação nesta área permitiram a muitas famílias nestas condições, adquirir um terreno e construir uma casa. Pelo menos assim me foi comentado por não poucos entrevistados. Por isso, hoje em dia, os índices de propriedade são bastante significativos, inclusive entre esta população de rendas baixas. Por outro lado, o bairro continua a receber contingentes populacionais de baixa renda, que já não encontrando condições tão favoráveis de fixação, vêm a engrossar estes "bolsoes" de pobreza, como a citada Baixada.

Uma solução alternativa que restou para este tipo de

famílias é a utilização de um recurso bastante trilhado: solicitar a solidariedade de parentes que por ventura possam ter no bairro. Assim, talvez, podendo construir um "puxado" no último espaço vago do terreno. Isto de fato foi constatado entre famílias da área, que mantinham agregados morando na mesma casa ou nos fundos do terreno. Mesmo assim, este expediente não foi verificado com muita frequência.

Da amostra total de moradores da Coloninha, incluindo os "sócios" e os "não-sócios", somente 10% são nascidos no bairro, 24% são nascidos em Florianópolis, sendo que todos no Continente. Os nascidos no sítio alcançam um 52%, e somente um 4% vem de outras cidades. Pode-se observar que de acordo a estes dados, a população de migrantes é bastante significativa em relação as das outras categorias, confirmando, portanto, a tendência de ocupação do bairro em função da possibilidade de aquisição dos terrenos ou casas, num dado momento da sua constituição.

O outro local pesquisado corresponde a área do Conselho Comunitário do Saco dos Limões, que de forma similar ao outro Conselho, engloba áreas adjacentes de outros bairros: Costeira do Pirajubaé e José Mendes. O bairro do Saco dos Limões se situa a Oeste da Ilha de Santa Catarina, distando aproximadamente uns 4 km do Centro de Florianópolis pelo caminho litorâneo que leva ao Sul da Ilha. Vindo do Centro de Florianópolis, o pequeno bairro José Mendes, exprimido entre o mar e os morros, confunde seus limites com o bairro do Saco dos Limões, cuja fronteira marítima coincide com o que é denominado "Baía Sul". Continuando pela avenida litorânea na direção Sul já se está no bairro da Costeira do Pirajubaé, sendo difícil perceber onde termina um bairro e começa o outro, porque as residências acompanham conti-

nuamente o trajeto da avenida beira mar, que recebe a confluência de ruas e servidões que descem em direção a esta única via principal.

A simples vista pode-se observar que estes bairros recém citados tiveram uma ocupação populacional bastante antiga. Ainda é possível ver algumas velhas construções, muito poucas, porque com o passar do tempo algumas foram destruídas, outras descaracterizadas com reformas e muito poucas mantidas intatas. Mas de qualquer forma, são edificações reminiscentes principalmente do início do Século XX, apesar de ainda restarem algumas que pelas suas características arquitetônicas são consideradas, por técnicos do Patrimônio Histórico do IPUF, exemplares do século passado.

O caminho litorâneo que ainda hoje leva em direção do Sul da Ilha, servia em épocas passadas como ponto de ligação terrestre entre o núcleo administrativo e comercial da cidade de Florianópolis e outras localidades do Sul da Ilha, notadamente o Ribeirão da Ilha. Este último, um povoado muito importante da época. O bairro do Saco se constituia, então, em um dos locais de passagem obrigatória para quem se dirige, por via terrestre, ao Sul. Por outro lado, este mesmo local se constituia em ponto de entroncamento de outra estrada que vinha do interior da Ilha, da região denominada na época de "Trás os Montes". Correspondendo a área situada a Oeste da cadeia de morros que separam tanto o centro de Florianópolis como o Saco dos Limões. Atualmente os bairros da Trindade, Córrego Grande e Itacorubi. Sendo que este último já apresentava um núcleo de povoamento significativo, e ao que parece, representando o início desta estrada que se entroncava com a trilha litorânea que saia do centro de Florianópolis.

polis e atravessava o bairro do Saco. A partir destas rápidas informações pode-se justificar que já no século passado, alguma incipiente forma de ocupação se efetivava no bairro do Saco.

No início do presente século, os bairros de José Mendes e Saco dos Limões, eram predominantemente ocupados por chácaras, que a medida que iam desmembrando-se, davam margem ao surgimento de pequenos aglomerados de casas. Habitações construídas em diferentes momentos, que por este motivo exibiam detalhes arquitetônicos correspondentes as suas respectivas épocas.

Se faz necessário comentar que estas suscintas informações históricas foram levantadas junto a uma técnica do Patrimônio Histórico do IPUF, já que os registros escritos até o momento, são praticamente inexistentes.

Durante as entrevistas realizadas nesta área foi possível verificar que esta forma específica de ocupação do bairro se manifestava atualmente na própria distribuição espacial de algumas famílias e além disto numa espécie de identidade, bastante presente nos entrevistados, em torno das famílias cujas raízes históricas se ligavam ao bairro ou proximidades.

Famílias que geralmente eram possuidoras de algumas terras e, que com o passar do tempo, foram sendo subdivididas continuamente entre os herdeiros. Até o presente momento, em que aqueles que permaneceram no bairro, e que não são poucos, puderam resgatar para si, quando puderam, um pequeno terreno onde construíram sua casa.

Levando em consideração que a amostra levantada neste bairro, incluiu somente 15 entrevistas, os altos índices de parentesco atrelados à localidade se fazem ainda mais significati-

vos. A referência a famílias com certa antiguidade na região eram constantes e, mais significativo ainda já que alguns dos parentes citados as vezes coincidiam entre os diferentes entrevistados. Compondo uma rede bastante extensa de laços de parentesco, que não tão surpreendentemente subsistiu ao próprio crescimento e crescente urbanização do bairro. Crescimento muito compreensível se é levado em consideração a sua localização em relação ao Centro da Capital e à pequena distância que o separa da Cidade Universitária e da Eletrosul, não mais de três km do cruzamento do Saco dos Limões. Duas instituições que tem atraído de forma significativa nos últimos anos, contingentes populacionais expressivos para os bairros próximos. Assim como um crescimento das atividades comerciais na área, antes bastante reduzidas.

Famílias como os Vieira, Carminatti, Napoleão eram referências recorrentes em vários depoimentos. Os "Vieira", além de antigos comerciantes da região possuíam terras na Caieira. A modo de registro, vale a pena comentar que uma das únicas edificações do fim do século passado que conseguiu sobreviver ao crescimento do bairro, e que foi zelosamente restaurada por seus atuais proprietários, pertenceu à esta família. O "Armazém Vieira" foi construído com este propósito comercial e, coincidentemente ou não localizado exatamente no entroncamento da estrada que vinha desde o Itacorubi, com a caminho que vinha beirando o mar em direção ao Sul da Ilha, constituindo-se em verdadeiro entreposto comercial. Alcino Vieira, atual vereador, é figura de destaque no bairro, tendo sido citado por todos os entrevistados, sem exceção, como o político com maior influência no local. Tendo ocupado também o cargo de Presidente do Conselho Comunitário do Saco dos Limões. Segundo depoimento de um dos entrevista-

dos, Alcino seguiu os passos do pai, o Sr. Valdemar Vieira, que foi prefeito de Florianópolis. Ou seja, membros de uma das famílias antigas do bairro que conseguiram certa expressão política, começando sua ascensão, certamente devido a firmes laços sociais estabelecidos durante anos com pessoas da localidade. Deixando vislumbrar uma importante característica desta localidade, que será retomada mais adiante.

Segundo outras informações levantadas através dos entrevistados, os "Carminatti" possuíam terras localizadas próximas ao atual Colégio Estadual Getúlio Vargas e os "Napoleão", perto do Morro da Caieira.

A modo de exemplo do que foi comentado recentemente a respeito da distribuição espacial da população em relação a antigas propriedades de terra, existe atualmente no Saco, uma rua que é denominada popularmente de "O Beco dos Carminatti", porque sugestivamente, a grande maioria das famílias que aí residem são herdeiras desta conhecida família do bairro. Segundo depoimento de uma "Carminatti" residente neste "Beco", ela possui sete primas e sete tios morando "aqui pertinho", não somente no "Beco" mas também nas proximidades deste. Valendo a pena ressaltar que cada um destes parentes possui sua própria residência. Ou seja, são quatorze unidades familiares que mantêm laços de parentesco com ela. Além deles, por sua vez, certamente serem beneficiários de algum terreninho herdado dos pais, que por sua vez herdaram dos avós. Ou se não herdeiros, já que é muita gente e pouca terra, compradores, mas insistentes moradores do Saco.

Outro exemplo desta divisão de terras por herança se dá em outra rua do bairro, onde um entrevistado comentou:

"Esta servidão tem uma vinte e cinco casas, mas em total estão ocupadas por umas seis famílias. Por exemplo, as cinco primeiras casas são todas de parentes. Se alguma pessoa entra na servidão, todos sabem... Em frente da minha casa tem quatro casas que também são de uma mesma família".
(Sr. O.R., morador da servidão; por sua vez, vizinho do lado da sua cunhada).

Enfim, se este bairro apresenta esta história de ocupação ligada a algumas famílias mais antigas que possuíam algum pedaço de terra, por outro lado foi-se constituindo também de imigrações um pouco mais recentes, mas quase exclusivamente de famílias vindo de outros lugares da Ilha: de bairros próximos (Centro, Agronômica), ou também do interior da Ilha (Tapera, Ribeirão da Ilha, Rio Vermelho). Famílias que, pelo que parece, não se dispersaram muito com o passar dos anos, porque muitos dos filhos ainda permaneceram no local, constituindo suas próprias famílias e fixando residência na área de abrangência do bairro.

"Os meus primeiros parentes chegaram no Saco mais ou menos uns quarenta anos atrás, vindos da Caieira da Barra do Sul, no Sul da Ilha..."
(Sr. O.R., além dos pais, que ainda moram no bairro, possui cinco tios, um irmão e dois primos, cada um com sua respectiva residência particular e residentes do Saco).

Segundo depoimento de uma Assistente Social do CSU do Saco dos Limões, ultimamente também tem chegado migrantes vindos do interior do Estado. Na sua maioria agricultores, originários principalmente da região de Paulo Lopes. Localizam-se nas áreas mais carentes do bairro, que correspondem as partes mais altas e sem infraestrutura adequada. Na sua maioria são desqualificados para assumirem empregos melhor remunerados e segundo informações da Assistente Social, na sua maioria se ocupam como serventes de obra. Devido a ser um fato bastante recente ela desconhece o vo-

lume de chegada, somente tendo-o constatado através das referências familiares de algumas crianças que ocupam os serviços da creche. Mesmo assim, a nível da amostra levantada no bairro, esta população não foi representada por nenhum dos entrevistados.

Sendo um fato muito recente, este fenômeno está relacionado ao próprio crescimento do bairro nos últimos anos, sobretudo nas áreas menos valorizadas. Mas sem dúvida nenhuma, o grosso da população local ainda está caracterizada por apresentar estas referências familiares mais antigas ligadas ao local. Que pelo menos até agora, ainda se constitui numa das peculiaridades deste bairro.

As Populações: Semelhanças e Diferenças

Na literatura se destaca a importância do estudo dos laços sociais para captar o cotidiano de uma população que luta por sobreviver e adaptar-se da melhor maneira possível ao ambiente da sociedade. A utilização de laços sociais de cunho informal: parentesco, amizade, vizinhança, etc., são apontados como um dos expedientes frequentemente usados, inclusive sem grandes diferenças entre as classes (Berlinck; 1975), para manter relações de reciprocidade que garantem esta sobrevivência. (Durham; 1984), (Bott; 1971-76), (Caldeira; 1984), e outros...

Relações que criam um verdadeiro intercâmbio de bens e serviços que nem sempre são possíveis de satisfazer através do uso de relações impessoais com as instituições especializadas da sociedade complexa. Muitas pessoas tem dificuldade de acesso a

estas, ou bem preferem, em determinado momento, apelar para as relações informais e pessoais que são sentidas como mais satisfatórias.

Pois bem, o bairro é um dos contextos sociais que pode comportar este tipo de relações. Mas é interessante lembrar que a existência de laços de reciprocidade no âmbito do bairro não implica em assumir que este é um reino de harmonia ou equilíbrio.

Como um dos campos sociais possíveis onde surgirão este tipo de relações, uma das especificidades mais ricas de um bairro poderá ser apreendida exatamente por este viés. Ou seja, distinguindo a forma diferenciada como se estabelecem estas relações, que corresponderão a uma estruturação particular das redes sociais dos indivíduos e suas famílias.

Através do pequeno histórico de ocupação dos bairros se observou que este fenômeno imprimiu uma marca diferenciada a esta estruturação. Pelo menos no que diz respeito ao bairro do Saco, se constatou que fortes laços potenciais estarão baseados no parentesco.

Comparando os dois locais pesquisados: a Coloninha e o Saco dos Limões, estes apresentarão uma série de semelhanças em função de certos dados referentes a sua população, que se diluirão na medida em que os fatores recém citados entrem em consideração. A saber: dados referentes aos laços sociais que por sua vez estão relacionados com o tipo de ocupação que se efetuou.

Verei agora algumas tabelas onde certas variáveis a respeito das características da população serão confrontadas com a variável bairro. Ou seja, ser morador de um ou outro bairro.

(Ver em anexo: "Notas de Esclarecimento sobre as Tabelas").

Tabela 1

Composição da Família nos Bairros:
Sacos dos Limões e Coloninha

	Média (Sócios) Saco dos Limões	Média (Sócios) Coloninha	Correlação
Família Nuclear	.66	.64	.02
Família Matrifocal	.13	.14	-.01
Família com Agregados	.13	.21	-.11
Nº de Pessoas em Casa	4,6	4,7	-.02
Nº de Casados em Casa	1,8	1,7	.09
Nº de Adultos em Casa	2,8	3,3	-.21
Nº Adultos > 50 anos em Casa	0,53	0,78	-.14
Nº Crianças de 0 - 12 anos (em casa)	1,46	0,93	.19
Nº Jovens de 13 - 17 anos (em casa)	0,4	0,43	-.02
Nº Crianças + Jovens em Casa	1,8	1,3	.15
Nº Adultos entre 18 - 49 anos, não casados (em casa)	0,47	0,82	-.32 (Sig)

No que diz respeito à composição familiar, as médias sugerem que estes bairros são muito parecidos. Como se pode observar, os graus de correlação também são muito baixos, não apresentando relações de significância para nenhuma das variáveis consideradas. Ou seja, a composição familiar da casa, no caso desta pesquisa, não sofre modificações em função da variável bairro, isto é, independe do fato de estar referenciada a um ou ou-

tro bairro.

A família nuclear (segundo o código das variáveis: pai, mãe e filhos) se mostra como unidade familiar predominante nos dois bairros. Isto pode sugerir algumas coisas:

- Que os laços de casamento são na maioria estáveis, o que não acontece em relação a família matrifocal;
- Que em ambos bairros se consegue manter, na média uma residência individual para cada núcleo familiar, não sendo significativa a ocorrência de agregados nas famílias;
- Que a família nuclear se constitui, portanto, no arranjo doméstico mais satisfatório, enquanto consegue cumprir a função de reprodução física e social dos seus membros em níveis aceitáveis.

A presença da família nuclear como arranjo predominante da composição social do grupo doméstico, poderá indicar que, apesar da heterogeneidade de rendas no interior de cada bairro, existe na média, uma situação econômica suficientemente satisfatória que impede a dispersão dos seus membros; cônjuges e filhos.

"Embora a unidade familiar se organize por regras próprias, orientados pelos padrões de ordenação das relações de parentesco consanguíneo e afim e enquanto locus da reprodução física e social dos indivíduos, essas relações e regras sociais são atingidas (alteradas e reorientadas) por fatores externos. Se o salário e as condições de absorção no mercado de trabalho são determinadas por variáveis externas à família, esta deve-se adaptar a esse conjunto de condições pela rearticulação dos recursos internos e externos, de modo a assegurar sua reprodução física e social a partir das condições sociais dadas". (NEVES, 1983).

Ou seja, em outros bairros esta forma de organização

social da unidade familiar, consegue cumprir suas funções, tanto no sentido econômico quanto em relação as expectativas culturais dos papéis dos cônjuges. Não sendo necessário, no geral, a "alteração" ou "reorientação" deste padrão familiar, investido por exemplo, num padrão matrifocal. De ocorrência bastante reduzida nos bairros. Padrão matrifocal que segundo Neves (1983), é o que se apresenta como uma alternativa de organização familiar na presença de situações econômicas adversas.

Este argumento do nível do padrão econômico da família influenciando sobre a composição dos membros da unidade doméstica foi amplamente sustentado através dos dados desta pesquisa. Nas correlações levantadas entre todas as famílias de moradores, tanto da Coloninha como do Saco, se observou que para a "família nuclear" a "renda per cápita" tendia a ser significativamente superior (Corr. ".43"). Contrastando com a "renda per cápita" correspondente para aquelas famílias que mantinham um padrão matrifocal de organização, (Corr. "-.61"). Ou seja, denotando a tendência significativa de deterioração do padrão de renda nestas famílias centradas na mãe.

No que se refere ao tipo de "família com agregados", os dados sugerem que este padrão não se constitui num fenômeno de relevância. A ligeira tendência de aumento manifestada pela média relativa à Coloninha, deve estar relacionada ao próprio histórico de imigração recente do bairro. Onde possíveis laços, ainda vivos, permitem de vez em quando, a solicitação de hospedagem de algum parente jovem do interior, em busca de novas oportunidades de trabalho ou estudo na Capital. Ou talvez, a acolhida de algum parente mais idoso em busca de um tratamento de saúde mais completo. Possibilidades que apareceram durante as entrevistas.

Em relação ao número de membros da casa pode-se dizer que as famílias destes bairros se comportam dentro das médias previstas para famílias brasileiras de área urbana. Em torno de cinco membros por grupo doméstico composto do casal e seus filhos. Onde apesar dos dados mostrarem que estas famílias do Saco são um pouco mais jovens, pela maneira em que estão distribuídos os membros por faixa etária, isto não aponta para nenhuma correlação significativa. Não podendo inferir, portanto, nenhum fato relevante que se desprenda desta condição.

Tendo considerado a unidade familiar como uma unidade de reprodução, o aspecto "renda" foi decisivo para explicar a ocorrência de famílias nucleares de forma predominante nos dois bairros. Para dar suportes mais precisos, tratarei a seguir, dados mais específicos a respeito da situação econômica dos entrevistados e de suas unidades familiares.

Tabela 2
Caracterização Sócio-Econômica

	Média (Sócios) Saco dos Limões	Média (Sócios) Coloninha	Correlação
Renda Familiar	3,6	3,6	-.02
Casa Material	.47	.57	-.10
Casa Própria	.87	.78	.11
Grau de Instrução	2,53	2,0	.22
Nº de Banheiros	1,26	1,43	-.06

Pode-se constatar, que em função destes dados há ainda

forte semelhança entre as populações destes bairros e nenhuma das variáveis relacionadas expressa uma correlação estatística significativa.

A média das rendas familiares dos dois bairros situa-se entre a terceira e quarta faixa de uma escala estipulada para codificação desta variável. Correspondendo à faixa entre 6 a 9 salários mínimos (Ver "Código das Variáveis" em anexo). Isto vem a fortalecer o argumento aventado em relação à família nuclear, já que o valor médio das rendas das famílias é suficiente para sustentar medianamente um grupo doméstico, que em média, terá em torno de quatro a cinco membros. Sobretudo se estas famílias, na sua maioria, são proprietárias das suas residências, não tendo assim, que subtrair uma quota mensal dos seus ingressos para o aluguel. Por outro lado, esta alta percentagem de proprietários, faz lembrar o próprio histórico de ocupação dos bairros. Fator que não pode ser desconsiderado na avaliação desta variável.

Quanto a possuir casa de material, pode-se dizer, que isto representa um projeto familiar muito visado. Assim como o número de banheiros dentro de casa, o fato de conseguir ter uma casa de material é um indicador de ascensão social. A ascensão social expressando-se através do prêmio de um esforço, na maioria das vezes prolongado, para poder melhorar a qualidade da moradia e garantir também um patrimônio mais duradouro e de maior valor para a família. Praticamente todas as pessoas que possuíam casa de madeira expressaram o desejo de algum dia vir a reconstruí-la em material. Devido principalmente a que a madeira sofre um processo de deterioração muito mais rápido, dá cupim, apodrece e assim por diante, sendo que para mantê-la em bom estado sai

muito mais caro. A posse de um banheiro ou mais, no interior da casa segue a mesma lógica da qualidade da moradia com vistas a valorizar o imóvel, assim como atender mais satisfatoriamente as condições de vida desejadas pela família. Mas se estes objetivos são atingidos, ou parcialmente atingidos, é muito importante para estas pessoas que haja o reconhecimento público deste fato, sendo que para alguns a visibilidade pública se torna quase que um objetivo por si mesmo. Sobretudo quando na presença de certa heterogeneidade de renda, expressada nas diferenças das casas entre os vizinhos, as melhorias materiais tem que necessariamente aparecer. Assim, eu tive a surpresa de constatar que algumas casas, que eu supus fossem de material, uma vez passando pela porta principal, eram todas construídas em madeiras para os fundos. Ou seja, só a fachada externa era de material. Então, nada mais que um símbolo de ascensão social para ser consumido pelos vizinhos?

Os banheiros internos, além de cristalizar de fato o projeto de ascensão social, também é um símbolo a ser consumido publicamente e por isto, importante de ser exibido com notoriedade. Não raramente sempre localizado o mais próximo possível à sala de visitas.

Mas enfim, estes dados que sem dúvida são um indicador de rendas familiares, apontam mais uma vez, para uma semelhança muito grande entre estes bairros.

A variável "grau de instrução" foi codificada em termos de uma escala, onde o valor "2" correspondeu ao ginásio completo e o valor "2,5", ao segundo grau incompleto. Ou seja, os entrevistados do Saco dos Limões se localizam preferencialmente

numa faixa de instrução ligeiramente superior aos entrevistados da Coloninha. Mesmo assim, não se constitui num fenômeno de relevância, já que a correlação ".22" indica que é uma tendência não muito importante. Esta diferença indica que a população do Saco tem referências urbanas mais antigas, o que certamente facilitou o acesso às instituições escolares. Um serviço geralmente de mais fácil acesso na cidade.

Permanecendo exclusivamente neste tipo de dados nós não podemos ver uma série de relações com teor explicativo mais rico. Informações que dizem respeito às formas de organização interna da unidade familiar para enfrentar sua reprodução física e social. Relações em termos de laços sociais estabelecidos para além do grupo doméstico, neste mesmo intento de sobrevivência no contexto urbano.

Tabela 3

Força de Trabalho da Unidade Familiar

	Média (Sócios) Saco dos Limões	Média (Socios) Coloninha	Correlação
Nº de adultos em casa com trabalho remunerado	1,9	1,7	.08
Nº de adultos que trabalham (%) Nº pessoas em casa	.45	.37	.24
Nº homens adultos com trabalho remunerado	1,1	1,13	-.05
Nº mulheres adultas com trabalho remunerado	0,8	0,57	.16
Nº crianças + jovens com trabalho remunerado	0,26	0,14	.10
Nº adultos sem trabalho remunerado	0,93	1,6	-.33 (Sig.)

Observando agora como os membros da unidade familiar organizam a sua força de trabalho, verifica-se que apesar das médias da renda familiar serem exatamente iguais ("3,6"; Tabela 2), as condições para obtenção dos rendimentos apontam certas diferenças. Verifica-se que no Saco dos Limões a média da percentagem de membros adultos da unidade familiar que tem trabalho remunerado é maior que a da Coloninha. Ou seja, se mobilizam proporcionalmente mais pessoas adultas da casa para obter, em média, a mesma renda familiar auferida pelas famílias do outro bairro. Embora a correlação para esta variável "Nº de adultos que trabalham dividido pelo Nº de pessoas na casa" não chegue a ser significativa, mesmo assim, denota uma tendência sugestiva. Sobretudo se são levadas em consideração as médias de outras variáveis nesta tabela, relativas ao trabalho de mulheres, jovens e crianças e, também o grau de significância relativo à variável "adultos sem trabalho remunerado" em relação à Coloninha (-.33).

No Saco dos Limões trabalham mais pessoas na família para conseguir a mesma renda do que as famílias da Coloninha. Podê-se supor então, que a entrada de mulheres, crianças e jovens na forma de trabalho familiar, esteja condicionada a um suplemento necessário dos rendimentos familiares. Talvez, mais uma necessidade do que uma simples opção de vida. Isto, se consideramos que o papel de provedor principal é reservado ao chefe de família, ou seja, ao pai ou marido, que praticamente sem exceções, se orgulhará de poder sustentar com exclusividade a sua esposa e filhos. Este argumento da necessidade econômica pressionado a alteração das relações de trabalho no interior da unidade familiar foi amplamente verificado na amostra total dos dois bairros, onde a correlação entre as famílias que colocavam crianças e jovens no mercado de tra

balho e uma renda per cápita precária foi muito significativo (Corr. -46).

Analisando dados similares, Caldeira (1984) comenta:

"... As famílias que conseguem um rendimento mínimo empregando apenas um de seus membros não costumam empregar um segundo, enquanto aquelas que o colocam não tem outra alternativa senão faz lo. Algumas razões podem ser mencionadas para explicar esse comportamento. Em primeiro lugar há o peso do padrão cultural, que atribui ao chefe da família (homem) a obriga o de prover o sustento de todo o grupo doméstico; a impossibilidade de cumpri-lo pode ser pensada, no limite, como uma ameaça a dignidade do homem e, muito frequentemente, é assim considerada pela mulher" (Caldeira, 1984, p. 96).

A segunda razão que esta autora levanta diz respeito ao ciclo vital da família, isto é, quando os filhos ainda são pequenos o cônjuge feminino assume os cuidados dos filhos e sua entrada na força de trabalho só se dará em última instância.

Durante a pesquisa foi solicitado, das mulheres entrevistadas, o motivo que as levou a não trabalhar fora de casa e a grande maioria se referiu à impossibilidade de assumir um trabalho remunerado por causa das crianças. Em outros casos este argumento apareceu combinado com a afirma o de que os maridos nunca as tinham deixado. Isto se verificou sobretudo entre as mulheres mais idosas, já que as mais jovens não excluam totalmente a possibilidade de integrar-se ao mercado de trabalho quando os filhos pudessem independizar-se dos seus cuidados. Ou seja, tanto a valoriza o cultural do papel do marido como principal contribuinte para o orçamento doméstico, como o ciclo vital da unidade familiar, apareceram sem dúvida como os fatores importantes na escolha da não inser o da mulher na força de trabalho.

No Saco dos Limões as cônjuges mulheres trabalham mais

fora de casa, mesmo tendo em média mais filhos em idade entre os zero a doze anos ("1,46" no Saco para "0,93" na Coloninha; Tabela 1). Mas em geral se observa que nos dois bairros, as mães ingressam na força de trabalho da família em média um pouco superior aos filhos (crianças e jovens). Podendo sugerir que existe uma maior valorização da formação educacional destas crianças e jovens, mesmo em detrimento da manutenção do papel exclusivo de dona de casa, também valorizado. Indicando por outro lado, que se em geral os filhos não trabalham muito é porque o suplemento de renda "adicional" conseguido pelas mulheres consegue ser suficiente, ao ponto de não ter que sacrificar o estudos dos filhos.

Estes dados vêm apontar também para o peso relativo de um valor cultural (referido à valorização do papel da mulher como dona de casa), onde mesmo sendo assumido como um padrão ideal, existe a possibilidade de opção no confronto com outro tipo de interesses e aspirações. No caso específico, a aspiração de mobilidade social ascendente que os filhos poderiam conseguir através dos estudos.

A diferença mais significativa que aparece nesta tabela se refere ao número de adultos sem trabalho remunerado, com correlação estatística de "-.33". Ou seja, com a ocorrência do fenômeno ligada de forma significativa ao bairro da Coloninha. Isto deve indicar que os salários individuais daqueles que trabalham na Coloninha sejam superiores ao do Saco, desta forma, permitindo sustentar maior número de adultos sem trabalhar no seio do grupo doméstico, sejam estes cônjuges femininos, filhos ou agregados. Este dado pode significar simplesmente maior índice de desemprego na Coloninha.

Se algumas diferenças entre os dois bairros já começam a despontar através dos dados desta tabela, estas se ampliam sensivelmente com a inclusão dos dados referentes a origem dos entrevistados, a utilização diversificada dos laços informais e a própria constituição destes laços.

Tabela 4

Origem do Entrevistado

	Média (Sócios) Saco dos Limões	Média (Sócios) Coloninha	Correlação
Nasceu no Bairro	.4	.21	.13 (Sig.)
Nasceu em Fpolis e no Bairro	.66	.21	.45 (Sig.)
Nasceu no Sítio	.2	.57	-.32 (Sig.)
Nº de anos no Bairro	27,3	20,6	.20
Nº Mudanças de casa	6,2	5,4	.12
Nº parentes no Bairro	7,02	3	.43 (Sig.)

Através dos dados desta tabela podemos confirmar informações sobre a ocupação dos bairros feitos recentemente. Quem é morador do Saco dos Limões tem mais probabilidade de ter nascido em Florianópolis (Corr. ".45") e quem é morador da Coloninha emigrou do sítio na sua grande maioria (Corr. . Quanto as mudanças de casa podemos dizer que embora as suas médias sejam similares, a diferença radica nos diversos caminhos trilhados desde o nascimento até a chegada na residência atual.

No caso dos moradores da Coloninha, estes saíram do sítio, e nem sempre se dirigiram direto para Florianópolis, mui-

tas vezes passando por outros locais ou cidades do interior. Mas uma vez chegado na Capital, se estabeleceram no Continente e dificilmente na Ilha, porque sendo bairros mais antigos, com população estabelecida há mais tempo, possivelmente mais urbanizada, os custos dos terrenos e casas deveriam ser mais altos. Assim sendo, os maiores contingentes do interior do Estado se localizaram nos incipientes bairros do Continente. Mas se o fator econômico desempenhou um papel importante, não podemos esquecer que estas famílias vindas do sítio certamente também procurariam radicarse próximos a parentes ou conhecidos que pudessem servir de retaguarda na sua ambientação na cidade. Por isso, depois de chegados em Florianópolis, as mudanças de casa se deram, quase sem exceção, na área do Continente.

As famílias de origem dos entrevistados do Saco não trilharam este mesmo caminho, porque na sua maioria já eram moradores da cidade, do bairro e alguns do interior da Ilha. Dificilmente iriam escolher para estabelecer-se, um bairro fora da Ilha, onde estava concentrada a maior parte da população e dos recursos urbanos. Por isto é que a maior incidência de mudanças de residência das famílias de origem dos entrevistados e depois, deles mesmos com suas próprias famílias, se efetivou já em áreas próximas ao bairro, ou no próprio bairro.

Por outro lado, apesar de que as médias da variável "Nº de anos no Bairro" são similares, esta informação tomada independentemente de outros dados contidos nesta tabela ocultará a especificidade do Saco dos Limões no que diz respeito a sua extensa rede de laços sociais efetivos ou potenciais, principalmente ligada às relações de parentesco. Neste momento é fundamen

tal levar em consideração a variável "Nº de parentes no Bairro", fenômeno altamente significativo (Corr. .45).

Através desta variável foram detectados os parentes não só do próprio entrevistado, mas também os do cônjuge, ampliando assim a observação da rede social da unidade familiar. Alguns entrevistados não nasceram no bairro (Média ".33"), mas são casados com pessoas cujas famílias estão há mais de uma ou duas gerações no local. São sete famílias de parentes em média por unidade familiar pesquisada, representando na verdade, sete unidades familiares que estão em situação de relacionamento efetivo ou potencial com a família individual do entrevistado. Sugerindo uma trama de relações possíveis bastante extensa dentro do próprio local de moradia.

Pode-se afirmar que: "O parentesco não define grupos sociais necessários, mas estabelece um vínculo de relações pessoais preferenciais (reais ou potenciais), que é mobilizado conforme as necessidades ou interesses dos indivíduos"(Durham,1984, p. 71). No caso do Saco, laços de parentesco que podem ser eventualmente revitalizados se as circunstâncias assim o requererem.

Já em relação à Coloninha pode-se dizer, que a incidência de parentes morando no bairro correspondentes às unidades familiares dos entrevistados é bem mais reduzida. Mesmo assim, apresentando uma média nada desprezível ("3" parentes por casa). Reforçando, portanto, o argumento de que os migrantes tendem a localizar-se nas proximidades de parentes. (Durham, 1984).

Uma das diferenças fundamentais entre estes bairros estará definida, portanto, em função da extensão desta rede de relações, "reais ou potenciais" ligadas ao parentesco. Fenômeno

que será melhor apreendido através da forma de utilização destes laços.

Tabela 5

Laços Sociais do Saco dos Limões e Coloninha:
Pessoas Citadas

	Média (Sócios) Saco dos Limões	Média (Sócios) Coloninha	Correlação
Nº de pessoas citadas	12,1	13,3	.04
Nº de parentes próximos citados	5,8	5,1	.07
Nº de parentes distantes citados	1,6	0,57	.31*(Sig.)
Nº de não parentes citados	4,6	7,7	-.30*(Sig.)
Nº de vizinhos citados	7,6	9,7	-.22
Nº de anos no Bairro dos citados	5,6	0,59	.47*(Sig.)
Nº de citados nascidos no Bairro	3,2	1,2	.38*(Sig.)
Idade dos citados	46,3	39,3	.37*(Sig.)

Em cada entrevista, várias pessoas foram citadas pelos entrevistados em relação a diversas situações de envolvimento social. Situações da vida diária como: empréstimos de coisas, cuidado com as crianças, conselhos sobre saúde, educação com os filhos, etc. Situações ligadas à área do lazer, apoio no envolvimento com instituições (escola, emprego, bancos), situações de tensão pessoal ou familiar (apoio moral, empréstimo de dinheiro, etc.), motivação para envolvimento em grupos religiosos, políticos, esportivos, etc. Enfim, procurou-se captar o tipo de laços mobilizados

em diversas instâncias da vida das pessoas, com o objetivo de testar a importância dos laços de tipo informal.

Pelo que se observa na tabela 5 os laços com parentes e vizinhos desempenham um papel fundamental na vida destas pessoas. Laços que se fortalecem mesmo na presença do crescimento e progressiva urbanização dos bairros. O total de pessoas citadas em ambos os bairros, praticamente coincidem com o total de parentes e vizinhos e citados. No Saco dos Limões a média das pessoas citadas que não são parentes nem vizinhos é de "1,1" e na Colônia é de "1,93". Indicando portanto, que a maior parte dos laços mobilizados correspondem aos parentes e vizinhos.

A variável "parentes próximos citados" refere-se aos pais, filhos ou irmãos dos entrevistados, que não residindo mais na mesma casa, são citados por estes em relação a algum tipo de solicitação. Já a variável "parentes distantes citados" se refere a outro qualquer tipo de parentes, afins ou consanguíneos (avôs, sobrinhos, cunhados, primos, etc.), que por algum motivo foram citados pelos entrevistados.

Pode-se observar por estes dados que os parentes próximos são citados de forma similar em ambos bairros, sugerindo que este tipo de parentes são os mais solicitados dentre todas as outras alternativas de laços informais. Ou seja, são os laços mais frequentes para a maioria das situações de envolvimento, independentemente da referência a um ou outro bairro. Já em relação aos "parentes distantes citados" percebe-se que os moradores do Saco realizam um tipo de ligação significativamente diferente com estes, quando relacionados com os moradores da Colônia.

A correlação ".31" corresponde aos parentes distantes,

indica que ser morador do Saco implica em estar relacionado a redes de família extensa. Situação que se justifica pela origem predominante das famílias deste bairro: florianopolitanos nativos de várias gerações.

Parte importante desta trama de relações com parentes se efetivará, no próprio âmbito da vizinhança, onde é possível aparecer este tipo de afirmação sustentada por um entrevistado:

"Eu tenho muitos parentes no Saco e todos são funcionários públicos... Uns levam os outros. Por exemplo tenho sete deles trabalhando na Fundação Hospitalar..."

(Sr. N., nascido no bairro, atualmente com 58 anos. Ele mesmo, funcionário aposentado de uma repartição pública).

A partir deste depoimento pode-se perceber como os laços de parentesco mais distantes são fundamentais para os moradores deste bairro. Laços que são constatados, sobretudo, em caso de colocação de emprego. Este bairro é basicamente um bairro de funcionários públicos, situação que se explica basicamente pela extensa rede de parentesco que o atravessa. De acordo com os dados levantados, em Saco dos Limões a maior existência de funcionários públicos por unidade familiar alcança um grau de correlação muito significativo, na ordem dos ".38".

Por outro lado se observa neste bairro que os tipos de laços, tanto em relação a vizinhos como a parentes, são com pessoas que nascem mais no bairro, assim como a moradores mais antigos (Correlações ".38" e ".47" respectivamente). Podendo sugerir que o tipo de rede é muito mais estreita que aquela da Colônia, são moradores mais antigos, parentes ou não parentes mas que certamente se conhecem e em algum momento se relacionam entre si. A própria antiguidade do bairro faz supor este fato. Somente de

uns poucos anos pra cá o bairro tem diversificado o tipo de ocupação em função do próprio crescimento da cidade, mesmo assim sem destruir as redes sociais que o atravessam.

Para ilustrar este argumento posso citar o comentário de um dos meus entrevistados, espantado com o fato de já não conhecer todo mundo como antes. Sendo que o antes dele não é muito longinquo já que tem somente 25 anos de idade:

"Antes eu pegava um ônibus e conhecia todo mundo. Hoje em dia, quando eu pego o ônibus conheço a metade das pessoas e a outra metade não conheço ..."
(Sr. O.R., morador do Saco dos Limões).

É importante notar que os casamentos no interior do bairro também são bastante comuns, reforçando assim a incidência de laços mais conectados. Através destas uniões, novos laços potenciais ligarão famílias residentes neste bairro. Pessoas que se antes se conheciam, terão a partir do casamento dos seus filhos, motivos mais concretos para integrar-se nas redes de reciprocidade.

Outra variável que pela sua correlação é muito sugestiva para denotar a especificidade deste bairro é a que se refere à idade das pessoas citadas (Corr. ".37"). No mesmo contexto de discussão que vinha desenvolvendo-se em relação à importância da família extensa, pode-se entender que neste bairro existia uma tendência para citar pessoas mais idosas. Os mais velhos terão mais prestígio e por isso serão, também, mais procurados. Os mais idosos terão certamente mais influência neste bairro onde os laços de reciprocidade entre as famílias são muito importantes. Eles geralmente serão os chefes de grupos familiares que conhecem outras pessoas nesta mesma posição. Podendo, assim, desempenhar o

papel de intermediário nestas redes. Conhecerão elos de ligação entre parentes que possivelmente os mais jovens ignoram, terão estabelecidos também laços de amizades mais antigas no interior do bairro. Enfim, estarão "mais por perto" dos melhores caminhos para conseguir certas coisas, que outros mais jovens talvez não estejam. Serão, na verdade, uns prestadores de serviços privilegiados, possuindo o reconhecimento social dado por sua posição.

Para o bairro da Coloninha podemos concluir que a maior inversão de laços informais se dá significativamente em relação aos não parentes (Corr. ".30"). Não parentes, que de preferência serão vizinhos, expressando uma característica interessante deste bairro. Os laços entre vizinhos são bastante intensos e reforçados sobretudo pela presença de grupos ligados à Igreja Católica, que são bastante ativos no bairro principalmente a partir de 1984. Neste ano a localidade recebeu a visita das chamadas "Missões", que se constituiu numa equipe de padres que fizeram um intenso trabalho de base junto a população do local. Organizaram e revitalizaram uma série de grupos que já existiam previamente, além de formar outros novos, principalmente grupos de jovens e grupos de reflexão.

Durante a pesquisa de campo foi notável a incidência de entrevistados e cônjuges de entrevistados que mantinham alguma forma de participação, mais ou menos intensa, em relação a estes grupos.

Pode-se concluir destas informações que os laços tecidos no âmbito da vizinhança são importantes nos dois bairros e as médias da variável "Nº de vizinhos citados" assim o demonstram ("7,6" para o Saco e "9,7" para a Coloninha). A diferença radica-

rã na forma de constituição destes laços. No Saco dos Limões os laços entre vizinhos passarão, em grande parte, pelas próprias redes de parentesco. Na Coloninha, os laços na vizinhança serão estabelecidos principalmente, embora não exclusivamente, entre vizinhos não parentes, onde um dos fatores importantes será a referência a grupos religiosos existentes no bairro.

Tabela 6

Uso de Vizinhos e Parentes:
Dados Absolutos e Relativos

	Sócios	Saco dos Limões	Sócios	Coloninha
	Vizinhos	Parentes	Vizinhos	Parentes
Apoio moral	8 = 72%	2 = 18%	5 = 83%	3 = 5%
Empréstimo de coisas	12 = 100%	5 = 41%	11 = 100%	2 = 18%
Empréstimo de dinheiro	12 = 57%	16 = 76%	9 = 81%	9 = 81%
Entrevistado recebe visitas	17 = 56%	22 = 73%	15 = 57%	17 = 65%
Entrevistado faz visitas	24 = 52%	30 = 65%	27 = 75%	24 = 66%
Total das solicitações (Dados absolutos)	73	75	67	55

Verifica-se através dos pesos relativos correspondentes a cada variável que a maioria das solicitações são feitas a vizinhos e parentes, entre todas as outras categorias aventadas (Instituições, colegas de trabalho, amigos fora do bairro, etc.). Indicando assim, como já tinha sido comentado anteriormente, que as relações informais com este tipo de pessoas são predominantes na satisfação de certas necessidades.

Na análise desta tabela deve ser levado em conta que

ser parente ou vizinho não são dados excludentes entre si. Um parente poderá ser eventualmente vizinho e vice-versa. Através da soma total dos números absolutos correspondentes a cada variável levantada nesta tabela, observa-se que tanto em relação aos parentes como em relação aos vizinhos o Saco dos Limões cita mais pessoas. Isto sugere que as categorias parentes X vizinhos se encontram mais combinadas neste bairro. Ou seja, falando de vizinhos pode-se estar, certamente, falando também de parentes.

O exemplo dos dados relativos ao "empréstimo de coisas" é muito sugestivo para sustentar a afirmação anterior, já que este tipo de solicitação é referente a pedidos bastante triviais, a coisas do dia a dia: ferramentas, mercadorias que eventualmente faltam na casa quando os armazéns estão fechados, algum implemento para terminar uma costura à última hora, algum remédio que faltou, etc. Enfim, tipo de empréstimos que são satisfeitos basicamente por vizinhos próximos. Os dados relativos em relação a esta variável confirmam que nos dois bairros, 100% destas solicitações são feitas entre citados que são vizinhos. Observa-se porém, que no Saco dos Limões, 41% destes citados serão, além de vizinhos, também parentes. Já na Coloninha, somente 18% dos citados também são parentes. Ou seja, se considerarmos que tipo de solicitação dificilmente faria um entrevistado deslocar-se para longe, na procura dos empréstimos, podemos concluir que no Saco dos Limões há mais possibilidades de estarem coincidindo as categorias parentes X vizinhos nas proximidades da residência dos entrevistados.

Em relação a variável "apoio moral" é interessante notar que as percentagens de citados correspondentes aos parentes

são bastante pequenas nos dois bairros, indicando que os entrevistados procuram mais os vizinhos, ou seja, mesmo supondo que todos os parentes citados para apoio moral fossem residentes no mesmo bairro do entrevistado e assim inchando a categoria vizinhos, a contribuição seria muito pequena perto dos índices correspondentes aos vizinhos não parentes.

No caso do bairro do Saco dos Limões o apoio moral será de preferência procurado fora das redes de parentesco, onde talvez a necessidade de resguardar a imagem perante a família extensa seja fundamental. Se pensarmos que alguém procura apoio moral numa situação de conflito pessoal, poderemos entender que os entrevistados procurem distância dos familiares. Já que os níveis de controle pessoais neste bairro serão diretamente proporcionais ao estreitamento da trama de relações. Ou seja, ficando na evidência dos parentes, uma pessoa com problemas pode ser alvo de fofocas que se espalharão rapidamente pela rede de familiares. Nesta medida um entrevistado que não procure familiares resguardará sua imagem, procurando seu espaço de anonimato fora desta rede. Neste caso talvez seja muito mais satisfatório procurar um vizinho ou um colega de trabalho para possíveis conselhos ou confidências. Por outro lado, os vínculos com vizinhos ou colegas, possivelmente sejam muito mais determinados em função de afinidades pessoais (sexo, idade, gostos semelhantes, nível de consumo parecido, etc.), do que os possíveis vínculos com parentes, que talvez se definam mais de acordo a regras de obrigações familiares.

Não se pode esquecer que este tipo de uso dos vizinhos será diferente para mulheres e para homens, para pessoas que tra

balham fora ou pessoas que permanecem o dia todo em casa, para jovens e velhos. Ou seja, estará dependente de outras alternativas de expansão de laços fora deste âmbito. Será muito significativo, portanto, que os vizinhos sejam os mais procurados para apoio moral, dentro de outras possíveis alternativas ("72%" no Saco e "83%" na Coloninha). Sobretudo se é levado em conta que os entrevistados são bastante variados quanto ao sexo, à idade, ao tipo de ocupação, renda, etc.

No caso da Coloninha, há mais citações de níveis do que no Saco. Onde talvez estes níveis de afinidade sejam maiores também, porque o apoio moral pode surgir de laços de amizade criados em torno da participação nestes grupos religiosos. De fato, 34% dos citados para apoio moral fazem parte deste tipo de grupo.

Enfim, tudo isto indica de como são importantes os laços sociais criados a nível do local de moradia. Laços que poderiam ser selecionados no local de trabalho, por exemplo, mas que acabam sendo cultivados preferencialmente a partir do bairro. Pelo menos "nestes" bairros.

De maneira geral se observa através dos dados absolutos desta tabela que os entrevistados do Saco citam mais pessoas para empréstimo de dinheiro, para fazer e receber visitas, assim como para apoio moral. Eles conhecem mais pessoas e procuram mais pessoas, indicando assim que eles estão intensamente engajados em redes sociais de parentes e vizinhos.

Por outro lado, se são contabilizados o total de vizinhos e parentes citados para todas as situações de envolvimento social previstas durante as entrevistas, ou seja, que excedem as

variáveis aventadas nesta tabela, se conclui que as redes preferenciais dos moradores da Coloninha se dão entre vizinhos não parentes. Assim como se observa que as redes preferenciais dos moradores do Saco se dão com os parentes, que em muitos casos são também vizinhos.

Os dados absolutos do total de parentes e vizinhos citados vem a confirmar a tendência sugerida na tabela 5, que por sua vez está de acordo com o recém comentado:

Tabela 7

Total Uso de Parentes e Vizinhos:
Dados Absolutos de Pessoas Citadas

	Sócios Saco dos Limões	Sócios Coloninha
Total uso de parentes	96	69
Total uso de vizinhos	98	110

Todas estas características da população quanto a sua origem, sua composição familiar, a situação sócio-econômica e a distribuição da força de trabalho familiar, juntamente com a constituição e utilização diversificadas das redes sociais, representam alguns marcos importantes para contextualizar esta população de moradores de bairros.

Habitantes de bairros que vivenciarão, interpretarão e recriarão com particularidade este espaço de sociabilidade que se constitui no local de moradia. Contexto social onde muitas pessoas satisfarão necessidades e aspirações relativas aos seus projetos de vida. Onde as redes sociais de cunho informal consti

tuem-se em um momento importante de estas estratégias de sobrevivência. Restará analisar agora em que medida, um engajamento voluntário em grupos organizados, motivam estes moradores a participar ou a identificar-se com estes grupos de objetivos específicos: grupos religiosos, organizações de moradores, grupos de lazer, esportivos, etc.. Práticas associativas que se constituem em um novo espaço de socialização processado em grande parte dentro do próprio âmbito do local de moradia.

CAPÍTULO V

ORIENTAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES

Orientação Social dos Moradores da Coloninha: "Sócios" e "Não-Sócios"

Ser "sócio" aponta, mesmo que em alguns casos de forma muito frágil, para uma maior motivação ao engajamento num projeto coletivo. No caso específico, um Conselho Comunitário. Sendo assim, precisaria ser detectado em que fatores repousa esta maior motivação.

Considerando a relevância que tem adquirido esta forma de expressão coletiva formada pelos moradores do bairro. Considerando também que a adesão nestes movimentos está muito aquém das expectativas ideais desejadas pelas lideranças locais, técnicos de Serviço Social empenhados em projetos "comunitários", militantes políticos que valorizam o trabalho junto às bases, e tantos outros. Justifica-se a minha tentativa de procurar apreender possíveis fatores que estariam influenciando nesta disposição social específica.

Na literatura que tratou do comportamento coletivo das populações se apontou para uma série de fatores, indicadores por si, de uma "defasagem" participativa. Nesta medida, as variáveis que poderiam completar o quadro das "carências": materiais, sociais, culturais, etc., deveriam estar necessariamente condicionando um "natural" desligamento de um dos mecanismos ou símbo -

los valorizados de "participação social". Ou seja, um mecanismo, como a associação, que denota-se níveis de organização que pelo menos "transcende-se o âmbito da família nuclear e extensa", e que permitisse uma utilização efetiva de pelo menos algumas das instituições básicas da sociedade, como Lewis comentava.

Passando por alto a postura etnocentrista que sustenta o argumento da "adequação" ou "defasagem", não pode desconsiderar-se que estes autores contribuíram para o estudo do comportamento coletivo, ao destacar relações que poderiam mostrar-se sugestivas para a análise deste fenômeno.

Sugestivas, no meu caso, como parâmetros de avaliação empírica de uma população de "sócios" e outra de "não-sócios". Ou seja, populações que foram selecionadas como objeto de estudo, precisamente por estarem em posições diferentes de engajamento em relação a uma situação de participação social: a associação de moradores (Conselho Comunitário).

Como Walsh & Warland (1983) comentam: "the logic as well as the predictors of social movement participation are problematic". A lógica é problemática porque é sabido que a mera existência de problemas e o conhecimento destes no âmbito do bairro, não se constitui em motivação suficiente para mobilizar os moradores em torno dos problemas comuns. Inclusive, a movimentação em torno de uma associação, cujos objetivos específicos seriam a de procurar resolver este tipo de problemas que seriam comuns, pode não estar relacionada a estes, já que as pessoas podem estar se mobilizando ou aderindo a estes movimentos por uma série de outros incentivos. Nesta medida, estes autores comentam que vários fatores tem que ser levados em consideração, como pos

síveis inibidores ou facilitadores desta participação, onde o teste empírico é fundamental. Porque inclusive certos fatores que demonstram uma relação significativa em alguns casos, em outros podem mostrar uma tendência oposta.

Com o objetivo de poder entender um pouco a respeito deste fenômeno do coletivismo entre moradores da Colônia. Ou seja, entre pessoas que embora compartilhando o mesmo local de moradia, apresentam pelo menos aparentemente uma disposição ou motivação coletiva algo diferente, na medida em que alguns resolveram associar-se e outros não, caberá detectar a que tipo de fatores ou incentivos diferentes estas populações específicas de "sócios" e "não-sócios" estão respondendo. Com este objetivo serão analisadas, a seguir, diversas variáveis.

Tabela 8

Origem Individual de Sócios e Não sócios
(Colônia)

	Média Sócios	Média Não Sócios	Correlação
Nasceu no bairro	.21	.06	.21
Nasceu Fpolis ou bairro	.21	.33	-.13
Nasceu Sítio	.57	.53	.03
Nº anos no bairro	20,6	17,5	.15
Nº mudanças de casa	5,4	6,4	-.19

Através desta tabela procurei apreender até que ponto, o dado da origem, rural ou urbana, poderia estar influenciando nas

disposições de participação no Conselho Comunitário local. O argumento da origem se mostrou muito fraco, já que nenhuma das três variáveis relacionadas a este fato denotou uma correlação de importância.

Segundo a teoria do continuum rural versus urbano, que como tive ocasião de mostrar em outro capítulo, foi apropriada de certa forma pelo discurso de Desenvolvimento de Comunidade, a desagregação social causada numa população, que oriunda do campo chegasse à cidade, seria um sintoma inevitável, dada as mudanças de parâmetros e exigências que a nova situação imporia, na presença de uma bagagem cultural completamente deslocada. Não obstante, através dos dados se observa que tanto a metade dos "sócios", assim como dos "não-sócios" da Coloninha vem do sítio. Não constituindo-se, portanto, em um fator inibidor de participação.

Por contraste se afirmaria que os "urbanos" deveriam manter padrões mais elevados de engajamento em uma prática social deste tipo, pelo fato de haver tido maiores possibilidades de assimilação das formas predominantes de comportamento social e mentalidade reinantes na cidade. Mais uma vez os dados não apoiam esta suposição, inclusive a negam, na medida em que a média dos "não-sócios" relativa à variável "Nasceu em Florianópolis ou bairro" é superior que à dos próprios "sócios".

Ou seja, no caso específico dos moradores da Coloninha este fator não apresenta nenhuma relevância, pelo menos tomado de forma independente.

A variável "Nasceu no bairro" apresenta ligeira tendência positiva de participação relativa aos "sócios". Porém, esta

variável, mais do que indicar uma possível "urbanidade" aponta para um sentimento de pertinência, "meu pedaço". Um incentivo à participação, porém sem muita força, baseado numa valorização do espaço que evoca uma identidade pessoal.

A própria estabilidade relativa à fixação no mesmo local de residência não parece constituir-se em fator que possa influenciar uma maior motivação ao engajamento no Conselho Comunitário do bairro. Como é expressado pelos dados a respeito da variável "Nº de anos no bairro".

Tabela 9

Composição da Família de Sócios e Não Sócios
(Coloninha)

	Média Sócios	Média Não Sócios	Correlação
Família nuclear	.64	.46	.18
Família matrifocal	.14	.13	.01
Família com agregados	.21	.33	-.06
Nº pessoas na casa	4,7	5,3	-.17
Nº crianças e jovens em casa	1,3	2,4	-.33(Sig)
Nº de adultos em casa	3,3	2,8	.11
Nº de pessoas acima de 60 anos (em casa)	.57	.27	.23
Nº de casados em casa	1,7	1,6	.07
Nº de solteiros em casa	1,6	1,2	.23

No caso específico da Coloninha, o padrão da organização familiar não parece afetar a tendência à participação. Tan-

to os sócios quanto os não sócios se encontram distribuídos de forma muito similar, pelos três tipos de arranjos domésticos aventados. Contrário ao que poderia ser suposto por um argumento que baseia-se a desagregação familiar, investida, por exemplo em um padrão familiar do tipo "família matrifocal", e a conseqüente desagregação individual, em uma causa possível para a apatia e desinteresse. Induzindo o indivíduo "a reagir negativamente ao conjunto da sociedade", ou seja, não permitindo-lhe valorizar práticas do tipo "comunitário". Argumento que pode ser inferido do discurso veiculado pela Instrução nº 3 do CSUs.

Dentre as variáveis listadas para poder compor o quadro da composição familiar, o único dado que se mostra significativo é o referente ao "Nº de crianças e jovens em casa". Correlação "-.33". Isto pode vir a sugerir que a motivação à participação em grupos do tipo do Conselho, vem a ser inibida pelo ciclo vital da família e/ou pelo próprio papel que a mulher assume como mãe e dona de casa. Neste ponto é importante lembrar-se que o dobro das pessoas entrevistadas, tanto entre os "sócios", como entre os "não-sócios", eram mulheres. Ou seja, se as mulheres que sendo "não-sócias" não se dispõem a enfrentar uma associação de moradores, um dos fatores significativos para sustentar esta tendência, refere-se ao acúmulo de tarefas domésticas e à valorização do cuidado com os filhos. Pelo menos, o apelo da associação não se constitui em incentivo suficiente para resolvê-las a interferir nas suas escolhas.

Tabela 10

Caracterização Sócio-Econômica de Sócios e Não-Sócios
(Coloninha)

	Média Sócios	Média Não Sócios	Correlação
Renda familiar	3,6	3,4	.06
Casa material	.57	.26	.31*(Sig)
Casa própria	.78	.66	.13
Grau de instrução (entrev.)	2	1,6	.17
Ascensão social (entrev.)	.5	.26	.24
Nº adultos que trabalham/ Nº pessoas de casa	.37	.24	.31*(Sig)
Nº adultos na família com trabalho remunerado	1,14	0,8	.24
Entrevistado tem trabalho remunerado	.57	.27	.31*(Sig)
Nº de crianças e jovens com trabalho remunerado	.14	.33	-.15

A relação entre a pobreza material e "cultural", como inibidoras de um engajamento em práticas de tipo associativo, é sugerida pelo argumento das "carências", que julgaria a incapacidade de valorização e manifestação deste tipo de comportamento por parte de uma população afligida por estes atributos negativos. Isto não foi possível de ser trabalhada no caso desta população. Os dados das variáveis que poderiam servir de marcos desta relação, como seriam a "renda familiar", o "grau de instrução" e inclusive a "casa própria", não apontam para uma caracterização de pobreza material extrema e nem para uma possível "diferença" cultural. Se acaso o índice de escolaridade pudesse ex-

pressar a posse de certos conhecimentos, valores e atitudes "indispensáveis" à mentalidade participativa.

Esta tabela sugere que pessoas que participam estão sendo incentivadas por uma espécie de projeto de mobilidade social. Projeto que sendo individual ("ascensão social", "trabalho remunerado"), é também familiar ("casa de material" e todas as outras variáveis referidas a uma inversão em termos de trabalho remunerado dos membros da unidade familiar).

O dado da ascensão social registra a própria melhoria nas condições de existência que o indivíduo conseguiu atingir, desde o nascimento até a situação atual. Isto, em função de certas restrições que o próprio background familiar inicial poderia sugerir. Por exemplo, um indivíduo que originário de família muito pobre não tivesse tido as condições facilitadas para: uma especialização profissional através dos estudos, ou um apoio financeiro razoável na ocasião de algum tipo de investimento ou situação de crise, etc. Ou seja, procurando detectar algo parecido com o "self-made-man". Ou o indivíduo que conseguiu chegar aonde está (casa própria, carro, telefone, estudos, etc.) pelo seu próprio esforço.

A variável "trabalho remunerado" representa por outro lado a ponte indispensável para esta melhoria, sendo que no trabalho remunerado de mulheres, esta vontade de ascender, apresentaria uma relação mais forte, na medida em que é geralmente encarado como renda adicional. De qualquer forma, esta variável se presta a ser melhor trabalhada quando confrontada com outras variáveis relativas a uma tendência de orientação social específica a partir das relações de trabalho.

A casa de material é sem dúvida um indicador de mobilidade, sendo que geralmente se constitui num empreendimento de cunho familiar, sobretudo em famílias que auferem rendas baixas, como é o caso de muitas das famílias analisadas. Neste caso são colocados mais membros da unidade familiar a encarar o mercado de trabalho e onde uma parte considerável das rendas individuais são somadas para serem usufruídas em comum.

As médias referentes à propriedade da casa, por exemplo, são muito similares entre as duas categorias de população, porém, isto já não acontece com a variável "casa de material". Se a propriedade da casa já se constitui, como fala Durham (1986), em um dos momentos importantes do projeto de ascensão social das classes populares, a casa própria e de "material" é um indicador de mobilidade ainda mais significativo. Pode-se dizer que é o momento de ascensão seguinte à concretização da casa própria.

Por outro lado, a colocação de mais membros adultos da família no mercado de trabalho aponta não necessariamente para uma necessidade econômica e sim para um incentivo maior em torno da ascensão. Inclusive porque em média, as famílias de "não-sócios" sacrificam mais os estudos das crianças e jovens. Denota assim, que não valorizam tanto quanto os "sócios" a ascensão social, agora, através da escolarização das crianças, ao poupá-los do trabalho remunerado.

Tabela 11

Laços Sociais de "Sócios" e "Não-Sócios": Coloninha

	Media Sócios	Média Não-Sócios	Correlação
Nº de pessoas citadas	13,3	11	.23
Nº de parentes no bairro	3,0	3,4	-.09
Nº de parentes próximos cit.	5,1	5	.006
Nº de parentes distantes cit.	0,6	1	-.14
Nº de vizinhos citados	9,8	8,3	.12
Nº de não-parentes citados	7,7	4,6	.30(Sig.)
Nº de cit. que moram em Fpolis, mas não no bairro	2,8	1,5	.20

A única correlação significativa nesta tabela, aponta para uma tendência de participação relacionada ao "Nº de não-parentes citados". Ou seja, indicando que um determinado tipo de laços que os "sócios" estabelecem com pessoas que não são parentes está representando um incentivo ao engajamento no Conselho. Porém, a filiação a uma rede social que lhes fornece esta orientação social específica aos "sócios", não parece ter sua base de sustentação mais importante nas relações de reciprocidade processadas na vizinhança.

Ou seja, se houvesse uma "vocaçãocomunitária" contida nas relações informais da vizinhança, como supõe a perspectiva do Desenvolvimento de Comunidade, esta, não parece transparecer através da relação entre os índices de reciprocidade e os índices de recrutamento em torno do Conselho. O fato de que as relações de reciprocidade se estabeleçam preferencialmente entre vizinhos,

parentes ou não (a maioria dos citados são vizinhos), não parece ser por si mesmo, um bom predictor de engajamento coletivo em torno desta associação. Onde, talvez, como comenta Doimo (1984), o que pode estar faltando é um conteúdo de maior apelo.

Porém, parte deste incentivo à participação pode estar dependente de um tipo muito especial de não-parentes e que também são vizinhos: colegas de grupos religiosos que em grande parte se constroem nos limites do próprio bairro. De fato, os "sócios" na Coloninha citam, numa tendência relativamente significativa (Corr. ".26"), a um maior número de vizinhos para atividades religiosas. Ou seja, não citando mais vizinhos em geral, os citam de outra maneira.

É interessante comentar neste ponto, que o tipo de grupos que atravessam esta vizinhança e que parecem ter influência numa orientação social mais participativa a nível de bairro, são grupos católicos. Inclusive, de maneira oposta, os "não-sócios" se encontram referenciados, de uma maneira bastante sugestiva por laços sociais com protestantes, (Corr. "-.20). Ou seja, os grupos católicos atuantes no bairro devem ter esta preocupação de valorizar a participação no Conselho.

Por outro lado, os laços com não-parentes que podem estar incentivando este maior interesse por associar-se, certamente estão sendo mantidos a partir das referências com o local de trabalho.

Tabela 12

Laços Sociais Relacionados ao Trabalho: Coloninha

	Média Sócios	Média Não-Sócios	Correlação
Entrevistado é funcionário público	.35	.13	.26
Nº funcionários públicos na família	0,64	0,67	-.02
Nº colegas de trabalho citados	1,1	0,13	.35(Sig.)
Nº colarinho branco citados	5,2	3,6	.24
Situação econômica dos citados	1,4	1,24	.25
Nº funcionários públicos citados	2,4	0,9	.32(Sig.)
Entrevistado tem trabalho remunerado	.57	.27	.31(Sig.)

Pode-se observar que as variáveis relacionadas ao trabalho são as que estão direcionando de forma mais nítida para uma tendência coletiva em torno do Conselho.

Ter trabalho remunerado parece ser que aumenta o interesse por ampliar o campo de interação social. De fato são os "sócios", ou seja, os que estão potencialmente mais abertos a enfrentar o espaço de sociabilidade que se abre no bairro a partir da associação, os que também citam mais não-parentes, para diversas situações de interação que extrapolam os limites do próprio local de moradia.

Ser funcionário público se constitui em um facilitador de participação talvez pelo fato de que as pessoas se familiariz

zam" no uso das instituições. Se, por um lado, "familiarizar-se" no uso das instituições pode significar perder a inibição perante um tipo de espaço social que se reveste de uma áurea de formalidades e hierarquias e que eventualmente amedronta quem não transita habitualmente pelos meandros do ambiente e nesta medida pode significar: conhecer as brechas, conhecer as melhores maneiras de lidar com uma burocracia, descobrir os "jeitinhos". Pode significar também, "ter" acesso a estas brechas.

Em relação a isto, pode-se comentar a respeito do fato de ambos Conselhos Comunitários, o do Saco e da Coloninha, terem sido rearticulados ou formalizados oficialmente a partir da implantação concomitante do equipamento do CSU, tendo deixado sempre, a imagem de ser "coisa do governo". Nesta medida, sempre ficou a impressão de que os Conselhos eram uma extensão de algo imposto de fora. Mais uma instituição oficial, agora inetervindo a nível dos bairros. O próprio presidente do Conselho Comunitário da Coloninha e a assistente social do CSU, que acompanharam os trabalhos deste órgão desde o seu início, expressaram claramente as enormes dificuldades encontradas na motivação da população local por causa deste fato. Por outro lado, esta imagem de "coisa do governo", de uma instituição que lhes é exterior, uma fornecedora de serviços, se reforça constantemente. O próprio Conselho sendo "confundido" com o equipamento. Um equipamento que é gerenciado pelo Conselho, e que para isto possui funcionários pagos com verbas do poder público, que cumprem um expediente de serviço normal, como em qualquer repartição pública. Um equipamento que pelas suas próprias instalações, dimensões e separações (salas, escritórios, posto de saúde, creche, etc.) é visualizado facilmente com mais uma repartição. E ironicamente, o

equipamento acaba transformando-se no próprio obstáculo para uma participação mais efetiva. O Conselho sendo encarado como um mero prestador de serviços.

Neste sentido, o presidente do Conselho da Coloninha, comentou a respeito de um fato rotineiro, porém com importantes implicações:

"Eu faço questão de deixar a porta do meu escritório aberta, para que as pessoas mais humildes que me procuram, não vão embora. Se elas vêm a porta fechada, não batem na porta e simplesmente vão embora".

Ou seja, isto é muito sugestivo, porque na verdade estas pessoas sentem-se agoniadas pelas tantas portas que os distanciam do poder. E isto não é nenhuma "desafagem" ou "deficiência", porem uma constatação rotineira das suas vivências.

Para pessoas que são obrigadas a vivenciar a desigualdade e a subordinação, reforçada cotidianamente através do próprio uso das instituições públicas, acostumadas a serem preteridas no atendimento das suas necessidades, não é de estranhar também que tenham restrições quanto a envolver-se voluntariamente em um tipo de prática social, que como esta, se apresenta com as marcas do mundo das influências, da negociação com autoridades e do "jeitinho" do poder. Afinal, são experientes em conviver com a exclusão, e também descobriram há muito tempo, que outros meios de conseguir as coisas, geralmente se mostram mais eficazes, como por exemplo, soluções parciais conseguidas através de certos políticos, aos quais eventualmente puderam ter acesso através de um cabo eleitoral. De forma figurada, pode-se dizer, que o acesso destas pessoas ao mundo dos direitos do cidadão se

dá pela janela, já que o espaço das portas geralmente está ocupado por pessoas de maior posição social e econômica. Nesta medida se justificam afirmações, que como as que são encaminhadas a seguir, vêm a expressar a descrença em que este espaço oferecido por um Conselho Comunitário, venha a ser também deles: destes esquecidos cidadãos.

"Não adianta a gente falar, os grandões lá de cima é que tem que ter vontade de fazer alguma coisa pela gente"... "Dizem que o calçamento da nossa rua não continua porque daqui pra cima já é outra rua. Mas conseguiram dinheiro para o alargamento da estrada geral, que não interessa para o pessoal aqui de cima, pois nem todos tem carro. Mas pelos turistas e pelo pessoal do centro, então eles vão alargar a estrada geral".

(Depoimentos de moradores do Bairro José Mendes, da área de abrangência do Conselho Comunitário do Saco dos Limões; colhidos por Machado, R. e Fontana, M. D., 1985).

Ou seja, revoltados pela sua exclusão, eles explicaram para estas pesquisadoras quais seriam seus motivos para não resolver, participar no Conselho Comunitário do seu bairro.

A descrença num mecanismo de participação social que eles, eventualmente, possam visualizar como um espaço de "notáveis", ou como mais uma das extensões deste mundo das instituições públicas, terá que ser equacionado por aquelas lideranças e técnicos, que se encontram envolvidos no CSU/Conselho.

Neste contexto não é de estranhar, que como constataam as assistentes sociais dos CSUs: "as pessoas não querem participar, querem soluções" ... "só procuram as instituições quando estas oferecem algum benefício concreto e imediato". Ou seja, acostumados a serem protelados nos seus possíveis pedidos ou necessidades, deixam de acreditar na eficácia do mecanismo associativo, já que como completam estas assistentes sociais: "A demora no a-

tendimento às reivindicações da população por parte das autoridades faz as pessoas não confiar no próprio Conselho".

Ou seja, a burocracia serve para retardar ainda mais o atendimento dos problemas, constituindo-se ela mesma em um instrumento político, porque servirá para retrasar uma solução quando esta não venha de encontro a interesses políticos. Quando há interesse estes mesmos políticos agilizarão tudo, e isto não é nenhuma novidade, já que como foi comentado pelas assistentes sociais: "em ano político se consegue tudo mais fácil. Este é um ano político... temos que aproveitar".

Por outro lado, a profissão de funcionário público se mostra, também, muito significativa em relação à participação, talvez pelo fato deste tipo de ocupação oportunizar uma estabilidade no emprego. Estabilidade que se traduz na consolidação de novas redes sociais, agora, a partir do local de trabalho. Redes estas, que inclusive parecem estar sendo informadas por uma valorização do mundo público- o mundo das instituições, das associações, das "reuniões" frequentes (formais e semi-formais), dos grupos e grupinhos.

Poder-se-ia dizer, então, que ao aumento da aspiração por ocupar novos espaços sociais que está sendo incentivado pelo trabalho remunerado, se soma a oportunidade de consolidação de um novo tipo de rede, através da ocupação estável, que por si, já vem a diversificar as referências de sociabilidade do indivíduo. Sociabilidade diversificada parece gerar mais sociabilidade. E aqui parece esboçar-se uma das receitas para a participação nesta associação de bairro, que se completa, porém, com o ingrediente da valorização das práticas e comportamentos deste mundo

público.

Por outro lado, parece ser que através do trabalho, especialmente através do tipo de trabalho que corresponde à ocupação de funcionário público surge a possibilidade de novos contatos sociais que vêm a reforçar o projeto de ascensão social das pessoas. São assim, precisamente os "sócios", cuja aspiração de mobilidade social já foi comentada em função de outros dados, os que citam: pessoas mais ricas ("Corr. ".25"), utilizam-se de mais pessoas para conseguir empregos (Corr. "31"), e citam mais pessoas "colarinho branco" (Corr. ".24"). Estes últimos, possuindo uma ocupação que é valorizada socialmente por não ser uma ocupação manual.

Estes novos dados vem a reforçar assim, o argumento da ascensão social. Os "sócios" são pessoas que parecem ter maiores oportunidades e conhecem melhor os "macetes" para progredir. A participação no Conselho parece vir de encontro, de certa forma, a responder a estas aspirações: contatos facilitados com políticos e autoridades, prestígio a nível do bairro (começa a ser visto como uma pessoa influente), maior acesso a informações, acesso a outras pessoas de mais posses e eventualmente pontes de mobilidade, etc.

Resumindo

As relações que mostraram um maior poder explicativo para o fenômeno da participação em torno do Conselho na Colônia foram:

— Ciclo vital da família em conjunção com o papel valorizado da mulher como mãe e dona de casa. Constituindo-se em um inibi-

dor de participação;

- Forte valorização do projeto de ascensão social, no indivíduo quanto na família. Constituindo-se em um facilitador de participação na medida em que através do Conselho esta aspiração pode ser atendida de certa maneira. O Conselho podendo ser encarado como um dos possíveis veículos de ascensão.
- Possuir trabalho remunerado. Incentivando uma maior aspiração por ampliar e diversificar os espaços de sociabilidade;
- Tipo de ocupação que familiarize os indivíduos no uso de instituições e oportunize a desmistificação do mundo público, cheio de poderes e armadilhas. Ser funcionário público apontou como um facilitador de participação.
- Filiação a redes de vizinhos que se organizam em função de grupos de conteúdo religioso. Maior motivação à participação no Conselho devido a incentivos "comunitários" destes grupos.
- Sociabilidade diversificada gerando aspiração por mais sociabilidade. Investida agora no espaço social propiciado pela associação. Diversificação de laços operando através de redes informais (amizade, parentesco, vizinhança, trabalho etc.) e/ou redes organizadas (grupos religiosos, grupos de lazer como clubes, etc.) tendendo a promover mais participação.
- Trabalho estável dando a oportunidade de consolidar novas redes sociais.

Participação dos Moradores nos Diferentes Grupos

Até agora foi tentado detectar alguns fatores que po-

diam estar motivando a filiação dos moradores da Coloninha ao Conselho Comunitário local. Várias relações foram apontadas como tendo influência nesta disposição específica. Entre elas, se mostrou muito sugestiva a tendência que os "sócios" denotaram a respeito de uma certa valorização em relação à ampliação e diversificação do seu campo social de interação. Tanto assim, que foram estes, que além de associados, e nesta medida estando potencialmente inseridos em um novo espaço de sociabilidade, se encontravam também, significativamente ligados a redes referidas ao trabalho, e a redes sociais na vizinhança, operando de forma mais organizada através dos grupos religiosos existentes no bairro.

A continuação, será interessante observar se esta tendência que já foi sugerida através dos dados anteriores, encontra apoio nas variáveis referentes à participação em outro tipo de grupos. Será interessante notar também, quais diferenças ou semelhanças significativas de engajamento coletivo denotam moradores de diferentes bairros: Saco e Coloninha. Importante para visualizar quais características da dinâmica social dos bairros influem nestas disposições.

No ato da pesquisa, o objetivo foi poder esboçar um quadro geral de orientação coletiva dos entrevistados, através da participação em qualquer tipo de grupo. Inclusive aqueles que extrapolassem os limites do bairro. Foi muito interessante detectar que quase unanimemente, os moradores manifestavam suas tendências coletivas principalmente em torno de grupos organizados a partir da vizinhança, com excessão de certos grupos de conteúdo religioso, principalmente os protestantes, cujo trabalho de sustentação maior não parecia surgir a partir da vizinhança.

Grupos estes, que inclusive pareciam promover redes sociais estreitas e fechadas entre seus membros. Tanto que para a maioria das situações de interação social aventadas na pesquisa, os protestantes tendiam a citar pessoas pertencentes a este círculo. O que não ocorria entre os membros de grupos religiosos católicos.

A participação em partidos políticos ou em organizações ligadas ao trabalho se mostrou inexpressiva. Indicando, portanto, que o bairro representa um espaço importante de coletivismo na vida destas pessoas, já que outros espaços possíveis de expressão coletiva não estão sendo ocupados. Ou melhor, não estão conseguindo motivar estas pessoas a ocupá-los. Seja pelo descrédito dos métodos empregados por estas organizações, pela não confiança nas suas lideranças, por falta de incentivo político, ou outros motivos possíveis.

A seguir serão tratados os dados referentes à participação nos distintos grupos locais. Serão confrontados os dados de "sócios" e "não sócios" da Coloninha assim como os dados de "sócios" do Saco dos Limões e da Coloninha.

Tabela 13

Participação Coloninha: Sócios e Não Sócios

	Média Sócios	Média Não Sócios	Correlação
Participação entrevistado Grupos Religiosos	50,4	15,2	.31 (Sig)
Participação entrevistado Grupos lazer	18,1	0	.30 (Sig)
Σ Participação Grupos Religiosos (família + entrevistado)	117,7	34,1	.30 (Sig)
Σ Participação Conselho (família + entrevistado)	4,3	0	.37 (Sig)
Σ Participação Grupo Lazer (família + entrevistado)	29,3	0	.34 (Sig)
Σ Participação Grupo Esporte (família + entrevistado)	0,9	0,06	.48 (Sig)
Σ Participação Grupo Artesanato (família + entrevistado)	0,64	0	.54 (Sig)
Σ Participação Grupo Mães e Idosos (família + entrevistado)	0,43	0,13	.28
Σ Participação Grupo Mercado de Trabalho (família + entrevistado)	0,36	0	.38 (Sig)
Nº de Cargos atuais do entrevistado	0,5	0,1	.32 (Sig)
Nº de Cargos passados do entrevistado	0,2	0	.26
Informação CSU e CC entrevistado	5,1	1	.60 (Sig)

Pelos dados desta tabela se aponta claramente para confirmar a tendência que vinha sendo esboçada anteriormente. Ou seja, os "sócios" são pessoas que em geral estão motivados a ocupar mais espaços sociais. Inclusive filiam-se a grupos que se reúnem em função de objetivos diferentes. Por outro lado, são pessoas dispostas a comprometer-se mais ativamente, como é sugere-

rido pelo interesse em assumir cargos de lideranças, no passado e atualmente, (Correlações ".26" e ".32" respectivamente). Pessoas que se mantêm muito melhor informadas sobre acontecimentos locais: assuntos "comunitários". (Corr. ".60").

Por outro lado, esta valorização do coletivismo é uma questão tanto individual como familiar. Ou seja, as famílias dos "sócios" se mostram também, significativamente mais dispostas à participação em variados tipos de grupos, se comparadas com as famílias dos "não-sócios".

Pelos dados das médias podemos observar, porém, que a intensidade do engajamento, tanto dos indivíduos "sócios" quanto das suas famílias, é muito maior através dos grupos de conteúdo religioso. Estes grupos são muito mais valorizados e inclusive conseguem promover uma motivação muito mais permanente, como comenta Doimo (1984). De fato, os "sócios" se dispõem, durante o ano, a ocupar seu tempo em atividades que dizem respeito a estes grupos religiosos, numa proporção muito maior que à dos outros grupos (Média: "50,4"). Inclusive, o contraste entre as diversas intensidades de participação se apresenta mais sugestivo ainda, quando é levado em consideração que os "sócios" somente dispendem um tempo ínfimo, por ano, para dedicar a tarefas referentes ao Conselho (Média: "3,1").

Por outro lado, pode-se observar que os grupos de lazer também conseguem mobilizar de forma mais permanente à população, embora de forma muito menos intensa que os grupos religiosos. A quantidade de tempo dedicada a atividades em torno dos grupos religiosos é tão grande, que pode-se chegar a dizer que mais do que um momento de coletivismo, a participação desses gru

pos se constituiu numa verdadeira necessidade do seu cotidiano. Isto, se levamos em consideração, que de acordo aos dados das médias, os "sócios" frequentam estes grupos pelo menos uma vez por semana durante todo o ano, afora as idas à Igreja aos Domingos, que não estão sendo contabilizadas nestas informações. Ou seja, pode-se supor que realmente se crie uma identidade coletiva em torno destes grupos. Onde será possível aceitar que motivações, valores ou aspirações comuns surgidas ou reforçada a partir da convivência neles, venham a referenciar um comportamento social coletivo em outras instâncias da vizinhança, por exemplo, referido ao Conselho.

Esta tabela permite confirmar uma disposição de orientação social diferente entre "sócios" e "não sócios". Se já o campo de interação social dos "não sócios" se mostrava restrito quase que exclusivamente a contatos com vizinhos e parentes, agora se reforça a restrição deste campo. Os "não sócios" apresentam índices muito pequenos de participação em qualquer tipo de grupos. E não só os "não sócios" como também suas famílias.

Os "não sócios" são pessoas que circulam por menos ambientes sociais e nesta medida não encontram possíveis motivações para ocupar novos espaços de sociabilidade. São pessoas que tem menos trabalhos remunerados (Variável "Entrevistado é do lar": Corr. ".26") e isto por si só já reduz a possibilidade de interação. São pessoas que aparentam não ter um tipo de ocupação que lhes oportunize a estabilidade da profissão do funcionário público (praticamente não citam colegas de trabalho como alvo das suas solicitações).

Enfim, pode-se dizer que os "não sócios" são pessoas

que se encontram limitadas à sociabilidade do mundo doméstico. A sociabilidade do mundo doméstico não parece gerar o incentivo coletivo por si mesmo, nem quando trabalhado exclusivamente através do apelo da associação de moradores (resolver os problemas do bairro).

Tabela 14

Participação dos Sócios: Saco dos Limões e Coloninha

	Média Sócios S.L.	Média Sócios Coloninha	Correlação
Participação entrevistado grupos religiosos	5,2	50,4	-.45 (sig)
Participação entrevistado Conselho	2,13	3,14	-.08
Participação entrevistado grupos lazer	7,9	18,1	-.16
Σ Participação (família + entre- vistado) grupos religiosos	14,9	117,7	-.38 (Sig)
Σ Participação (família + entre- vistado) Conselho	2,6	4,3	-.14
Σ Participação (família + entre- vistado) grupos lazer	9,0	29,2	-.23
Σ Participação (família + entre- vistado) grupos esporte	0,66	0,86	-.11
Σ Participação (família + entre- vistado) grupos artesanato	2,5	0,64	.35 (Sig)
Σ Participação (família + entre- vistado) cursos mercado de trabalho	0,46	0,36	.09
Σ Participação (família + entre- vistado) grupos mães e idosos	0,20	0,43	-.19
Cargos atuais entrevistado	0,20	0,50	-.18
Cargos passados entrevistado	0,26	0,21	.04
Informações CC e CSU	3,0	5,1	-.33 (Sig)
Votou eleição CC	.13	.07	.10

As correlações mais significativas nesta tabela estão, ambas, referidas à variável "participação em grupos religiosos",

tanto por parte do entrevistado (Corr. "-.45), quanto por parte da sua família (Corr. "-.38"). Indicando que a participação intensa através destes grupos é um fenômeno específico que corresponde aos "sócios" da Coloninha. Vindo a sustentar o argumento de que estes grupos na Coloninha estão incentivando certos parâmetros de valorização da ação coletiva no bairro - fenômeno que se visualiza mais claramente ainda, através dos dados familiares. As famílias dos "sócios" da Coloninha tem uma participação mais intensa que as do Saco; nos grupos de lazer, um pouco mais no próprio Conselho, nos grupos de suporte e grupos de mães e idosos. Da mesma forma os "sócios" da Coloninha se mantêm muito melhor informados a respeito do que acontece no CSU e dos proquemas que enfrenta o Conselho (Corr. 60). Isto se dá em função do maior interesse pelo seu bairro (vindo do valor reforçado ou assumido na convivência do grupo religioso) e da própria oportunidade, pois as informações a respeito do CSU chegam através dos colegas do grupo.

Os dados mostrados na tabela a seguir vêm a fortalecer, ainda mais este argumento, de como a participação nestes grupos religiosos estão afetando a orientação social dos moradores "sócios" da Coloninha. E por outro lado, de como este fenômeno não exerce nenhuma influência de peso no Saco.

Tabela 15

Laços Sociais Referentes à Participação nos
Grupos Religiosos: "Sócios" do Saco e da Coloninha

	Saco dos Limões	Coloninha	Correlação
Entrevistado é católico	.6	.85	-.29 (Sig)
Nº de vizinhos citados para atividades religiosas	0	.5	-.32 (Sig)
Nº de pessoas citadas para atividades religiosas	0	.6	-.36 (Sig)
Nº de citados que são membros de grupos religiosos	2.2	3,8	-.20
Nº de citados com cargo em grupos religiosos	.06	.64	-.32 (Sig)
Nº de pessoas citadas para motivação no Conselho	0	.36	-.47 (Sig)

A filiação de "sócios" da Coloninha a estes grupos está influenciando para que estes indivíduos estabeleçam uma relação diferente com os seus vizinhos. Marcada pela identificação ao grupo religioso. Nesta localidade se cria uma rede que atravessa a vizinhança em torno deste conteúdo religioso. De fato, estes "sócios" estão citando mais pessoas, que de alguma forma estão sendo referenciadas por esta relação. Por outro lado, se mostra muito significativo o fato destes "sócios" da Coloninha serem mais motivados para uma participação no Conselho através de incentivos de outras pessoas (Corr. "-.47"). Ou seja, provavelmente algumas destas pessoas devem estar relacionadas a esta rede "religiosa" que atravessa a Coloninha.

A maior participação que as famílias dos "sócios" do Saco tem em relação aos grupos de artesanato, está indicando que suas mulheres (geralmente esta é uma atividade de mulheres), mesmo tendo um pouco mais de crianças que as mulheres da Coloninha (Corr. ".19": Tabela 1), se dispõem a assumir um engajamento nestes grupos. Estando relacionado, talvez, ao fator "ter trabalho remunerado" as mulheres do Saco trabalham fora de casa, um pouco mais do que as mulheres da Coloninha (Corr. ".16": Tabela 16) ou estando relacionado, talvez, ao fator da rede de parentesco e amizades antigas que atravessa a vizinhança (Tabelas 4 e 5), pois as mulheres podem estar sendo incentivadas à participação nestes grupos: por solicitação de vizinhos (parentes ou amizades antigas) e/ou pelo incentivo de aproveitar o espaço social que se oferece e que oportuniza reforçar estas relações através de um momento de lazer e inclusive informar-se e informar "acontecimentos" (fofoca dos parentes, dos velhos vizinhos, etc.).

O dado do maior trabalho remunerado em relação ao "sócio" do Saco (Corr. ".25"; Tabela a seguir) não parece vir acompanhado da sua maior participação em termos coletivos, como foi aventado para o quadro dos "sócios" na Coloninha. Indicando que a "maior" aspiração por ampliação e diversificação dos espaços sociais" que pode surgir do trabalho remunerado, não é um fator que necessariamente se concretiza. Ou no caso do Saco só se concretiza parcialmente, talvez através do engajamento de mulheres "trabalhadoras" nos grupos de artesanato.

Tabela 16

Dados Relacionados ao Trabalho: "Sócios"

Saco dos Limões e da Coloninha

	Saco dos Limões	Coloninha	Correlação
Entrevistado tem trabalho remunerado	.8	.57	.25
Entrevistado é funcionário público	.4	.36	.04
Nº de colegas de trabalho citados	.93	1,07	-.04
Nº de funcionários públicos citados	4,2	2,4	.24
Nº de colarinho branco citados	6,2	5,2	.12
Situação econômica dos citados	1,4	1,4	-.07
Nº de funcionários públicos da família	1,26	.64	.38 (Sig)
Nº de mulheres adultas com trabalho remunerado na unidade familiar	.8	.57	.16

Os "sócios" do Saco demonstram os mesmos níveis de estabilidade no emprego (Variável "ser funcionário público: Corr. '.04'") e citam quase o mesmo número de colegas de trabalho que os "sócios" da Coloninha (Corr. "-.04"). Estes dados, porém, não estão influenciando para aumentar os níveis de participação. Isto sugere, que as redes sociais surgidas através do trabalho (que em princípio possibilitariam a consolidação de laços com pessoas variadas), estão sofrendo a interferência de algum outro fator. Este fator, certamente tem a ver, com o peso mais significativo de outro tipo de rede social: as redes de parentesco e/ou vizinhança mais antiga que atravessam o Saco dos Limões.

Estas redes podem estar anulando, de certa forma, o

potencial de diversificação do campo social oportunizado pelo trabalho estável. Ao que tudo parece, invadem o espaço de sociabilidade oferecido pelo trabalho e acabam impondo-se. Há muitos parentes que são membros potenciais destas mesmas redes sociais de trabalho. Sendo assim, as redes de parentesco e/ou amizades antigas ligadas ao bairro, atravessam as próprias redes potenciais surgidas a partir do local de trabalho e de certa forma as inibe, ou lhes dá um contorno particular. Os laços que unirão estes trabalhadores, mais do que laços de trabalho, serão laços de parentesco. Para os sócios do Saco dos Limões talvez seja mais satisfatório ou mais eficaz cultivar melhor as relações com os parentes ou antigos conhecidos. De fato, os "sócios" do Saco citam significativamente mais parentes distantes (aludindo ao uso da família extensa), que os "sócios" da Coloninha (Corr. ".31": Tabela 5). Mais eficaz, pelo maior lucro potencial que estas relações oferecem em termos de sobrevivência e ascensão social. Lucro garantido, entre outros motivos possíveis, pela pressão da fiscalização das relações de reciprocidade que geralmente são muito fortes numa família extensa. A eficácia, sendo materialmente visualizada através dos altos índices de funcionários públicos na família (Corr. "38"). Ou seja, uns devem dar empregos para outros e assim sucessivamente.

Enfim, para efeitos de orientação coletiva em torno do Conselho de Moradores no Saco, estas relações de reciprocidade familiar e/ou vizinhal, surtem efeitos inibidores. Porque tudo parece sugerir, que correspondem satisfatoriamente às possíveis aspirações dos seus integrantes: às de ascensão social e às aspirações de sociabilidade (o apelo constante de identificação em

torno da família extensa e doméstica, parece ser muito importante para estes moradores).

Mais uma vez fica evidenciada a dificuldade de adesão a um Conselho Comunitário pelo simples apelo dos "problemas comunitários", ou do coletivismo "espontâneo" contido nas relações primárias.

A "vocação comunitária" dos moradores do Saco estará muito mais dirigida para responder aos apelos desta rede de parentesco e/ou vizinhança antiga. Investida, por exemplo, no atendimento a uma solicitação de alguém da rede, que porventura venha a requerer a adesão de mais membros para o Conselho.

Neste ponto não deve ser desconsiderado que um político influente na área faz parte desta rede que atravessa o bairro inclusive tendo exercido o cargo de presidente deste Conselho Comunitário local. Portanto, uma adesão, pode ser devido a uma obrigação social e não a um desejo por "desenvolvimento de comunidade", "participação comunitária" ou "organização comunitária" como definidos pelo PNCSU (Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos):

"Desenvolvimento Comunitário: processo de tomada de consciência crítica por parte dos moradores das áreas de influência dos CSUs a respeito dos problemas reais da comunidade e de sua potencialidade para transformar esta realidade..."

"Participação Comunitária: processo pelo qual os moradores das áreas de influência dos CSUs tomam parte na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos e atividades que visam ao desenvolvimento comunitário..."

"Organização Comunitária: processo pelo qual os moradores das áreas de influência dos CSUs criam condições concretas para participar do desenvolvimento comunitário através da formação de grupos e organizações comunitárias". (Bezerra, M.E., 1981, p.71).

A participação processada de acordo a estes moldes teóricos, será, como os dados dos "sócios" podem sugerir, algo no mínimo imprevisível. O tipo de incentivos que podem levar as pessoas a aderir a estes Conselhos (que no caso gerenciam estes CSUs, e isto é um dado muito importante já que o próprio equipamento pode constituir-se em uma fonte de poder e influência), podem estar encaminhados para responder a variadas aspirações e objetivos e que não necessariamente estarão afinados para o tipo de atitude ou mentalidade valorizada através destas definições. Os obstáculos podem também ser variados, podem depender de diversos fatores que inibam uma maior motivação ao engajamento nestas práticas.

Como falaram Walsh e Warland (1983):

"The logic as well as the predictors of social movement participation are problematic".

Tipos de Grupos e Fatores Definidores de Participação

Os dados levantados até o momento, permitiram sugerir algumas relações que estavam influenciando nas tendências de orientação social de "sócios" e "não-sócios" da Coloninha, assim como de "sócios" de ambos os bairros. Com objetivo de poder testar estas próprias relações ou vislumbrar algumas outras que poderiam estar apontando para outros fatores definidores de participação em diferentes grupos, resolvi pegar as amostras da população como um todo e confrontá-las com algumas variáveis que poderiam mostrar-se sugestivas.

Recentemente comentei a respeito da importância que ad

quire o espaço social do bairro para a formação de coletivos, na medida em que outros espaços de possível coletivismo não são ocupados com a mesma intensidade. A maioria da população analisada tende a engajar-se neste tipo de práticas sociais, principalmente a partir do seu local de moradia. Porém, já foi comentado também, que alguns grupos religiosos, principalmente os "protestantes, não necessariamente tem sua base de sustentação a nível da vizinhança. Também, alguns poucos grupos de esporte, surgem a partir do espaço de trabalho. Mas, de uma maneira geral, a maioria destas práticas coletivas são desenvolvidas no bairro.

A participação em grupos chamados de "lazer", correspondem em peso, à mobilização em torno de clubes ou agremiações que são bastante frequentes nos bairros. No bairro do Saco, por exemplo, há três destas agremiações: Clube Recreativo Ipiranga, Clube Cultural Recreativo Limoense e Sociedade Carnavalesca Limoeiro. Esta última destinada à construção de carros alegóricos que são exibidos na época de Carnaval.

No bairro da Coloninha existe o Clube Recreativo Bairro de Fátima e a Sociedade Recreativa Esportiva e Cultural Unidos da Coloninha (possuindo uma escola de samba: Unidos da Coloninha). Neste ponto é importante comentar, que nas trinta entrevistas feitas neste bairro, somente um dos familiares de um dos entrevistados participava desta Escola de Samba.

Os "sócios" da Coloninha, cujos índices de participação em grupos de lazer era maior que a dos "não-sócios", não estavam, assim, sendo motivados por esta agremiação e sim, pela outra: Clube Recreativo Bairro de Fátima. Esta, consistindo basicamente de um salão de baile que é mantido e administrado pela pró

pria população do local e usufruído fundamentalmente pelos mais jovens. Segundo informações de dois entrevistados, este clube é mais para a "garotada", já que pessoas casadas dificilmente se dispõem a frequentá-lo.

A não-participação destes moradores e suas famílias na Escola de Samba, foi um dado surpreendente para mim no início. Sendo uma das maiores Escolas de Samba de Florianópolis, pensava que dificilmente estes moradores não teriam, pelo menos alguma relação de participação nesta agremiação. Porém, depois pude inferir, que pelas características dos meus entrevistados na Colôninha, este fato poderia ser explicado.

Quem são estes "sócios" da Colôninha? São pessoas que estão sendo muito marcadas pelos apelos dos grupos religiosos da vizinhança. Talvez, este tipo de identificação em torno destes grupos, venha a estar inibindo uma maior movimentação em torno da Escola de Samba. Ou pelo menos, encaminhando a satisfação de lazer para outro tipo de atividades: bailes da juventude, bingos, etc. Inclusive, estes grupos religiosos devem estar proporcionando formas de lazer para seus membros através do reforço de certos laços. Laços sociais que poderiam redundar na formação de grupinhos de amizade: de jovens, de casais, de velhos, de senhoras. Sendo assim, as aspirações de lazer talvez já estejam sendo preenchidas através destes próprios laços de amizade.

A Escola de Samba, ou a agremiação correspondente, deve estar atingindo outro tipo de população do bairro que não foi captada pela amostra. Inclusive, é importante chamar a atenção de que esta agremiação de lazer, representa a nível do bairro, um outro foco potencial de convergência de recursos públicos. Polí-

ticos influentes ou "autoridades", eventualmente resolvem investir através deste coletivo. Por este motivo, poderia ser que se gerasse uma pequena rivalidade ou paralelismo no interior do próprio bairro. Isto, porque recursos para atendimento dos "problemas comunitários", que eventualmente poderiam ser encaminhados através do Conselho, em algum momento poderiam estar sendo encaminhados pela agremiação carnavalesca. Não entrando nos méritos do assunto, pode-se dizer, porém, que isto poderia vir a explicar de certa forma, a ausência de membros da Escola em torno do Conselho. Porquê participariam no Conselho se a própria escola poderia preencher objetivos similares em determinadas circunstâncias?

Em termos de grupos de esporte, pode-se dizer, que a maioria destes também se concretizam a nível dos bairros. Serão grupos de Voley, de Basquete ou times de Futebol, que geralmente se utilizam das próprias quadras do CSU para desenvolverem suas práticas. Grupos que não tem grande estabilidade, mas que de uma maneira geral, enquanto conseguem manter-se organizados, envolvem de forma bastante intensa os seus integrantes.

Outro tipo de grupo que foi selecionado para poder ser confrontado com possíveis fatores definidores de participação, foram os que eu denominei de "grupos de artesanato". Estando englobados nesta categoria, os grupos que são promovidos pelo CSU: grupos de mães, grupos de produção, grupos de artesanato propriamente ditos (tricô, crochê, artes aplicadas), etc.

Na tabela a seguir, haverá oportunidade de perceber o perfil de orientação coletiva que a adesão nos diferentes grupos proporciona.

Tabela 17

Orientação Coletiva dos Grupos: Correlações

	Particip. Grupos Religiosos.	Particip. Grupos Lazer	Particip. Grupos Esporte	Particip. Conselho	Particip. Grupos Artesanato
Maior informação Sobre o CC e CSU	.30 (Sig)	.71 (sig)	.67 (Sig)	.66 (Sig)	.08
Participação em Grupos Religiosos		.03	.04	.08	-.13
Participação em Grupos de Lazer			.68 (Sig)	.84 (Sig)	-.06
Participação em Grupos de Esporte				.75 (Sig)	.07
Participação no Conselho Comunit.					.08

Os dados desta tabela sugerem que as pessoas destes bairros que participam nos grupos de lazer, esporte e no Conselho, apresentam uma orientação social muito similar. Se mantêm muito melhor informados dos assuntos "comunitários", assim como tendem a ocupar os mesmos espaços de coletivismo. Há uma coincidência de participação ou um reforço mútuo à participação nestes três grupos. Participação que por sua vez oportuniza este tipo de informação, ou promove um maior interesse por possuí-la. Interessaria detectar "quem" são estas pessoas que apresentam estas disposições coletivas semelhantes, para nesta medida poder visualizar quais fatores estarão apontando de forma mais significativa para definir este perfil participativo particular. Perfil que se caracteriza por exibir uma tendência ao coletivismo mais acentuada no interior do local de residência. Já que quem participa em um destes grupos tende a participar mais nos outros dois e

tende, também, a conhecer melhor, assuntos que são comuns ao bairro. Devido a que assumo tratar-se de um mesmo perfil participativo, estas categorias de participação serão consideradas, para efeitos de análise posterior, como fazendo parte de uma única categoria, que passarei a denominar de "grupos com orientação social".

Através desta tabela pode-se perceber, também, que a participação nos grupos religiosos sugere outro tipo de perfil de orientação coletiva. Participar nestes grupos não reforça nem inibe o engajamento em outro tipo de grupos no âmbito do bairro. Ou seja, fazer parte dos grupos religiosos ocorre de forma independente às possíveis influências dos outros grupos. Portanto, a participação nestes grupos deverá estar sendo norteadada por outro tipo de fatores. Caberá poder visualizá-los.

Em relação a estes grupos religiosos é interessante notar, que ao juntar todas as amostras de população, se neutralizou a tendência ao coletivismo em torno do Conselho sugerida pela amostra de "sócios" que também eram membros de grupos religiosos na Coloninha. Vindo a reforçar o argumento de que esta era uma disposição coletiva particular desta população de católicos deste bairro. Mesmo que exista uma relação de significância com a variável "maior informação sobre o CC e CSU" é muito sugestivo que esta apresente uma tendência mais fraca que a dos chamados "grupos com orientação social". Ou seja, ser membro de grupos religiosos permite manter-se informado ou promove um maior interesse por manter-se informado sobre os assuntos que dizem respeito ao Conselho ou CSU. Mas é um nível de informação muito menor que o que permite ser alcançado através da participação nos "grupos de orientação social".

Por seu lado, a participação em "grupos de artesanato" apresenta um outro tipo de perfil. Participar nestes grupos não implica em nenhuma outra forma de coletivismo a nível dos bairros. E isto é interessante, já que se é lembrado que um dos objetivos principais embutidos no projeto CSU, é o da promoção da "vocação comunitária" nos indivíduos através da sua participação em atividades desenvolvidas pelo Centro, pode-se dizer que isto não está conseguindo ser atingido. O potencial coletivo que se suporia estar pronto a ser desencadeado a partir deste tipo de participação, parece esgotar-se em si mesmo. A participação se restringe e esgota nos limites do próprio grupo.

Pode-se concluir, que a partir de todas as categorias de participação aventadas nesta tabela, puderam ser esboçados três tipos de perfis de participação: grupos com orientação social, grupos religiosos e grupos de artesanato, - na medida em que estes denotaram características de orientação coletiva particulares quando referidas ao espaço social do bairro. A continuação, minha tentativa estará encaminhada para detectar quais fatores estarão marcando de forma mais significativa estes diferentes perfis.

a) Participação em Grupos com "Orientação Social":

Quais características apontam para influenciar neste tipo de perfil participativo? Listarei em ordem de significância decrescente todas as variáveis que apresentaram algum tipo de relação:

- Nasceu no bairro (Corr. ".48")
- Profissão Colarinho Branco (Corr. ".46")
- Nº de Colarinho Branco citados (Corr. ".41")

- Lazer Pago (Corr. ".41")
- Entrevistado é Funcionário Público (Corr. ".39")
- Nº de vezes cônjuge é citado (Corr. ".36")
- Grau de Instrução (Corr. ".35")
- Idade do Entrevistado (Corr. "-.28")
- Nº de vezes Cônjuge é citado para lazer (Corr. ".26")
- Nasceu em Florianópolis ou no Bairro (Corr. ".25")
- Casa de Material (Corr. ".24")
- Situação econômica dos citados (Corr. ".21")
- Nº de anos no bairro dos citados (Corr. ".20")

Pode-se dizer que o apelo à participação nestes grupos obtém receptividade significativa, somente em certo tipo de moradores nativos. Aqueles que além de nascidos no bairro, e nesta medida estando potencialmente ligados a redes de amizades mais antigas do local (que lhes oportuniza ocupar estes espaços coletivos no bairro), estão, também, em uma posição de status social superior. Fatores que conjugados, parecem estar facilitando o trânsito ou acesso a estes grupos. Seja pela profissão, seja pelo nível de instrução, ou pela maneira que estas pessoas encontram de exibir publicamente e assumir individualmente esta posição. Ou seja, valorizando para si e para os outros, por exemplo, um tipo de lazer que é pago, sinal e símbolo de uma certa posição social. Inclusive, compartilhando de forma mais frequente com seu cônjuge, os momentos de lazer. Fato talvez valorizado neste meio de "iguais" em que acabam se transformando, mesmo que talvez involuntariamente, este tipo de grupos. Além disto, podendo vir a ser valorizadas estas relações conjugais menos segregadas, talvez pela influência do fator "idade". As esposas mais jovens valorizam mais e exigem mais este tipo de relação menos segrega-

da?

Por outro lado, a participação em torno destes grupos tende a ser uma prática de pessoas de menos idade. Aliás, muito compreensível se é lembrado que os grupos de esporte estão sendo conjugados nesta categoria de "grupos com orientação social". É fácil prever que os mais velhos não se dediquem tanto aos esportes. Porém, outro tipo de argumento é também possível: os velhos tendem a ser mais domésticos e a retrair-se mais do convívio social mais intenso. Como é comentado:

"À medida que os anos passam, os casais vão cada vez mais se fechando dentro de casa. Como eles mesmos explicam, com a idade vão perdendo o ânimo para fazer as coisas e a movimentação e o barulho incomodam" (Caldeira, 1984, p. 133).

Pelas tendências destas correlações, pode-se inferir que a participação neste tipo de grupos vêm a responder a aspirações de pessoas que ocupam uma determinada posição social. E quem sabe, a participação através deles venha a representar uma função de mecanismo social que serve para reforçar ou conseguir atingir um projeto de vida baseado na ascensão social.

b) Participação em Grupos Religiosos

As variáveis que se mostraram mais significativas para definir o perfil deste tipo de participação, apresentam diferenças claras com os grupos anteriormente citados. A motivação a participação nestes grupos religiosos é sustentada por outro tipo de relações. Pela ordem de significância:

- Nº de Não-Parentes citados (Corr. ".46")
- Nº de Solteiros em Casa (Corr. ".40")
- Nº de pessoas maiores de 60 anos em Casa (Corr. ".35")

- Nº de adultos com trabalho remunerado em casa (Corr. ".32")
- Entrevistado é solteiro (Corr. ".30")
- Nº de adultos em casa (Corr. ".29")
- Total de pessoas citadas (Corr. ".29")
- Nasceu no sítio (Corr. ".28")
- Idade dos citados (Corr. ".25")
- Nº de vizinhos citados (Corr. ".25")
- Nasceu em Florianópolis ou no bairro (Corr. "-.24")

A participação nestes grupos pode ser resumido a grosso modo, como uma estratégia que garante a consolidação de laços sociais mais intensos para aquelas pessoas que não tem oportunidades tão variadas de sociabilidade em outras instâncias. Para os solteiros, pode representar uma oportunidade de conhecer melhor outros solteiros, (Corr. ".30" para a variável "entrevista do é solteiro"). Para os velhos (Corr. ".35"), oportunidade de sentir-se úteis e quebrar a solidão ao encontrar um grupo de reconhecimento. Para as pessoas que vem do sítio, o mesmo apoio emocional que podem encontrar velhos e solteiros, além de propiciar-lhes a oportunidade de apoio social que a rede potencial de amizades pode oferecer-lhes. Sobretudo, que estas pessoas vindas do meio rural, poderão estar vivenciando um certo corte em relação às redes de parentesco de origem, que em outra situação poderiam representar a retaguarda para um variado espectro de necessidades.

A participação através destes grupos aponta para consolidar um tipo de sociabilidade que não está pautada pelo projeto de ascensão social. As possíveis variáveis relacionadas a este fator funcionam com independência quando referidas à participação nos grupos religiosos. Para referenciar citarei algumas des-

tas variáveis:

- Situação econômica dos citados (Corr. "-.06")
- Nº de Colarinho Branco citados (Corr. "-.18")
- Nº de Funcionários Públicos citados (Corr. ".13")

c) Participação em Grupos de Artesanato

O mesmo recurso de apresentar as variáveis em ordem de significância será utilizado neste caso para poder destacar quais fatores estão representando um maior poder de influência para definir o perfil desta forma de participação. A saber:

- Nº de anos de conhecido dos citados (Corr. ".50")
- Nº de mulheres com trabalho remunerado (Corr. ".37")
- Nº de parentes no bairro (Corr. ".32")
- Nº de anos no bairro (Corr. ".28")
- Idade entrevistado (Corr. ".24")
- % de trabalhadores em casa (Corr. ".23")
- Nº de adultos em casa (Corr. ".22")
- Idade dos citados (Corr. ".21")
- Nº de crianças e jovens em casa (Corr. "-.20")

A participação através deste tipo de grupos representa a oportunidade de usufruir de um espaço social "seguro" que é ocupado por mulheres já não tão jovens. "Seguro" porque necessariamente tem que vir de encontro as aspirações de quem valoriza cultivar relações sociais tão estáveis quanto às que são indicadas pela variável "Nº de anos conhecidos dos citados (Corr. ".50")". Mesmo assim, um espaço de coletivismo que somente está ocupado, quando os afazeres de mãe e dona de casa não sejam tão pesados ao ponto de inibir a participação em torno destes grupos (variável "Nº de crianças e jovens em casa" Corr.: "-.20"). Ou quando na presença do trabalho remunerado, as mulheres começam a valorizar um espaço social deste tipo, que parece situar-se a meio caminho entre o "mundo público" e o "mundo doméstico".

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Lidar com qualquer conceito em Ciências Sociais implica em ter que realizar uma verdadeira arqueologia dos termos, comprometidos como estes estão com as diversas correntes que os engendraram ou reinterpretaram sob determinadas teorias. Para poder trabalhar com as idéias de "bairro" e "participação coletiva" se fazia necessário, portanto, situar-me em relação a conceitos que, na literatura, poder-se-iam encontrar relacionados ao meu tema de interesse: conceitos como o de "comunidade", o de "urbano", o de "participação", o de "marginalidade", "tradicionalismo", e mais recentemente o de "movimentos sociais". Foi exatamente isto o que procurei fazer no Capítulo I: tentar despir os conceitos para evidenciar os prejuízos valorativos e/ou tratar de resgatar, nas idéias implicadas neles, alguma guia útil para minha pesquisa. Tendo este pano de fundo, selecionei, para mim, algumas que eu considereei serem sugestões válidas para serem seguidas na minha análise, embora, devidamente situadas e esclarecidas.

Por exemplo, a partir da recente teorização que envolve este conceito de "movimentos sociais" pude valorizar a idéia de "opção" (de sujeito) e "cotidiano", tão obscurecidas, por exemplo, na construção teórica de um quadro como o da "marginali-

dade".

A partir desta primeira perspectiva, os "desvalidos", "apolíticos", "tradicionalistas", "desorganizados" de outros tempos reassumiam teoricamente seu papel de atores sociais e políticos, capazes de vivenciar o conflito e equacioná-lo, já não simplesmente com prêsas das estruturas. A partir das associações de moradores, subitamente, estes cidadãos "readquiriam" seu direito à história. O cotidiano já não seria um assunto sem importância porque, se antes, concebido como desligado das estruturas centrais e decissórias do poder, e por isto sem nenhuma importância, agora, parecia o palco onde relações fundamentais para a sobrevivência e resistência da maioria da população, principalmente as camadas populares, se manifestavam.

Como todo quadro analítico que se anuncia, estas idéias, vieram com toda a força e o idealismo de uma "nova descoberta". Frutífero, sim, pelo conteúdo democrático com que estas idéias, sem dúvida, se revestem, mas também bastante idealista, devido ao ímpetu dado à tarefa histórica pela qual parecia querer comprometer os geralmente tão desavisados moradores. Descendo à realidade do bairro urbano se vê o cotidiano, frequentemente tão distante das expectativas históricas almejadas: a disparidade de interesses; o desinteresse por um coletivismo associativo, as vezes tão pouco recompensador e desprovido, com mais frequência que o desejado, de algum estímulo mais convincente; ou as vezes, um coletivismo efêmero criado em torno de uma petição específica que rapidamente se desfaz. No próprio cotidiano destes bairros se vê também a grupos de conteúdo religioso que tem maior trânsito entre os moradores e que, apesar de possíveis expectativas por

parte dos teóricos que quisessem perceber nestes, possíveis fa-
gulas para encender o espírito reivindicativo e de resistência
ao poder, se esgotam frequentemente em si mesmos, sem deflagrar,
necessariamente, um movimento com maior amplitude e maiores con-
sequências políticas. Esta situação de aparente "apatia" coleti-
va era o que mais comumente se espelhava nos bairros pesquisa-
dos, sobretudo quando dirigida a atenção aos Conselhos Comunitá-
rios. O recado que deixa uma observação mais atenta à realidade
cotidiana destes bairros não é o de uma real apatia, o que pode-
ria parecer endossar um argumento culturalista de "tradicionalis-
mo" e "cultura da pobreza". O recado é mais bem o de uma efer-
vescência social que perpassava as relações sociais dos morado-
res, mas que nem sempre, ou dificilmente se direcionava a organi-
zar-se em torno do apelo "comunitário" que emanava destes Conse-
lhos.

Os Conselhos Comunitários, como já foi suficientemen-
te esclarecido nos capítulos 1 e 2, são empreendimentos governa-
mentais, o que certamente os impediria de serem tratados como au-
tênticos movimentos sociais, ou seja, como sendo uma forma de
expressão e ação autênticas da base, que se opõe ao poder de Es-
tado a partir do seu cotidiano de moradia. Como mostrei neste
trabalho, o fato de serem empreendimentos de cunho estatal, pare-
cia inibir uma maior adesão. Estes Conselhos eram frequentemen-
te encarados ora como intromissões políticas dentro do bairro,
ora como espaço de notáveis e talvez por estes motivos, encara-
dos como meros pretadores de serviços. Pelos mesmos motivos de
rejeição recém enunciados não podia furtar-me de ter em mente a
idéia de "opção" participativa e "cotidiano". Cabia pesquisar uma

forma de participação coletiva e eu queria poder interpretá-la dentro dos seus limites e características. Para isto, era importante conceber esta população como realizando opções coletivas. Uma opção, como comentava Leeds & Leeds (1978), era uma seleção entre várias coisas onde aquela escolhida deveria ser a mais satisfatória ou no mínimo, a que implicava em menos perdas. Sendo assim: o que fazia a estas pessoas optar por uma ou outra forma de relacionamento social dentro do seu âmbito de moradia? Quais formas de socialização ou participação coletiva lhes eram mais satisfatórias? Quais fatores apontavam com mais força e para quais tipos de grupos? Quem e como equacionavam suas necessidades diante das opções que eles mesmos criavam ou que se lhes ofereciam? Perguntas que procurei responder através da análise dos dados levantados.

Por outro lado, quando se fala em moradores de bairro, a pesquisa do seu cotidiano não pode ficar de fora de uma análise deste tipo. A minha intenção, assim, foi em primeiro lugar, entender a importância do dia a dia do bairro para os seus moradores e, desta forma, acompanhá-los na trama de relações sociais possíveis em que eles se encontravam engajados.

O "bairro" é tratado, para a perspectiva de Desenvolvimento de Comunidade como uma "comunidade" em potencial. Quais argumentos poderiam estar sustentando esta afirmação? O tema "comunitário" não é nada novo, por isto se tratava de identificar, também, na própria literatura que lidou com o termo "comunidade", quais eram as características originais que se adjudicavam ao coletivo definido por este nome. Tive necessidade de retroceder no tempo e mostrar como este conceito era empregado para marcar um dos polos de um continuum de evolução que desemboca

va no urbano. O que autores do fim do século passado e início deste se tratavam de explicar era a "patologia social" que, segundo eles, este mundo urbano denotava. O termo "comunidade", estrutura social básica do rural, era a idealização de um mundo supostamente harmônico. O assunto era para eles, portanto, como fazer para recuperar este coletivo no interior da cidade. Com o passar dos anos, novas teorias surgiram no intento de "recuperar" porções significativas da população das cidades que vivenciavam "anomalias" sociais e culturais. Em plena década de 60, a retomada da grande descoberta era o bairro, como palco de ações induzidas que "educariam" os "marginais" e assim "reabilitando-os" para finalmente serem integrados ao "progresso" nos marcos da modernidade.

A perspectiva de Desenvolvimento de Comunidade surge afirmando-se neste tipo de ideário e investirá na participação coletiva dos moradores via associações locais, com vistas a fazer surgir este ansiado "espírito comunitário". Em parte deste trabalho me dedico, portanto, a elucidar, não só alguns preconceitos de que é herdeira esta postura, assim como a relativizar o espaço do bairro como campo "comunitário" potencial, onde a participação coletiva percorre caminhos bem mais complexos. Comentando, inclusive, que um empreendimento do tipo CSU, quando se oferece um equipamento concentrado de grandes proporções, pode chegar a ser contraproduzente por alguns motivos fundamentais. Primeiro, porque o fato de ser um equipamento onde se concentram tantos serviços ao mesmo tempo pode induzir aos próprios membros do Conselho a ficar presos às responsabilidades da administração, inviabilizando uma gestão mais dinâmica, ou com outras palavras, mais próxima dos problemas cotidianos dos moradores, pro

blemas que nem sempre se refletem através dos usuários dos CSUs. Segundo, esta mesma concentração de recursos em um único empreendimento pode chegar a se constituir em alavanca de prestígio e poder para alguns membros do bairro, gerando inevitavelmente uma desconfiança entre os moradores em relação às próprias intenções de uma Diretoria que se enxerga tão próxima das autoridades. Este argumento assume força se é considerado que aqui no Brasil há uma desconfiança atávica em relação às autoridades e políticos. A possibilidade de uma nucleação no interior dos próprios bairros era uma das hipóteses de trabalho "comunitário" aventada por alguns técnicos dos CSUs. Isto poderia facilitar uma maior distribuição de recursos e se esperava que inclusive promove-se maior mobilização por parte de moradores.

Por outro lado, esta mesma concentração de recursos em um mesmo equipamento deixa frequentemente a imagem de ser nada mais do que uma instituição de serviços do governo, dificilmente correspondendo às expectativas de constituir-se em um "polo de irradiação do espírito comunitário", como seriam as intenções declaradas deste projeto de Desenvolvimento de Comunidade.

Um projeto deste tipo é bem vindo pelos moradores, por que logicamente vai representar, com todos os defeitos possíveis, uma fonte de recursos para os bairros. Porém, em quase nenhum momento da pesquisa, quando foram entrevistadas 44 pessoas, estas mostraram inclinação para assumir o projeto como sendo um empreendimento realmente deles. Inclusive, uma grande maioria dificilmente fazia alguma distinção entre Conselho Comunitário e CSU. O Centro Social Urbano, ou seja o equipamento em si, parecia impor-se e obscurecer o próprio Conselho, sendo do primei-

ro nada mais do que um mero apêndice.

Complicando mais as expectativas de Desenvolvimento Comunitário, o reforço à imagem de um Conselho como palco de notáveis, que tenderia a afastar de seus quadros os menos agraciados com os dons da influência, era reafirmado a cada nova solicitação de recursos. Desafortunadamente esta imagem é mais do que realista, na medida em que a liberação de recursos caminha de mãos dadas com a capacidade de transitar com influência pelos meandros da burocracia. De acordo a esta lógica é fácil de interpretar a situação que acontecia em ambos os bairros, onde não existia praticamente nenhuma rotatividade a nível dos quadros do Conselho. Ou melhor, aparentemente talvez existisse, porém acobertando um retorno constante a certas figuras que no bairro possuíam o privilegio dos atributos recém citados. Pode-se contrargumentar que há eleições regulares, podendo votar por chapas concorrentes ao Conselho e que estas são escolhidas por voto secreto entre os próprios moradores-sócios e que, se não satisfeitos, os próprios moradores-sócios poderiam formar uma nova chapa e vencer as eleições. Este argumento, feita uma análise mais conscienciosa, perde a força que ele poderia ter em termos de representatividade legitimada. Poucos são os que votam e não há motivação (pelo menos na época da pesquisa) até por criar novas chapas, advinda do descrédito quanto às reais possibilidades de uma chapa oposicionista vir a ser eleita. O sistema de poder, que se nutre do jogo de influências, nutre por sua vez a receita clientalista-paternalista que permeia qualquer tipo de ação pública. Os Conselhos Comunitários dificilmente fogem desta regra que é a que, por sua vez, lhes garante o seu status. Receita que se confirma com clara intensidade em ano político, quando a "ge-

nerosidade" das autoridades constituídas se faz presente com mais frequência. Nesta ocasião, os recursos públicos são liberados com maior facilidade, sem antes solicitar em troca o apoio dos moradores, via Conselho, às pretensões políticas de algumas autoridades. Este tipo de pressão externa aos Conselhos não deixava de revoltar a alguns membros das próprias Diretorias.

Com mudanças políticas a nível estadual e municipal talvez apareçam brechas para que outras chapas locais possam chegar à diretoria dos Conselhos. Porém, será que eles conseguirão fugir a esta regra de ação se a receita clientelista-paternalista continua definindo os contornos do "sucesso" público? O apoio local a um Conselho da situação parece muito "prático" e é o que parece confirmar a falta de mobilização dos moradores, enquanto outras regras de ação pública não se anunciem, e as suas vozes não sejam solicitadas a não ser quando for do interesse de alguns na época das eleições. Enfim, este é um dos argumentos possíveis para poder interpretar a participação coletiva em torno do Conselho de Moradores dos bairros pesquisados, porém, outros fatores deveriam ser analisados porque apesar deste fato alguns moradores pareciam mobilizar-se mais ativamente do que outros. Mobilizar-se não só em torno do Conselho mas também em torno de outro tipo de coletivos a nível local.

Com o objetivo de poder abranger através do universo de pesquisa a pessoas que fossem sócios membros do Conselho e outras que não o fossem, procurei delimitar uma amostra que me permitisse interpretar as possíveis diferenças quanto às inclinações à participação coletiva dos moradores de um mesmo bairro, a Colônia. Outra amostra selecionada na pesquisa me permitiria

comparar a população de sócios de ambos os bairros pesquisados, Coloninha e Saco dos Limões, os dois localizados na cidade de Florianópolis. Isto foi explicitado com detalhes no Capítulo 3.

Fazia-se necessário entender um pouco da formação de ambos os bairros para ver se através do seu histórico em poderia vislumbrar razões que me permitissem entender as características atuais das populações. Procurei captar semelhanças e gradativamente ver quais variáveis se tornavam mais significativas para determinar as diferenças. Isto foi feito no Capítulo 4 deste trabalho, onde pude verificar que as variáveis relativas à: "Composição da Família nos Bairros" (p. 121), "Caracterização Sócio-Econômica" (p. 124), "Força de Trabalho da Unidade Familiar" (p. 127), - não denotaram diferenças relevantes para poder contrapor os bairros. Aliás, este tipo de dados são os que frequentemente e quase exclusivamente são utilizados em pesquisas para caracterizar as especificidades das populações, mas como pude observar, detinham pouco poder explicativo. As diferenças mais relevantes começaram a surgir quando foram analisados os dados referentes à "origem do Entrevistado" (l. 131), dados que se encontravam diretamente relacionados ao próprio histórico da formação dos bairros. Diferenças que se mostraram significativas também quando referidas às informações sobre os laços sociais dos moradores (tabelas sobre laços sociais nas páginas: 134, 139 e 143).

No Capítulo 5, que denominei de Orientação Social dos Moradores, procurei deter-me especificamente na análise do fenômeno da participação coletiva que ocorre tanto entre sócios e não-sócios de um mesmo bairro, como entre os sócios dos dois bairros pesquisados. No Capítulo 1 tive oportunidade de descre-

ver alguns dos argumentos de cientistas sociais que lidaram com o tema de coletivos, agora novamente os retomo, tendo-so como referências contrastivas para efetuar a análise da participação coletiva.

Por exemplo, a idéia de Redfield quanto à perda de laços familiares em migrações rural-urbana mostrou ter correspondência com os dados. Na Coloninha (bairro de migrações mais recentes), os moradores pesquisados tem menos parentes e também os utilizam menos, quando considerados nesta categoria não só os parentes próximos (pais, irmãos), mas os mais distantes (tios, primos, etc.). Porém isto está longe da idéia de uma desestruturação familiar, já que eles continuam utilizando os parentes próximos, o que é o mais frequente. Inclusive, a medida que passa o tempo destes migrantes na cidade, eles reestruturam novos laços familiares e a utilização destes laços de parentesco aumentam, como é percebido nos dados relativos ao Saco dos Limões, onde a migração é mais antiga e os laços familiares são enormes (Tabela nº 5; p. 134).

Por outro lado, este dado da origem rural se mostra fraco para explicar uma possível inibição à participação coletiva, fruto de uma suposta desagregação social e cultural. Na Coloninha, tanto a metade dos sócios quanto a dos não-sócios veem do sítio, ou seja, ser do sítio não é uma "falta de" atributos para definir uma participação mais efetiva. Inclusive, a média dos não-sócios relativa à variável "Nasceu em Florianópolis" (Tabela nº 8; l. 147) é superior a dos próprios sócios.

Em relação ao argumento das tendências tradicionalistas assumidas pela perspectiva da Marginalidade e Cultura da Po-

breza, no sentido de que uma dependência a parentes limitaria a participação coletiva, parece dar certo. No entanto, não se trata de "cultura", na medida em que a participação coletiva, tanto através do Conselho, como em grupos de lazer, artesanato e inclusive grupos religiosos, tende a aumentar quando a imigração urbana é mais recente. Os dados sobre a Colônia assim o sugerem (Tabela nº 14; p. 169). Deve ser lembrado que a Colônia possui moradores de imigração muito mais recente, fazendo supor que as referências culturais "tradicionais" deveriam estar muito mais frescas na memória.

Uma idéia que parece explicar melhor esta situação é a que está relacionada a uma reflexão em torno da questão das malhas estreitas versus malhas frouxas. Bott (1976:1977) trabalha profundamente este tema embora restringindo-se mais especificamente a uma reflexão sobre a relação do tipo de malha e o grau de segregação conjugal do casal. No entanto, num pequeno trecho da sua obra, esta autora faz uma referência interessante às associações voluntárias relacionadas ao tipo de rede social:

"Voluntary associations appear to thrive best in areas where people are similar in social status but do not know one another well; the common activity gives people an opportunity to get to know one another better". (Bott, E.; 1977, p. 275).

Este tipo de reflexão parece ir de encontro aos dados da pesquisa, quando se observa que no Saco dos Limões, onde as redes sociais são evidentemente mais estreitas que na Colônia, o tipo de participação social parece esgotar-se no interior da própria rede familiar que em muitos casos coincide com a rede de vizinhos. Esta autora comenta sobre famílias que possuem estas características de malhas estreitas nas suas relações sociais:

"There is a considerable overlap of social roles; instead of being people in 3 or 4 separate categories - friend, neighbour, relative and colleague - the same person frequently filled 2 or 3 even 4 of these roles simultaneously". (Bott, E.; 1977, p. 263).

Como comentei em relação ao bairro do Saco dos Limões, há entre seus moradores a presença de uma malha de laços sociais bastante estreita, que parece preencher satisfatoriamente uma série de funções sociais (conseguir emprego, apoio financeiro, amizade, etc.). Este fato parece inibir os níveis de participação coletiva em geral, cujos índices no Saco são bastante inferiores aos da Coloninha, onde a malha social é muito mais frouxa. O argumento que se esboça é o seguinte: na presença das famílias com malhas mais estreitas a "vocação comunitária" não tende a expressar-se através de associações voluntárias. A opção das redes informais deste tipo ainda parece ser a solução mais satisfatória. No caso da Coloninha pode argumentar-se que visto serem os seus moradores migrantes mais recentes, ou membros de famílias que não se consolidaram em torno do mesmo local por gerações como no Saco, as opções para ampliar sua rede de socialização tende a ser mais diversificada. Neste último caso, a associação voluntária é uma das alternativas para solidificar novas relações informais. Os grupos religiosos cumprem este papel na Coloninha, onde se dá a oportunidade de reforçar laços com vizinhos que não são parentes.

Um argumento que se mostrou muito significativo para entender a maior participação no Conselho está relacionado à variável "Entrevistado é funcionário público". Ser funcionário público implica numa maior estabilidade no emprego e esta estabilidade permite que se diversifiquem e solidifiquem laços sociais

com colegas de trabalho. Esta situação social gera uma maior disposição para engajar-se em projetos de cunho coletivo do tipo dos Conselhos Comunitários pesquisados. Os "sócios" são pessoas que possuem trabalhos estáveis e citam mais colegas de trabalho como alvo de suas preferências sociais. Diversificação de laços parece gerar cada vez mais diversificação: enquanto mais pessoas se conhece, a vontade é de cada vez mais ampliar o quadro de conhecidos. Novos padrões culturais que são assumidos pela oportunidade da vivência em instituições? Talvez Lewis tinha razão em descobrir uma relação entre "certas atitudes modernas" e maior participação, o problema é que ele condenou a tribo dos "aculturados na pobreza" a conviver à margem das instituições para toda sua vida, como verdadeiro traço da sua personalidade.

Torna-se interessante neste ponto lembrar a questão da opção que os sujeitos realizam diante de determinadas circunstâncias. No Saco dos Limões o número de funcionários públicos é inclusive maior que entre os moradores da Coloninha. Este fato possibilitaria aos entrevistados-funcionários-públicos do Saco engajar-se potencialmente em tantas redes sociais com colegas de trabalho como o fazem os entrevistados-sócios da Coloninha. No entanto, na presença de malhas estreitas que satisfazem adequadamente os moradores do Saco, estes optam por confirmar a malha e não ansiar como os outros por uma diversificação maior das suas relações. A vivência com instituições é a mesma, porém esta não necessariamente gera as mesmas atitudes sociais.

O fato de ser funcionário público pode, por outro lado, estar implicando numa maior experiência no trato com a burocracia o que parece dispor alguns indivíduos a enfrentar o espa-

ço público, palco dos jeitinhos do poder. Mais uma vez relembrando Lewis, sustento contrariando-o, que se trata não de um atributo latente a certas classes, mas simplesmente, uma questão de oportunidade somada a uma opção pessoal. Alguns podem valorizar este mundo das instituições e das negociações com as autoridades, provavelmente ligado a uma maior ambição por ascensão social. Os dados também reforçam esta variável da maior ascensão social como característica dos sócios. Os sócios da Coloninha citam com maior intensidade do que os não sócios deste mesmo bairro, a pessoas mais ricas do que eles. Ou seja, o estabelecimento de laços verticais ascendentes são mais valorizados por eles.

Na última parte do Capítulo 5 procuro distinguir fatores de participação específicos de acordo ao tipo de grupo em questão. Pude observar que de uma maneira geral as pessoas que se aglutinam em torno dos grupos de lazer, os de esporte e o Conselho assumem certas características que os diferenciam dos que participam em grupos de origem religioso e grupos de artesanato. As variáveis que mostraram maior significância em relação à participação em grupos de esporte, lazer e Conselho estão relacionadas com indicadores de status social superior. Fator que parece estar facilitando o trânsito ou o acesso a este tipo de grupos. Já em relação à participação em grupos de origem religiosa os fatores que definem o perfil parecem estar muito mais ligados a uma estratégia para consolidar novos laços sociais para pessoas que tem espectros de sociabilidade mais restritos. Nesse tipo de grupos as variáveis relacionadas ao status social dos membros não exercem influência digna de nota. Para os grupos de artesanato, como é fácil de prever, o perfil é definido pelo de um tipo de mulher que em determinado momento do seu dia a dia pode dis-

pensar os afazeres domésticos. Ou uma mulher que em situação de trabalho remunerado valoriza este tipo de espaço social que parece situar-se a meio caminho do mundo doméstico e do público.

Torna-se difícil encontrar na prática o perfil participativo idealizado pela perspectiva de Desenvolvimento de Comunidade. A prática da participação coletiva encontra-se atravessada por múltiplos fatores que exercem influências inibidoras ou facilitadoras sobre a movimentação. As possíveis motivações variam de acordo ao tipo de coletivo considerado. Variam de acordo ao contexto da dinâmica das relações dentro de cada bairro. Variam de acordo às restrições, necessidades ou aspirações dos indivíduos. Ou seja, a lógica da participação é sem dúvida um fenômeno complexo.

Os dados desta pesquisa me permitiram apontar para algumas tendências que se mostraram significativas. A partir destas, procurei aprofundar-me em certas relações na tentativa de entender o porquê das diferentes disposições coletivas que se anunciavam. Ciente das limitações, não pretendi encontrar respostas definitivas para as minhas perguntas, mas bem procurei inspirações que me sugerissem algumas direções para a análise. Inspirações que as vezes consegui abocanhar e que outras vezes se esvaeceram antes mesmo de distinguir os seus contornos.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Cleidi. Tecendo Redes Sociais: Articulação de Instituições Sociais numa Localidade Pesqueira de Santa Catarina; Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, Fpolis, 1983.
- ALMEIDA, C.F. Cristina. O Cotidiano das Lutas Urbanas: Participação das Mulheres na Organização dos Moradores de Água Branca; ANPOCS, 1984.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. "Forced Resettlement and the Survival Systems of the Urban Poor". In: Ethnology, International Journal of Cultural and Social Anthropology, Vol. XXIII, William Byrd Press, Inc. Richmond, Virginia, USA (University of Pittsburg), July, 1984.
- BERLINCK, Manoel T. Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo; Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1975.
- BEZERRA, M. Elisa. "A Política Social do Governo Aplicado aos Centros Sociais Urbanos, na Grande João Pessoa". In: Serviço Social e Sociedade, nº 7, Cortez Editora, 1981, pg. 71-87.
- BIERREMBACH, Maria Ignês. Política e Planejamento Social. Brasil: 1956-1978. Cortez Editora, 2^a Edição, SP, 1982.
- BORDENAVE, Juan D. O que é Participação. Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, SP, 1983.
- BOSCHI, R. e VALLADARES, L. Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais: Comunidade, Ação Coletiva e Papel do Estado. ANPOCS, Friburgo, 1981.

BOTT, Elizabeth. Família e Rede Social. Ed. Francisco Alves, RJ, 2^a edição, 1976.

_____. "Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks". In: Social Networks a Developing Paradigm, (Leinhardt, Samuel org.), Academic Press Inc., New York, 1977.

BOTTOMORE, T.B. "População e Agrupamentos Sociais". In: Introdução à Sociologia, Zahar, RJ, 5^a edição, 1973, pg. 93.119.

CALDEIRA, Tereza P. A Política dos Outros. O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos. Ed. Brasiliense, SP, 1984.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Livraria Pioneira Editora, SP, 1976.

CARVALHO, Sonia Maria M. A AMNE - Associação de Moradores do Méier - Um Novo Padrão de Relação Comunidade/Estado. Texto, ANPOCS, 1983.

CORNELY, Seno A. Serviço Social: Planejamento e Participação Comunitária, Cortez & Moraes, SP, 2^a edição, 1978.

CONSELHOS COMUNITÁRIOS, Decreto nº 2840 de 16 de Junho de 1977. In: Diário Oficial do Estado de SC, Fpolis, 28/06/77.

DACOREGIO, M^a de Lurdes. O Programa Nacional de CSU: Uma Proposta de Promoção Social. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Depto de Serviço Social da UFSC, Fpolis, 1980.

DAVIS, Kingsley. "Principais Grupos". In: A Sociedade Humana, Vol. II, Ed. Fundo de Cultura, RJ, 1964, pg. 11-164.

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE (Coletânea). CARVALHO DE SILVA, Maria Lucia (org.), Cadernos da CBCISS, 2^a edição, RJ, 1979.

DIAS, Rosinha B. Algumas Considerações sobre o Processo de Participação. "In: Serviço Social e Sociedade 4, Cortez Ed. 1980, pg. 75-79.

DOIMO, Ana Maria. Os Rumos dos Movimentos Urbanos nos Caminhos da Religiosidade. ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, 1983.

_____. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular: Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Ed. Vozes, Petrópolis, 1984.

DURHAM, Eunice. "A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna". In: Ensaio de Opinião, Vol. 4, Ed. Inubia, RJ, 1977.

_____. A Caminho da Cidade; A Vida Rural e a Migração para São Paulo. Ed. Perspectiva, SP, 3^a edição, 1984.

_____. "A Sociedade Vista da Periferia". In: RBCS nº 1, Vol.1, 1986, pg. 84-99.

_____. "A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas". In: A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa. Paz e Terra, RJ, 1986, pg. 17-38.

DURKHEIM, Emile. Sociologia. RODRIGUES, J.A. (org.), Ed. Ática, 2^a Edição, SP, 1981.

FALEIROS, Vicente de P. "Formas Ideológicas da Participação". In: Serviço Social e Sociedade, nº 9, Cortez Editora, SP, 1982, pg. 17-26.

FARIAS, Francisca F. de. "Associação e o Significado de Participação". In: Serviço Social e Sociedade, nº 9, Cortez Editora, SP, 1982, pg. 27-42.

FELLIN, Phillip e LITWAK, Eugene. "The Neighborhood in Urban American Society" (1968). In: Readings in Community Organizations Practice, KRAMER, R. (org.), Prentice Hall Inc., Englewood

Cliffs, NY, 1975, pg. 53-61.

FIRTH, Raymond. Elementos da Organização Social. Zahar, RJ, 1974.

FONTANA, Dolores e MACHADO, Romelia. A Participação Social nas Áreas de Abrangência dos Centros Sociais Urbanos "Dom Joaquim Domingues e Oliveira" e "Armandino Gonzaga". Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Depto de Serviço Social da UFSC, Fpolis, 1985.

HILLMAN, Arthur. Organização da Comunidade e Planejamento. Livraria Agir Editora, RJ, 3^a edição, 1974.

LEEDS, A. e LEEDS, E. A Sociologia do Brasil Urbano. Zahar Editores, RJ, 1978.

LEWIS, Oscar. "A Cultura da Pobreza". In: A Ciência Social num Mundo em Crise - Textos do Scientific American, SP, Ed. Perspectiva, 1973.

MACHADO, Luiz Antonio. Associação de Moradores: Mapeamento Preliminar do Debate. Texto ANPOCS, 1983.

MACHADO, Luiz Antonio e ZICCARDI, Alicia. "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos". In: Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos, Ciências Sociais Hoje 2, ANPOCS-CNPq, Brasília, 1983.

MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CENTROS SOCIAIS, Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC), Fpolis, s/d.

MARCONDES, G. Maria da Glória. A Força da Periferia. A Luta das Mulheres por Creches em São Paulo. Ed. Vozes, Petrópolis, 1985.

MIDDLETON, De Wight R. "Neighborhood and City in Coastal Ecuador". In: Urban Anthropology, Vol. 3, nº 2, 1974, pg. 184-200.

MINER, Horace M. "Comunidad-Sociedad, Continuos". In: Enciclope-

dia Internacional de las Ciencias Sociales (Edición Española), Aguilar S.A. de Ediciones, Madrid, 1976, pg. 640-645.

MONTORO, Franco. A Alternativa Comunitária. Um Caminho para o Brasil. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1982.

NEVES, Delma P. "Nesse Terreno Galo não Canta. Estudo de Caráter Matrifocal de Unidades Familiares de Baixa Renda. In: Anuário Antropológico/83. Edições UFC - Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro-Fortaleza, 1985, pg. 199-224.

NUNES, Antonieta de A. "A Nomenclatura Diferenciada dos Trabalhos em Comunidade". In: Serviço Social e Sociedade 4, Cortez Ed. SP, 1980, pg. 101-119.

"O Centro Social como Instrumento de Vida Comunitária". Contribuição do Serviço Social de Indústria e outros, (Belo Horizonte, 1966). In: Cadernos do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), RJ, 1977.

OLIVEIRA, S. Aldaiza. "A Participação e o Pôr-se em Movimento". In: Serviço Social e Sociedade, nº 9, Cortez Editora, SP, 1982, pg. 43-56.

OLIVEIRA, Sonia. O Movimento Associativo e o Debate sobre a Representação de Interesses - Principais Interpretações. Texto ANPOCS, 1984.

OLIVEN, Ruben George. "Por uma Antropologia em Cidades Brasileiras". In: O Desafio de Cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. (Gilberto Velho, org.), Ed. Campus, RJ, 1980, pg. 23-36.

_____. A Antropologia de Grupos Urbanos. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1985.

PANZETTA, Anthony. "The Concept of Community: the Short - circuit of the Mental Health Movement". In: Readings in Communi-

ty Organization Practice. Kramer, R. (org.), Prentice Hall Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 2^a edition, 1975, pg. 28-38.

PEATTIE, Lisa R. The View From the Barrio. University of Michigan Press, 4^a edição, 1978.

PERLMAN, Janice. O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, RJ, 2^a edição, 1977.

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS. Decreto nº 75.922, 1/7/75 (Criação do PNCSU), Conselho de Desenvolvimento Social, Assessoria de Planejamento, SEPLAN.

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS. Instruções nº 1 e nº 2, Grupo Executivo PNCSU, 7/8/75.

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS. Instrução nº 3, SEPLAN, IPEA, 27/02/76.

PROGRAMA NACIONAL DOS CENTROS SOCIAIS URBANOS. Documento Síntese. Instituto de Planejamento Econômico Especial (IPEA), 1980.

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS. Nota para o CDS. Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1980.

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS. Proposta de Desenvolvimento para o PNCSU. Documento para Discussão do Seminário Nacional, Brasília, Junho/1982.

PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS. Pontos para uma Discussão sobre o Apoio do PNCSU a Atividades Econômicas Comunitárias. IPEA, Brasília, Julho/1982.

REDFIELD, Robert. "The Little Community as: a Whole". In: The Little Community and Peasant Society and Culture (1956). Phoenix Books, The University of Chicago Press, Chicago, 3^a Edição, 1963, pg. 1-7.

- SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. "Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro". In: A Aventura Antropológica. Paz e Terra, RJ, 1986, pg. 39-68.
- SANDERS, Irwin T. The Community. The Ronald Press Company, 3^a edition, New York, 1975.
- SCANDIAN, Maria Noélia de O. "O Conceito de Participação Social na Perspectiva de Integração e de Transformação Social". In: Serviço Social e Sociedade, nº 9, Cortez Editora, SP, 1982, pg. 5-16.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: Um Ensaio de Interpretação Sociológica. Cadernos de Ciências Sociais, Vol. 4, nº 1, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC, Fpolis, 1983.
- SILVEIRA, Márcia Maria. O Serviço Social no Processo de Implantação e sua Atuação no CSU. "Dom Joaquim Domingues de Oliveira". Trabalho de Conclusão de Curso, Depto de Serviço Social, UFSC, Fpolis, 1982.
- SILVIA, M. Maria da Glória. O CSU "Armandinho Gonzaga" e o Grupo de Mães. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Depto de Serviço Social da UFSC, Fpolis, 1980.
- SIMIONATTO, Ivete. A Participação da LBA no Programa de CSU. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Depto de Serviço Social da UFSC, Fpolis, 1977.
- SOUZA, G. Miracy Barbosa de. Indução e Institucionalização da Participação: Novos Canais. Texto ANPOCS, 1984.
- SOUZA, Maria Luiza de. "Ação Social, Ação Comunitária e Desenvolvimento de Comunidade". In: Serviço Social e Sociedade, nº 9, Cortez Editora, SP, 1982, pg. 75-84.
- VARELLA, Rosana A. O Desenvolvimento de Comunidade em Santa Catarina e o Conselho Comunitário. Trabalho de Conclusão de Cur-

so apresentado ao Depto de Serviço Social da UFSC, Fpolis, 1983.

VELHO, Gilberto e MACHADO, Luz Antonio. "Organização Social do Meio Urbano". In: Anuário Antropológico/76. Tempo Brasileiro, RJ, 1977, pg. 71-82.

VELHO, Gilberto. "Cultura de Classe Média. Reflexões sobre Noção de Projeto". In: Individualismo e Cultura. Zahar Editores, RJ, 1981, pg. 103-120.

VELHO, O. Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano. Zahar Editores, RJ, 4^a edição, 1979.

WALSH, Edward e WARLAND, Rex. "Social Movement Involvement in the Wake of a Nuclear Accident: Activists and Free Riders in the TMI Area". In: American Sociological Review, Vol. 48, 1983, pg. 764-780.

WARKEN, Ana Maria. CSU: Equipamento de Desenvolvimento Social. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Depto de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Fpolis, 1980.

WIRTH, Louis. "O Urbanismo como Modo de Vida. In: O Fenômeno Urbano (Guilherme Velho org). Zahar Ed., RJ, 1979, 4^a edição, pg. 90-113.

WOLF, Eric R. "Parentesco, Amizade e Relações Patrono-Cliente em Sociedades Complexas". In: Cadernos de Antropologia 7, Ed. Universidade de Brasília, 1974.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. Editora Brasiliense, SP, 1985.

A N E X O N º 1

QUESTIONÁRIO DA POPULAÇÃO

QUESTIONÁRIO DA POPULAÇÃO

BAIRRO _____

TIPO DE AMOSTRA _____

NOME _____

ENDEREÇO _____

DATA _____

HORA _____

1. DADOS PESSOAIS E FAMILIARES (a)

Nome	Estado Parente	Idade	Sexo	Grau Inst.	Atividade estudo	Atividade trabalho	Atividade lazer	Contrib. econômica
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	
					Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	Ativ. local horár. c/quem	202

- 3 -

h. Pretende continuar morando aqui? Porque?

i. Qual foi o lugar onde voce gostou mais de morar? Porque?

j. Quantas famílias de parentes tem aqui na comunidade? (Que não morem junto).

k. Frequente alguma Terça? Qual?

2. Condições de moradia:

a. Casa:

própria alugada

b. Tipo de construção:

alvenaria madeira mista

c. Tipo de fossa:

séptica negra esgoto de rua

d. Fornecimento de água:

encanamento geral

encanamento rústico (riacho ou fonte local)

poço

não tem

e. Possui energia elétrica?

sim não

f. O que faz com o lixo?

lixeiro. Quantas vezes por semana? _____

queima

enterra

joga fora em terreno

g. Qual é a metragem da casa? (m²)

h. Cozinha:

dentro de casa fora de casa

i. Banheiro:

dentro de casa fora de casa

j. Quantos quartos tem a casa?

k. Que mudanças faria na sua casa? Porque?

3. Saúde:

a. Possui algum tipo de instituto?

INAMPS () Próprio () Dependente ()

IPESC () " () " ()

b. É extensivo a toda a família?

Sim (Não ()

- 4 -

c. Tem alguém doente em casa?

Nome	Doença	Causa	Crônico	Eventual	Tratamento

d. A que lugar costumam levar as crianças para aplicar vacinas?

e. Onde procuram atendimento odontológico? Com que frequência? (Crianças/adultos)

f. Atendimento ginecológico? Se no Posto qual médico?

g. Exames de laboratório?

h. Em quais ocasiões utiliza o Posto de Saúde?

i. Gosta dos médicos do Posto comparados com outros da cidade?

j. Do dentista?

k. Da enfermeira?

l. Já teve algum problema no Posto? Conhece alguém que já teve?

m. Quais serviços de saúde fazem mais falta na comunidade? (ordem decrescente).

- () dentista
- () pediatra
- () clínico geral
- () ginecólogo
- () enfermeira
- () emergência

4. Educação:

a. Até qual série acha que seus filhos deveriam estudar? Porque?

- b. Com que idade voce deixaria seus filhos homens desistir da escola... no caso deles resolverem fazer isto? Teria algum exemplo para dar?
- c. Idem filhas mulheres. (No caso de ter diferença...porque?)
- d. É muito difícil conseguir matricular as crianças na escola?
- e. Já teve algum problema na escola ou creche dos filhos? (incompreensão por parte de professor, gastos excessivos com material, brigas com outras crianças, etc)
- f. O que voce acha que está faltando na escola de seu filhos? (quadras de esporte, atividades extra-aula, salas adequadas, mais professores etc)

5. Participação em grupos ou associações da comunidade.

2.-

Grupos e Associações	Quando começou	Quando parou	№ vezes por mês	Cargo (qual / qual)	Como se interessou em participar (nomes)
() Grupos da Igreja					
() Conselho Comunitário					
() Escola de samba					
() APP Local					
() Mutirões					
() Clube de mães					
() Grupo Idosos					
() Clube de Futebol					
() Grupo Escoteiro					
() Partido Político					

() SINDICATO (OUTRAS DES. NO TRABALHO)

- 7 -

- b . (No caso de ter algum cargo)...porque aceitou?
- c. (Para associados do Conselho)...Votou na última eleição para escolha da Diretoria? Se não porque?
- d. Já esteve em reuniões para discutir problemas da comunidade?
(quando/ assunto/ quem o convidou?/ foi com alguém?)
- e. (Em caso de não participar em nenhum grupo ou ter pouca participação).. qual tem sido os seus motivos pessoais?
(falta de tempo/ nunca foi chamado/ não tem interesse/ não está satisfeito com os grupos).
- f. Já participou em algum curso no CSU?
() Sim () Não. Porque?

- h. Caso tenha interrompido algum curso...porque?
- i. Poderia sugerir algum curso ou atividade que não tenha atualmente no CSU que poderia ser do seu interesse ou do interesse da sua família?
- j. Quando foi a última vez que foi ao CSU? Fazer o que?
- k. Distância do CSU até a sua casa. Acha que é perto ou longe para ir a pé?
6. Nível de Informação (pess. Xcom):
- a. Cite nome de pessoas que fazem parte da Diretoria do Conselho.
- b. Nomes de funcionários do CSU.
- c. Como se informa sobre atividades (reuniões, festas, etc) e cursos que tem no CSU? (Avisos em lugares públicos, missa, vizinhos, etc)
- d. Pra que serve o Conselho?
- e. Acha que o Conselho está trabalhando bem? Pode dar exemplos de trabalhos importantes que o Conselho tenha realizado aqui no bairro?

f. Ficou sabendo de algum problema do bairro que o Conselho quis resolver e não conseguiu?

g. Quais são os maiores problemas que você vê aqui no bairro? Por exemplo, coisas que deveriam ser feitas e não estão se fazendo? Sugestões?

h. Quem voce acha que tem mais condições de resolver os problemas aqui no bairro? Pode dar exemplos?

político influente

cabo eleitoral

Conselho

igreja

população

i. Voce acha que a comunidade mudou depois do funcionamento do CSU? (Saúde, atendimento à crianças, delinquência, espírito comunitário, atendimento a idosos, emprêgo, facilidade com documentação, alimentação mais barata, ajuda aos pobres, etc). Pode dar exemplos?

7. Laços Sociais:

a. Com quem mais conversa no seu tempo livre?

b. De quem voce mais gosta (além das pessoas da sua casa)?

c. De quem gosta menos?

d. Quando está com algum problema pessoal a quem costuma pedir conselhos ou apóio moral?

e. Quem vem visitar sua casa mais seguido?

- f. A quem você costuma visitar mais?
- g. Com quem vai na Igreja?
- h. Com quem vai nas reuniões dos grupos da igreja?
- h. Com quem vai no médico?
- i. Quando falta alguma coisa em casa (alimentos, ferramentas, etc) a quem pede emprestado?
- j. A quem pede ajuda em caso de necessidade financeira?
- k. Esclarecimento para poder escolher candidatos numa eleição?
- l. Esclarecimento para tirar documentos (identidade, título eleitor, etc)?
- m. Conselhos sobre problemas de educação com os filhos?
- n. Problemas com a matrícula das crianças na escola?
- o. Conselhos sobre empréstimos no banco, poupança, impostos, etc)?
- p. Recebe ajuda de alimentação de alguma pessoa ou instituição? Quem conseguiu para você?
- q. Ajuda em remédios? Roupas, etc?

DADOS DOS CITADOS

Nome			
Idade			
Sexo			
Local nasc.			
Parente			
Moradia			
Vizinho			
Tempo resi- dência com.			
Qtos. anos conhece			
compadre comadre			
colega trabalho			
local tra- balho			
profissão			
Grau-ins- trução			
Situação econômica			
Est. civil			
Filhos (adult/cr.)			
Associado Conselho			
Curso no CSU			
Funcioná- rio CSU			
Membro Gru- po Igreja			
grupo ido- sos			
clube mães			
grupo es- coteiro			
Cargo Igre- ja (Católica, Ass. de Deus)			
Cargo Escola de Samba			
Comerciante local			
Cabo Eleito- ral			
Político			

A N E X O N º 2

CÓDIGO DAS VARIÁVEIS

Dados para cada Membro da Unidade Familiar.

- 1) Rol Familiar: (M = mãe, P = pai, F = filho, I = irmão, SG = sogro, SB = sobrinho, PR = primo, C = cunhado, NT = neto, V = avô, CR = cria da família).
- 2) Estado Civil (C = casado, V = viúvo, D = desquitado, S = Solteiro).
- 3) Idade
- 4) Sexo: (F, M)
- 5) Grau de Instrução: (Escala)
 - ∅ = Analfabeto ou que maior de 6 anos não vai a aula
 - ∅.5 = Primário Incompleto
 - 1 = Primário Completo
 - 1.5 = Ginásio Incompleto
 - 2 = Ginásio Completo
 - 2.5 = Segundo Grau Incompleto
 - 3 = Segundo Grau Completo
 - 3.5 = Superior Incompleto
 - 4 = Superior Completo
- 6) Período de Estudo: (M = manhã, T = tarde, N = noite, MT = manhã e tarde, MN = manhã e noite, TN = tarde e noite, MTN = manhã, tarde e noite, ∅ = não estuda)
- 7) Período de Trabalho Remunerado: (Idem período de estudo). De 13 anos em diante pode-se colocar "∅" = sem trabalho e não "-8" = não se aplica
- 8) Período de trabalho não remunerado (M. T. N. ∅)
- 9) Visita "outros" para lazer ou "parentes": (0 = outros, P = parentes, OP = outros e parentes, ∅ = não cita)

- 10) Lazer "fora" ou "no bairro": (\emptyset = sem lazer, $\emptyset.5$ = fora raramente, 1 = fora regularmente, 2 = basicamente dentro do bairro)
- 11) Faz lazer "pago": (1 = lazer pago, 2 = lazer não pago)
- 12) Renda Pessoal:
- \emptyset = \emptyset
 - 1 = até 1 salário mínimo
 - 2 = acima de 1, até 2 salários mínimos
 - 3 = acima de 2, até 6 salários mínimos
 - 4 = acima de 6, até 9 salários mínimos
 - 5 = acima de 9 salários mínimos
- 13) Tipo de ocupação:
- F = funcionário público
 - E = escritório (profissionais liberais, contadores, banqueiros, etc). São os considerados como "colarinho branco".
 - L = do lar
 - C = comerciante
 - M = manual
 - O = outros
 - \emptyset = nenhuma
 - A = aposentado

Outros dados sobre o Entrevistado e sua Família

- 1) Renda Familiar (Usar a tabela anterior)
- 2) Porque a mulher não trabalha fora
- 8 = não se aplica
 - F = marido não deixa
 - V = doença ou velhice
 - I = não encontraria emprego por falta de preparação
 - O = opção por ficar com os filhos
 - R = realiza outro tipo de serviço remunerado em casa
 - M = não gosta de trabalhar fora

- 3) Com quem as crianças ficam quando a mãe sai de casa
 - I = Instituição
 - E = empregada em casa
 - P = parentes
 - V = vizinhos ou amigos
 - S = sozinhos ou com os mais velhos

- 4) Filhos se relacionam com os filhos dos vizinhos (-8, 1, 0)

- 5) Local de origem do entrevistado
 - 0 = Florianópolis
 - 1 = Outra cidade
 - 2 = Sítio
 - 3 = Bairro

- 6) Número de anos que passou no bairro (100 = vida toda)

- 7) Número de mudanças de casa

- 8) Número de mudanças na composição do grupo familiar

- 9) Ascensão Social (0, 1). Este dado foi definido em função de um critério de melhoria das condições de vida do entrevistado em relação às condições sócio-econômicas, declaradas pelo entrevistado, da sua família de origem, e através de um critério de melhoria observado no histórico das causas de mudanças de endereço do entrevistado até a atual residência no bairro.

- 10) Pretensão de permanecer no bairro (0, 1)

- 11) Gostar do bairro (0, 1)

- 12) Gostar do bairro:
 - Se 1 = sim: C = centralidade e infraestrutura
 - V = gostar dos vizinhos
 - P = parentes na localidade

O = outros motivos

se \emptyset = não: N = conflitos com os vizinhos

I = falta de infraestrutura

NO = outros motivos

13) Lugar que mais gostou de morar

N = nenhum

B = bairro atual

O = outro

14) Motivo escolhido para melhor lugar

S = psicológico

C = centralidade e infraestrutura

A = ascensão social

V = vizinhança

P = parentes morando perto

E = aspectos ecológicos

O = outros

15) Número de famílias de parentes no bairro (Cada unidade familiar residindo numa casa independente)

16) Frequentar alguma Igreja (\emptyset = não, $\emptyset.5$ = pouco, 1 = muito)

17) Tipo de Igreja frequentada:

B = Batista

C = Católica

P = Presbiteriana

AS= Assembléia de Deus

E = Espírita

L = Luterana

U = Umbanda

T = Testemunhas de Geová

O = outras

Condições de Moradia da Família

18) Condição de moradia:

P = própria

A = alugada

C = compartilhada com alguém

E = emprestada

19) Tipo de construção: (A = alvenaria, M = madeira, T = mista)

20) Sistema de escoamento de águas: (S = fossa séptica, N = fossa negra, E = esgoto público)

21) Fornecimento de água dentro de casa: (\emptyset = não, E = encanamento geral, P = poço)

22) Energia elétrica dentro de casa (\emptyset , 1)

23) Lixo (L = lixeiro, Q = queima, E = enterra, J = joga no terreno)

24) Metragem da casa m² _____

25) Cozinha (D = dentro, F = fora)

26) Banheiro (\emptyset = não possui, D = dentro, F = fora)

27) Número de banheiros dentro de casa

28) Número de cômodos ou ambientes da casa

29) Satisfação com a casa (\emptyset = não, $\emptyset.5$ = parcial, 1 = sim)

Condições de Saúde e Assistência de Saúde da Família

30) Tipo de assistência de saúde para os membros da casa (\emptyset = não possui, 1 = do governo, 2 = particular)

- 31) Número de adultos com doença crônica
- 32) Número de crianças até 15 anos com doença crônica
- 33) Vacinação (C = posto de saúde do CSU, B = outros lugares no bairro, F = outros postos fora do bairro, P = particular)
- 34) Dentista (Idem vacinas)
- 35) Idem genecólogo
- 36) Idem laboratório
- 37) Utilização do Posto de Saúde do CSU (0, 1)
- 38) Satisfação com os serviços médicos do Posto do CSU
- 0 = não
 - 0.5 = não conhece
 - 1 = não usou mas tem boas informações
 - 1.5 = muito bom
- 39) Carências nos serviços de saúde do bairro
- M = maternidade
 - E = emergência
 - P = horários escassos de atendimento
 - D = dentista
 - C = clínica geral
 - D = pediatria
 - G = ginecologia
 - T = tem coisas ruins mas não sabe definir
 - 0 = nada a reclamar

Dados sobre Educação na Família

- 40) Expectativa ideal para a educação dos filhos (Escala grau de instrução)

- 41) Expectativa mínima para a educação dos filhos (Idem, escala grau de instrução, inclusive 4.5 = expectativas frustradas diante dos fatos)
- 42) Diferenças de expectativas para filhos homens e mulheres (\emptyset , 1)
- 43) Número de filhos na escola
- 44) Número de filhos em escola do bairro, particular
- 45) Numa escola do bairro, do governo
- 46) Numa escola de fora, particular
- 47) Numa escola de fora, do governo
- 48) Na universidade
- 49) No exército, Marinha, Aeronáutica ou Política
- 50) Satisfação com as escolhas do bairro (-8, \emptyset , 1)

Participação em Organizações Coletivas:

Entrevistado e sua Família

- 1) Participação do entrevistado em atividades ligadas a grupos religiosos. Nº de vezes por ano no BAIRRO
- 2) Participação em grupos religiosos, membros da família. Número de vezes por ano no BAIRRO
- 3) Entrevistado: participação em grupos de lazer. Nº vezes por ano no BAIRRO
- 4) Outros membros da família: grupos de lazer. Nº vezes por ano no BAIRRO

- 5) Entrevistado: grupos cívicos (Conselho Comunitário, partidos, etc). N° vezes ano no BAIRRO
- 6) Membros da família: grupos cívicos. N° vezes ano no BAIRRO
- 7) Entrevistado: grupos religiosos. N° vezes ano, FORA
- 8) Outros membros da família: grupos religiosos. N° vezes por ano, fora
- 9) Entrevistado: grupos de lazer. N° vezes ano, FORA
- 10) Outros membros da família: grupos de lazer. N° vezes ano, FORA
- 11) Entrevistado: grupos cívicos. N° vezes por ano, FORA
- 12) Outros membros da família: grupos cívicos. N° vezes ano, FORA
- 13) Entrevistado: N° de cargos em organizações coletivas. Atuais
- 14) Outros membros da família: cargos atuais
- 15) Entrevistado: N° de cargos passados
- 16) Outros membros da família: N° de cargos passados
- 17) Recrutamento entrevistado: grupos religiosos

P = parente

A = amigo

PO = político local

I = outros membros do grupo

M = média

D = diretoria convida

E = interesse pessoal

O = utilização das possíveis instalações para fins pessoais

C = cônjuge ou outros da casa motivaram

- 18) Recrutamento outros da família: grupos religiosos
(P, A, PO, I, M, D, E, C)
- 19) Recrutamento entrevistado: grupos de lazer (Idem)
- 20) Recrutamento outros da família: grupos de lazer (Idem)
- 21) Recrutamento entrevistado grupos do CSU, inclusive Conselho Comunitário (Idem)
- 22) Recrutamento outros da família grupos do CSU e CC (Idem)
- 23) Entrevistado votou na última eleição do Conselho Comunitário
(-8 = não se aplica, 1 = sim, Ø = não)
- 24) Não votou:
-8 = não se aplica (não é sócio ou votou)
Ø = com justificativa (doença, viagem, etc.)
1 = falta de informação
2 = comodismo ou desinteresse
- 25) Porque não participa mais ativamente no Conselho Comunitário:
P = participa em outros grupos
N = não foi chamado
V = vergonha
I = insatisfação com as pessoas ou com os métodos
T = falta de tempo
A = apatia ou desinteresse
D = doença ou velhice
- 26) Entrevistado: participação em grupos de mães ou idosos. Nº de grupos, atuais e passados
- 27) Outros da família: participação em grupos de mães e idosos. Nº de grupos atuais e passados
- 28) Entrevistado: participação em cursos de artesanato do CSU. Nº de cursos atuais e passados

- 29) Outros da família: participação em cursos de artesanato CSU. N° de cursos atuais e passados
- 30) Entrevistado: participação em cursos para mercado de trabalho. N° de cursos atuais e passados
- 31) Outros da família: participação em cursos para mercado de trabalho. N° de cursos atuais e passados
- 32) Entrevistado: participação em grupos de esporte. N° de grupos atuais e passados
- 33) Outros da família: participação em grupos de esporte. N° de grupos atuais e passados
- 34) Porque participou em cursos de artesanato (Entrevistado) e outros da família: (P = passatempo, R = renda, D = uso doméstico, A = amizades, X = auxiliar no desenvolvimento pessoal, -8 = não se aplica)
- 35) Participação em cursos de mercado de trabalho (P, R, D, A, X, -8)
- 36) Número de dias que não vai ao CSU: (N° de dias ou -8 = não se aplica, porque nunca foi)
- 37) Quanto minutos a pé do CSU até sua casa
- 38) Conhece pessoas que trabalham no CSU ou membros do Conselho comunitário: N° de pessoas
- 39) Conselho é: S = prestador de serviço
P = órgão de participação (noção de trabalho coletivo)
SP = Prestador de serviços e órgão de participação

40) Cita trabalhos feitos pelo Conselho Comunitário:

∅ = nada, não sabe

1 = só cita trabalhos dentro do equipamento

2 = está informado de trabalhos feitos fora do equipamento de CSU

3 = está informado de trabalhos feitos dentro do CSU e fora, ou seja no bairro

41) Cita problemas no bairro: N° de coisas

42) Cita problemas sociais (Visão crítica): ∅ = não, 1 = sim

43) Avaliação do CSU e Conselho Comunitário:

∅ = visão crítica (Não viu nenhuma melhoria substancial no bairro)

1 = melhoria parcial (somente através da oferta de cursos e serviços atrelados ao equipamento)

2 = apoio total as atividades do CSU e Conselho (o bairro melhorou muito, tanto em relação aos serviços quanto a motivação e interesse das pessoas)

44) Informação das atividades do CSU e Conselho Comunitário:

P = parente

A = amigo ou vizinho

PO = político local ou cabo eleitoral

I = Igreja

M = média (comunicações do Conselho)

E = interesse pessoal

S = escola dos filhos

N = não se informa

T = trabalho no CSU

D = membro da diretoria

Dados dos Citados

- 1) Número do citado
- 2) Idade
- 3) Sexo (\emptyset = mulher, 1 = homem)
- 4) Local de nascimento (3 = bairro, 2 = Fpolis, 1 = fora)
- 5) Grau de parentesco com o entrevistado (P = pai, ou mãe, I = irmão, S = sogro, C = cunhado, 0 = outro)
- 6) Lugar onde mora (3 = bairro, 2 = Fpolis, 1 = fora)
- 7) Quantos anos está no bairro
- 8) Há quantos anos conhece (100 = vida inteira)
- 9) Compadre ou comadre (\emptyset = não, 1 = sim)
- 10) Colega de trabalho (\emptyset , 1)
- 11) Situação econômica (2 = boa, 1 = média, \emptyset = ruim)
- 12) Tipo de trabalho que faz: (I = intelectual, E = escritório, M = manual, L = lar, A = aposentado, C = comerciante)
- 13) Grau de instrução (Idem tabela para dados dos membros da unidade familiar)
- 14) Estado civil (C = casado, V = viúvo, D = desquitado, S = solteiro)
- 15) Quantos filhos adultos (18 anos para cima)
- 16) Quantos filhos adolescentes (de 13 a 17 inclusive)
- 17) Quantos filhos crianças (12 ou menos)

- 18) Associado ao Conselho (\emptyset = não, 1 = sim)
- 19) Fez curso ou outra atividade no CSU (\emptyset , 1)
- 20) Tipo de religião (C, P, T, A, E, L, U, B)
- 21) Membro de algum grupo religioso (\emptyset , 1)
- 22) Tem cargo dentro de um grupo religioso (\emptyset , 1)
- 23) Membro de algum grupo recreativo (\emptyset , 1)
- 24) Dono de loja local (\emptyset , 1)
- 25) Político (\emptyset , 1)

Outros Códigos

- 8 = não se aplica
- 9 = sem informação
- 7 = informante não sabia
- 600 = filhos citados que moram na mesma casa do entrevista
do
- 700 = cônjuge (citado pelo entrevistado)
- 800 = cita instituição
- 500 = Pessoas citadas que moram na mesma casa do entrevista
tado, sem ser filhos nem cônjuge

A N E X O N º 3

ORDEM DE ENTRADA DAS VARIÁVEIS NO ARQUIVO

Ordem de Entrada das Variáveis no Arquivo

- 1 = Rol familiar do entrevistado
- 2 = Idade
- 3 = Sexo
- 4 = Grau de instrução
- 5 = Período de estudo
- 6 = Período de trabalho remunerado
- 7 = Período de trabalho não remunerado
- 8 = Visita outras ou parentes para lazer
- 9 = Lazer fora ou no bairro
- 10 = Lazer pago ou não pago
- 11 = Renda familiar
- 12 = Filhos se relacionam com vizinhos
- 13 = Local de nascimento do entrevistado
- 14 = N° de anos no bairro
- 15 = N° de mudanças de casa
- 16 = Ascensão social
- 17 = Pretende continuar morando no bairro
- 18 = Lugar que mais gostou de morar

- 19 = Motivo escolhido para melhor lugar
- 20 = N° de parentes no bairro
- 21 = Tipo de construção da casa
- 22 = Metragem da casa
- 23 = N° de banheiros
- 24 = Tipo de assistência médica
- 25 = Entrevistado - grupos religiosos - bairro
- 26 = Outros membros - grupos religiosos - bairro
- 27 = Entrevistado - grupos lazer - bairro
- 28 = Outros membros - grupos lazer - bairro
- 29 = Entrevistado grupos cívicos - bairro
- 30 = Outros membros - grupos cívicos - bairro
- 31 = Entrevistado N° de cargos atuais
- 32 = Outros da família N° de cargos atuais
- 33 = Entrevistado cargos passados
- 34 = Outros da família cargos passados
- 35 = Recrutamento entrevistado CSU e CC
- 36 = Votou na última eleição CC
- 37 = Não votou
- 38 = Outros da família - participação grupos mães e idosos

- 39 = Entrevistado - participação grupos de artesanato
- 40 = Outros da família - grupos de artesanato
- 41 = Entrevistado - participação cursos mercado de trabalho
- 42 = Outros da família - cursos mercado de trabalho
- 43 = Entrevistado grupos de esporte
- 44 = Outros da família grupos de esporte
- 45 = N° dias que não vai no CSU
- 46 = N° de pessoas que conhece ligadas ao CSU e CC
- 47 = Avaliação do CC e CSU
- 48 = Cita trabalhos feitos pelo CC
- 49 = Não viu mudanças, avaliação crítica
- 50 = N° de crianças na casa do entrevistado de 0 - 12 anos (inclusive)
- 51 = N° de jovens na casa de 13 - 17 anos (inclusive)
- 52 = N° de adultos na casa acima de 18 anos que não tem trabalho remunerado
- 53 = N° total de pessoas na casa
- 54 = Idade média das pessoas citadas
- 55 = N° de homens citados
- 56 = N° de citados nascidos no bairro
- 57 = N° de citados nascidos fora do bairro

- 58 = N° de não parentes citados
- 59 = Anulada
- 60 = N° de parentes distantes citados
- 61 = N° de vizinhos citados
- 62 = N° de citados morando fora do bairro
- 63 = Média N° de anos no bairro dos vizinhos citados
- 64 = Média de N° de anos conhecido dos citados
- 65 = N° de compadres e comadres citados
- 66 = N° de colegas de trabalho citados
- 67 = Média da situação econômica dos citados
- 68 = N° de pessoas citadas que são do lar ou aposentados
- 69 = N° de pessoas citadas que são colarinho branco (intelectual, escritório, comércio)
- 70 = Média de instrução dos citados
- 71 = N° de casados citados
- 72 = Média de filhos acima de 18 anos dos citados
- 73 = Média dos filhos de 13 - 17 anos dos citados
- 74 = Média dos filhos de 0 - 12 anos dos citados
- 75 = N° de citados associados ao Conselho
- 76 = N° de citados que fizeram curso no CSU

- 77 = N° de citados que são membros de grupos religiosos
- 78 = N° de citados com cargo dentro de um grupo religioso
- 79 = N° de citados que são membros de algum grupo de lazer
- 80 = N° de citados que são donos de lojas no bairro
- 81 = N° de políticos citados
- 82 = Total de pessoas citadas
- 83 = N° de vezes que citou o cônjuge
- 84 = N° de vezes que citou os filhos que moram na mesma casa
- 85 = N° de vezes que citou outros da casa
- 86 = N° de vezes que citou utilização de instituição
- 87 = N° de católicos citados
- 88 = N° de protestantes citados
- 89 = N° de pessoas citadas da mesma fé
- 90 = N° de funcionários públicos citados
- 91 = Entrevistado é Católico
- 92 = N° de mudanças na composição da família
- 93 = N° de pessoas da família que são funcionários públicos
- 94 = N° de filhos abaixo de 18 anos que tem trabalho remunerado
- 95 = Tipo de família do entrevistado
- 1 = mãe e filhos (matrifocal)

- 2 = pai, mãe e filhos (nuclear)
3 = pai, mãe, filhos, avôs (família com agregados)
4 = irmãos e outros agregados (família com agregados)
5 = pai, mãe, filhos e outros agregados sem ser avôs (família com agregados)
6 = só os cônjuges sem filhos
7 = pai, mãe, filhos, avôs e outras pessoas (família com agregados)
- 96 = N° de mulheres adultas em casa
- 97 = N° de mulheres adultas em casa com trabalho remunerado
- 98 = N° de compadres vizinhos citados
- 99 = N° de compadres vizinhos parentes citados
- 100 = N° de parentes vizinhos citados
- 101 = N° de parentes vizinhos citados para apoio moral
- 102 = N° de vizinhos não parentes citados
- 103 = N° de vizinhos não parentes citados para apoio moral
- 104 = N° de parentes vizinhos citados para empréstimo de coisas
- 105 = N° de vizinhos não parentes citados para empréstimo de coisas
- 106 = N° de vizinhos parentes citados para empréstimo de dinheiro
- 107 = N° de vizinhos não parentes citados para empréstimo de dinheiro
- 108 = Anulada

- 109 = N° de vizinhos parentes citados para emprego
- 110 = N° de vizinhos não parentes citados para emprego
- 111 = N° de vizinhos parentes citados para cuidar de crianças
- 112 = N° de vizinhos não parentes citados para cuidar de crianças
- 113 = Total geral de todas as pessoas citadas (maior que V. 81)
- 114 = N° de pessoas casadas em cada do entrevistado
- 115 = Porque mulher não trabalha fora
- 116 = Com quem as crianças ficam
- 117 = Profissão do entrevistado
- 118 = Casa própria
- 119 = Participação do entrevistado em grupos de mães e idosos
- 120 = Estado civil do entrevistado
- 121 = % dos citados que são homens
- 122 = N° de homens citados
- 123 = N° de citados nascidos no bairro
- 124 = N° de citados nascidos fora de Fpolis
- 125 = N° de citados nascidos em Fpolis, mas não no bairro
- 126 = N° de parentes próximos citados
- 127 = N° de parentes distantes citados

- 128 = N° de não parentes citados
- 129 = N° de vizinhos citados
- 130 = N° de citados que moram em Fpolis, mas não no bairro
- 131 = N° de citados que moram fora de Fpolis
- 132 = Média de anos no bairro dos citados
- 133 = N° de colegas de trabalho citados
- 134 = Média da situação econômica dos citados
- 135 = N° de políticos citados
- 136 = Total dos citados
- 137 = N° de pessoas na casa acima de 60 anos
- 138 = N° de pessoas na casa acima de 50 anos
- 139 = N° de pessoas na casa que são aposentados ou recebem renda sem trabalhar
- 140 = N° de vezes que o cônjuge é citado
- 141 = N° de vezes que o cônjuge é citado para lazer
- 142 = N° de vezes que o cônjuge é citado para atividades do lar
- 143 = N° de parentes citados para apoio moral
- 144 = N° parentes citados para empréstimo de coisas
- 145 = N° de parentes citados para empréstimo de dinheiro
- 146 = N° de parentes citados para emprego

- 147 = N° de parentes citados para cuidar de crianças
- 148 = N° de pessoas citadas para cuidar de crianças
- 149 = N° de pessoas citadas para emprego
- 150 = Nada
- 151 = N° de vizinhos citados para atividades religiosas
- 152 = N° de pessoas citadas para atividades religiosas
- 153 = N° de pessoas citadas para motivação ao recrutamento em grupos cívicos
- 154 = N° de pessoas citadas para motivação ou acompanhar para fazer atividades no CSU

A N E X O N º 4

**DADOS DE TODAS AS ENTREVISTAS DE ACORDO À
ORDEM DAS VARIÁVEIS NO ARQUIVO**

Observação:

- Entrevistas de 1 a 15 = sócios do Saco dos Limões
- Entrevistas de 16 a 29 = sócios da Coloninha
- Entrevistas de 30 a 44 = não sócios da Coloninha

VARIÁVEIS 1 a 25

1 P 29 M 3 0 MT N P 1 1 5 -8 3 100 2 1 1 B S 12 A 70 1 1 0
2 P 39 M 4 0 MT O P .5 1 5 1 3 100 3 1 1 D S 6 A 70 1 2 0
3 P 59 M 2 0 MT N O P .5 2 3 1 0 40 5 0 1 B V 13 T 65 1 1 0
4 P 63 M 2 0 MT O P .5 1 5 1 0 33 15 1 1 D E 4 A 90 1 1 0
5 P 41 M 2 0 MT O O P .5 1 2 1 2 30 6 0 1 D E 11 T 54 1 2 0
6 P 42 M 4 0 MT O D 1 1 5 1 1 10 8 0 0 O P O A 220 3 2 0
7 P 42 M 4 0 MT N O P 1 1 5 0 1 19 9 1 1 B E 1 T 120 1 1 0
8 P 46 M 3 0 MT O O 2 2 3 1 2 32 7 1 1 O E 16 T 60 1 1 0
9 P 61 M 1 T M T O P .5 2 3 1 0 39 8 0 1 B V 11 A 95 2 1 0
10 F 15 F 2.5 MT O MN P 0 2 2 1 0 2 8 0 0 D S 2 T 60 2 1 72
11 M 28 F 1 0 MT N P .5 2 2 0 3 100 5 0 1 B P 15 T 33 1 1 0
12 M 41 F .5 0 0 MN O 2 2 2 1 2 25 5 1 1 B C 1 T 40 1 1 7
13 P 58 M 3 0 0 MT O 2 2 5 0 3 100 3 1 1 B V 7 A 84 1 1 0
14 M 31 F 2 0 MT N P 1 2 2 -8 0 1 7 0 -8 D D 1 M -7 1 1 0
15 M 25 F 4 0 MT N P 1 1 5 -8 3 100 2 1 1 B P 6 A 90 1 P 0
16 M 29 F 3 0 T M P .5 1 5 1 3 100 7 1 1 B S 4 A 157 2 P 52
17 P 45 M 2 0 MT O P 2 2 4 1 3 100 8 0 N B S 6 A 120 1 1 0
18 P 49 M 4 0 0 M O 1 1 5 0 1 5 12 1 1 O S O A 160 2 1 0
19 F 25 M 3.5 M T O O .5 1 2 1 3 100 0 0 1 B S 3 A 96 1 1 52
20 P 35 M 3 0 MT O P .5 2 3 1 1 28 6 0 1 D E 4 T 126 2 P 52
21 F 22 F 3.5 MN T O O .5 2 4 0 1 10 3 1 0 B A 1 A 72 2 P 0
22 M 31 F 1 0 T MN P 2 2 4 1 2 15 6 0 1 B C 2 T 48 1 2 52
23 F 31 F 2.5 0 MT N O 2 2 5 1 2 9 2 1 1 B C 5 A -7 2 0 190
24 M 46 F 1 0 0 MN P 2 2 2 1 1 23 7 0 1 B S 2 M 78 1 1 0
25 M 55 F .5 0 0 MN P 2 2 5 0 1 8 6 1 0 D S 1 A 105 1 1 10
26 M 67 F 0 0 0 MN P 2 2 2 0 1 39 5 0 1 B C 2 T 72 1 1 56
27 I 20 F 2.5 0 MTN O P .1 2 4 0 1 2 3 1 0 D C O A 80 1 1 0
28 M 60 F 1 0 0 MN O 2 2 2 1 1 25 5 0 1 D S 1 M 48 1 1 192
29 M 38 F .5 0 0 MN P .5 2 4 1 2 25 6 1 1 B V 11 T 99 2 1 60
30 P 52 M 3 0 MT O P .5 1 5 1 1 20 5 1 1 B V 6 T 91 1 1 0
31 P 72 M 3 0 0 0 0 .5 2 5 0 1 12 14 0 1 O E 2 A 110 1 1 0
32 I 55 M 1.5 0 0 MN O 2 2 2 1 2 8 7 0 0 B V 4 T 78 1 1 0
33 P 30 M 2.5 0 T MN P .5 2 5 0 0 10 8 0 0 -9 -9 2 T 70 2 P 0
34 P 48 M 1.5 0 0 MT P 2 2 3 1 2 20 3 0 1 B C 3 T 60 1 1 0
35 M 36 F 2 0 0 MT P 2 2 5 0 0 16 8 1 1 B S 3 A 200 2 P 20
36 M 55 F .5 0 0 MN O P 1 2 3 1 2 25 6 0 1 B S 3 T 50 1 1 182
37 M 43 F 1 0 MTN MN P 2 2 3 0 1 15 7 0 1 N -8 5 T 75 1 1 7
38 M 27 F 1.5 0 0 MN P 2 2 1 1 0 15 7 0 0 B V 5 M 15 -8 1 0
39 M 21 F .5 0 0 MTN O 2 2 2 0 2 1 4 0 1 B O O T 52 1 1 0
40 M 44 F 1 0 0 MTN P .5 2 5 0 0 14 6 0 0 D S 5 T 60 1 P 0
41 M 56 F 1 0 0 MTN P .5 2 1 -8 3 54 5 0 1 B C 5 T 35 1 1 0
42 M 42 F 1.5 0 0 MN O .5 1 5 1 2 5 7 1 1 B A 4 A 170 2 1 0
43 M 58 F 0 0 0 MTN P .5 2 2 1 2 28 3 0 1 B C 3 T 54 1 1 10
44 M 43 F 3 0 M T P .5 2 5 1 1 19 6 1 1 B A 1 A 200 3 P 10

VARIÁVEIS 26 a 49

1 0 52 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 0 0 0 0 0 1 0 14 3 S 0 1
2 0 60 6 24 0 2 0 1 0 PD 0 2 0 0 3 0 0 2 0 150 4 S 1 .5
3 0 0 0 3 0 0 0 0 0 0 PD 1 -8 0 0 2 0 1 0 0 7 3 S 1 1
4 72 2 0 1 0 1 1 3 2 E 0 0 0 0 2 0 1 0 2 10 4 S 1 .5
5 72 0 10 1 1 0 2 0 0 PD 0 0 0 0 0 0 1 0 1 360 6 S 0 1
6 0 0 0 0 6 0 0 0 0 0 C 0 1 2 0 5 0 0 0 2 365 5 S 1 0
7 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 E 0 1 0 0 0 0 0 0 0 600 0 SP 1 .5
8 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 M 0 0 0 0 4 0 1 0 0 365 4 S 1 1
9 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 C 0 2 0 0 13 0 0 0 0 10 0 SP 1 .5
10 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 0 0 0 1 0 1 0 1 0 S 1 -7
11 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 -8 0 3 0 0 0 0 0 0 4 5 1 1
12 0 5 0 3 0 0 0 0 0 0 M 0 2 0 4 0 0 0 0 1 30 5 S 1 1
13 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 PD 0 1 0 0 1 0 0 0 0 1095 2 S 1 1
14 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 D 0 0 0 0 0 0 2 0 0 0 0 0 -7 0 -7
15 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 E 0 2 0 0 0 0 0 0 0 0 5 S 3 1
16 52 52 104 0 15 1 1 0 0 C 0 0 0 0 0 0 0 0 1 1 30 11 S 3 1
17 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 C 0 1 0 0 0 0 1 0 0 30 1 S 0 .5
18 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 D 0 1 1 0 1 0 0 0 1 7 2 S 0 -7
19 0 150 0 20 0 1 0 2 0 0 D 0 0 0 0 0 1 0 0 3 0 7 11 SP 3 .5
20 52 52 52 15 0 1 0 1 0 A 0 0 0 0 0 0 0 0 1 1 7 11 SP 3 .5
21 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 A 0 1 0 1 1 0 0 0 0 100 1 S 1 -7
22 2 0 0 1 0 0 0 0 0 0 D 0 1 0 0 0 2 0 0 1 7 5 S 1 1
23 442 0 0 1 2 0 0 0 0 0 D 0 1 0 0 0 0 0 0 0 30 5 SP 3 1
24 0 0 0 2 0 0 0 0 0 0 A 0 0 0 0 0 0 0 0 1 7 5 S 1 .5
25 10 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 0 1 0 0 0 0 0 15 3 S 1 .5
26 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 M 0 1 0 1 1 0 0 0 0 1825 4 -7 1 .5
27 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 2 0 0 0 1 0 0 0 730 0 S 2 -7
28 192 0 0 1 0 4 0 0 0 0 A 1 -8 0 1 0 1 0 0 0 150 8 S 3 .5
29 192 0 0 4 0 0 0 0 0 0 A 0 1 0 1 0 0 0 0 2 270 4 S 0 1
30 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 -8 4 S 2 1
31 6 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 7 0 -7 0 -7
32 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 365 0 S 0 0
33 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 720 1 SP 1 .5
34 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 365 0 S 0 .5
35 48 0 0 0 0 0 1 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 7 2 S -7 .5
36 104 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 4 1 S 1 .5
37 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 7 2 S 1 0
38 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 1 1 3 5 3 .5
39 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 60 0 S 0 -7
40 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 270 1 S 2 .5
41 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 -8 0 -7 0 0
42 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 -8 0 S 0 -7
43 10 0 0 0 0 0 0 0 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 7 1 S 0 .5
44 114 0 0 0 0 0 1 0 0 -8 -8 -8 0 0 0 0 0 0 0 -8 0 S 0 .5

VARIÁVEIS 50 a 65

1	2	0	0	4	42.8571	0	4	3	0	5	2	6	1	42.8333	9	1
2	2	1	1	5	49.3	6	5	5	1	10	0	4	6	34.4	18.4	4
3	1	0	3	7	43.2857	12	3	11	9	12	2	9	4	24.0909	21.9091	1
4	0	0	2	4	44	6	0	7	2	2	5	3	4	8	14	2
5	0	0	1	3	35.6667	14	4	14	10	13	5	13	5	25.7333	14.4	5
6	1	1	1	5	48.8889	6	0	9	9	9	0	3	6	10.6667	9.55556	3
7	2	2	0	6	45.087	19	0	23	14	23	0	14	9	12	8.2	0
8	2	0	1	5	54.7273	7	1	10	5	11	0	6	5	39.8333	18	0
9	0	0	1	5	50.1111	18	7	11	5	18	0	12	6	29.375	38.6364	0
10	6	1	1	8	26.5833	0	5	4	7	7	5	7	5	12.7143	2	0
11	3	0	0	5	46	0	0	5	1	5	0	4	1	25	7	1
12	2	1	1	4	48	1	0	6	4	7	0	3	4	20.3333	11.5	2
13	0	0	2	4	56.75	4	0	4	1	4	0	4	0	27.5	27.5	3
14	1	0	0	3	55.6667	0	1	5	1	6	0	1	5	29	8	0
15	0	0	0	2	48.8571	8	9	5	0	14	0	10	4	38.5714	0	0
16	2	0	1	5	45.375	1	1	6	2	8	0	8	0	24.25	10	0
17	1	2	1	6	34.5455	7	5	6	4	11	0	11	0	18.3636	17.2	4
18	0	1	4	6	51.875	8	0	8	8	8	0	6	2	27.5	11.625	0
19	0	0	1	2	29.3333	6	1	5	6	6	0	5	1	18.5	7.33333	0
20	3	0	1	5	49.35	15	0	19	5	20	0	6	14	7.66667	11.7778	11
21	0	0	4	5	34	4	0	7	3	4	3	0	7	0	7.66667	0
22	3	1	0	6	48	0	1	9	1	11	0	9	2	27.5556	15.1111	10
23	0	0	2	6	24.8	3	2	12	14	14	1	13	2	10.1538	7.39462	0
24	1	0	2	4	33.6429	8	6	7	2	14	0	13	1	15.6154	13.5	1
25	0	0	3	4	44.125	2	0	8	4	8	0	6	2	9	18.25	3
26	0	0	1	3	56.8462	3	0	13	11	13	0	13	0	25.2308	22.6	5
27	2	0	1	5	23	2	0	3	3	3	0	0	3	0	3	0
28	0	1	1	3	37.3077	0	0	13	13	13	0	13	0	9	8.23077	0
29	1	1	1	6	38.9091	5	0	8	3	9	2	9	2	15.8889	17.1667	5
30	1	1	2	6	33.5	6	0	6	1	3	3	4	2	15.2	7.75	0
31	1	0	3	6	59.7778	9	4	5	7	9	0	6	3	44.8333	19.2857	0
32	0	1	2	3	55.6	11	3	8	14	14	1	15	0	34	18.5	0
33	3	0	1	6	28.4	1	1	4	5	5	0	5	0	13.6	5	0
34	2	3	2	8	48.3	5	0	10	2	7	3	3	7	5	17.8	7
35	2	2	1	6	39.8333	3	0	6	1	6	0	2	4	7	16	5
36	1	2	3	8	56.125	1	1	7	2	8	0	4	4	26.6	25.5	0
37	0	0	0	3	43.7059	7	0	15	4	17	0	17	0	15	22.2857	9
38	4	0	1	5	49.4667	5	0	14	2	13	2	15	0	18.8	9	5
39	2	0	1	4	42.25	0	0	11	12	12	0	12	0	11.0833	3.5	10
40	1	2	1	5	45.8	0	0	5	3	5	0	5	0	13.6	12.8	4
41	0	0	2	2	32.4545	5	5	6	0	11	0	8	3	33	0	0
42	2	1	1	6	50.125	2	0	8	4	8	0	3	5	6.33333	11	0
43	0	0	3	3	44.2727	2	0	10	7	7	4	11	0	9.45455	7.42857	0
44	4	2	0	8	52.3	2	0	9	1	10	0	2	8	25	10.5	5

VARIABLES 66 a 82

0 1 3 4 2.14286 5 3 1.5 .285714 0 1 1 0 0 0 0 7
 0 1.2 2 7 2.5 6 1.6 .4 .7 2 1 1 0 2 1 1 10
 5 1.35714 1 8 2.20833 13 1.14286 .428571 .714286 2 0 0 0 0 0 0 14
 0 2 0 7 3.28571 7 .857143 1.14286 .571429 2 2 3 1 0 0 0 7
 0 1.44444 2 9 1.94444 16 1.55556 .277778 .888889 3 2 0 0 0 0 0 18
 3 1.77778 4 5 3 9 1 .222222 1.11111 2 1 0 0 3 0 0 9
 0 1 5 18 3.34783 20 .521739 .347826 1.82609 6 0 17 0 0 0 0 23
 2 1.27273 5 3 1.63636 7 3.09091 .727273 .909091 4 0 3 0 1 0 3 11
 0 .777778 9 9 2.59375 18 3.11111 0 .833333 5 0 0 0 0 0 0 18
 0 1.5 2 10 2.08333 1 2 0 .166667 3 3 3 0 0 0 0 12
 1 .8 4 1 .8 3 5.2 .4 .6 1 3 0 0 0 0 0 5
 1 1.42857 6 1 1.42857 5 2.14286 1.14286 .714286 1 1 1 0 0 0 0 7
 0 1 3 1 2.75 4 7.75 0 0 0 0 0 0 0 0 4
 1 1.83333 5 1 2.33333 6 5.83333 0 .333333 1 1 0 0 0 0 0 6
 1 2 5 9 2.92857 14 1.42857 0 .357143 11 5 5 0 0 0 0 14
 0 2 1 7 3.5625 8 1.5 .25 .375 8 1 7 0 0 0 0 8
 4 1.27273 3 1 2.18182 11 0 .272727 1.18182 8 2 0 0 0 0 0 11
 5 2 5 3 4 8 2.25 1.375 0 1 1 0 0 0 0 8
 0 1.16667 0 5 3.41667 3 .166667 .333333 .333333 3 1 3 3 1 0 2 6
 3 1.65 9 10 1.65 17 2.05 .1 .45 6 1 2 0 0 0 0 20
 0 1.14286 3 3 1.71429 6 .714286 1.28571 .714286 0 0 3 1 0 0 1 7
 0 1 0 7 .65 11 3.81818 .727273 .272727 0 0 1 0 0 0 7 11
 0 .933333 5 7 2.33333 1 0 .0666667 .133333 2 4 12 4 1 0 0 15
 0 1.21429 3 9 1.75 14 .642857 .357143 1.35714 1 1 1 0 0 0 0 14
 0 1.25 4 4 2.5 8 1.25 0 .975 0 0 5 0 0 0 1 8
 0 1.38462 8 0 .125 8 2.38462 .923077 .692308 2 1 5 0 0 0 0 13
 0 1.33333 1 0 3 1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 3
 0 1.69231 2 9 2.19231 12 1.30769 1.84615 .923077 10 1 10 0 0 0 0 13
 2 1.72727 3 8 1.5 10 1.36364 .909091 .727273 2 2 5 1 0 3 0 11
 1 1.5 0 6 3.41667 6 .166667 .166667 1.5 3 1 1 1 3 0 1 6
 0 1.44444 6 3 3.33333 9 3.2 .4 0 0 0 0 0 0 0 9
 0 1.53333 4 2 .45 14 1.06667 .2 .666667 1 1 0 0 0 0 0 15
 0 1.6 3 2 2.6 5 .8 0 .6 1 1 3 3 0 0 0 5
 0 .9 8 2 1.11111 8 3.6 .3 .2 1 0 2 0 0 1 0 10
 1 1.16667 3 3 2.83333 6 4.16667 0 .666667 0 0 2 2 0 1 0 6
 0 1 6 2 .785714 6 3.875 .75 .375 1 0 2 0 0 1 0 8
 0 1.23529 4 10 2.30769 17 2.375 .3125 .25 1 1 3 1 0 9 0 17
 0 .933333 10 0 .807692 10 1.13333 .466667 .0666667 1 1 5 0 4 0 0 15
 0 1.83333 1 10 2.72727 12 .333333 .583333 1 10 0 11 0 0 10 0 12
 0 1.2 5 0 .8 4 2 .4 .6 3 3 0 0 3 0 0 5
 0 .909091 4 6 1.40909 3 0 .0909091 .545455 0 0 2 2 0 0 0 11
 0 1 5 2 1.8 7 2.75 .125 .625 0 0 0 0 0 1 0 8
 0 1.45455 7 3 .583333 9 .636364 .909091 1.09091 0 0 3 1 0 3 0 11
 0 1 6 4 1.88889 8 2 .2 .2 1 1 2 0 0 0 0 10

VARIABLES 83 a 95

1	2	0	0	2	7	0	0	3	0	3	2	0	2
2	4	2	0	3	10	0	10	3	1	3	0	0	2
3	1	2	0	2	14	0	14	6	1	3	2	0	5
4	4	3	0	3	5	2	5	4	1	4	0	0	2
5	4	1	0	1	15	3	15	7	1	5	1	0	2
6	3	0	0	3	5	4	0	4	0	5	0	0	2
7	3	1	0	2	9	14	0	17	0	4	2	1	2
8	1	0	0	2	11	0	11	2	1	5	2	0	5
9	1	0	0	3	6	12	11	7	0	3	2	0	2
10	0	0	3	0	5	7	7	0	0	2	0	3	1
11	0	1	0	2	4	1	4	1	1	3	2	0	2
12	0	0	0	2	5	1	5	1	1	5	0	0	1
13	2	1	0	0	3	0	3	1	1	3	2	0	2
14	2	0	0	1	1	0	5	1	0	4	2	0	2
15	4	0	0	1	13	1	13	6	1	2	2	0	6
16	6	1	0	1	8	0	8	1	1	7	1	0	5
17	2	1	0	2	7	4	7	1	1	4	0	1	2
18	1	0	0	3	1	7	1	1	1	4	1	0	2
19	1	0	0	2	3	3	3	4	1	2	1	0	1
20	5	0	0	4	20	0	20	8	1	4	1	0	2
21	0	0	2	2	0	7	4	1	0	0	1	0	2
22	3	1	0	0	4	7	4	0	1	3	0	1	2
23	0	0	6	0	15	0	15	4	1	0	1	0	2
24	5	0	0	1	13	1	13	4	1	3	1	0	2
25	4	0	0	1	5	3	5	0	1	7	0	0	5
26	2	0	1	1	13	0	13	0	1	7	1	0	2
27	0	0	1	2	0	3	0	0	0	3	0	0	5
28	0	0	1	0	13	0	13	9	1	5	0	0	1
29	2	0	1	1	8	3	8	1	1	5	1	0	2
30	2	0	0	2	2	4	0	3	0	4	2	0	7
31	1	0	0	3	3	6	0	0	0	5	2	0	5
32	0	0	2	2	11	4	11	1	1	6	0	0	4
33	4	0	3	2	0	5	4	2	0	4	1	0	3
34	3	0	1	2	4	6	4	0	1	4	0	3	2
35	5	0	1	1	5	1	5	2	1	3	0	0	5
36	1	0	2	1	4	4	3	0	0	6	0	1	2
37	0	0	0	0	17	0	17	4	1	4	1	0	1
38	0	0	1	2	8	7	8	0	1	6	0	0	1
39	1	0	0	1	11	1	11	0	1	3	0	0	2
40	5	0	0	0	2	3	2	0	1	3	1	1	2
41	1	0	0	0	0	11	0	0	0	4	0	0	6
42	3	0	1	1	6	2	6	2	1	3	2	0	2
43	1	0	2	0	11	0	11	0	1	5	0	0	2
44	3	1	0	1	6	4	6	0	1	3	1	0	2

VARIAVEIS 115 a 136

1 -8PFPOC 0 0 5 0 3 6 2 0 7 1 0 40.5 0 1 0 8
2 MPIPOC .461538 6 5 4 4 12 0 1 7 6 0 13 0 1.15385 1 13
3 F-8MPOC .857143 12 3 1 10 3 2 9 9 4 0 7.57143 5 1.35714 0 14
4 F-8EPOC .857143 6 0 3 4 0 5 2 3 4 0 .571429 0 2 0 7
5 -8-8MPOC .777778 14 4 6 8 3 5 10 13 5 0 6.43333 0 1.44444 0 18
6 DSEPOC .666667 6 0 0 9 0 0 9 3 6 0 .463768 3 1.77778 0 9
7 -8SFPOC .826087 19 0 19 4 9 0 14 14 8 1 1.30435 0 1 0 23
8 ASFPOC .636364 7 1 7 3 6 0 5 6 1 4 2.32039 2 1.27273 3 11
9 O-8APOC 1 18 7 4 7 13 0 5 12 6 0 3.8943 0 .777778 0 18
10 DSAPOS 0 0 5 4 0 0 5 7 7 3 2 .669173 0 1.5 0 12
11 -8PFPI C .1 1 2 3 4 6 3 1 9 1 0 1.74825 1 1.4 0 10
12 ISLP0D .142957 1 0 3 3 3 0 4 3 3 1 .406667 1 1.42857 0 7
13 V-8APOC .9 9 6 4 0 6 3 1 10 0 0 2.1125 0 1 0 10
14 -8PFAOC 0 0 1 6 0 6 0 1 1 6 0 .173653 1 1.85714 0 7
15 -8-8FE0C .571429 8 9 5 0 14 0 0 10 4 0 2.98343 1 2 0 14
16 -8PFPOC .111111 1 1 7 0 7 0 2 9 0 0 1.15263 0 2 0 9
17 RSMAC 0C .636364 7 5 4 2 7 0 4 11 0 0 1.00498 4 1.27273 0 11
18 RSFAOC 1 8 0 1 7 0 0 8 6 2 0 .789474 5 2 0 8
19 V-8FPOS .875 7 1 4 2 0 0 8 5 3 0 .341014 0 1.375 3 8
20 RPFPOC .681818 15 0 9 12 17 0 5 7 15 0 .221757 3 1.68182 0 22
21 -8-8FPOS .444445 4 0 6 2 1 3 5 1 6 2 .0403226 0 1.11111 1 9
22 -8SMPOC .0714286 1 2 11 0 12 0 2 11 3 0 1.0916 0 1 7 14
23 -8-8CPOS .222222 4 2 9 5 0 1 17 15 0 3 .542957 0 .944445 0 18
24 DSLPIC .631579 12 6 4 6 14 0 5 17 2 0 .836121 0 1.15789 0 19
25 V-8LPOC .272727 3 0 9 1 5 0 6 9 1 1 .248387 0 1.27273 1 11
26 A-8LPI C .214286 3 0 12 2 2 0 12 14 0 0 1.0216 0 1.35714 0 14
27 -8PMCO S .5 3 0 5 0 0 0 6 0 1 5 0 0 1.33333 0 6
28 VSLP2V .0434783 1 0 19 2 0 0 23 21 2 0 .589235 0 1.52174 1 23
29 RSCPIC .466667 7 0 9 1 6 4 5 11 4 0 .470109 3 1.66667 1 15
30 -8SFPOC 1 6 0 1 5 2 3 1 4 2 0 .203209 1 1.5 1 6
31 AEACOC 1 9 4 4 1 2 0 7 6 1 2 .70235 0 1.44444 0 9
32 A-8ACOD .733333 11 3 4 4 0 1 14 15 0 0 1.28141 0 1.53333 0 15
33 -8PECOC .2 1 1 0 4 0 0 5 5 0 0 .168735 0 1.6 0 5
34 OSOPOC .5 5 0 4 6 5 3 2 3 7 0 .0363196 0 .9 0 10
35 ISLP0C .5 3 0 6 0 5 0 1 2 4 0 .0334129 1 1.16667 0 6
36 FSLP0C .125 1 1 6 1 6 0 2 4 1 3 .311475 0 1 0 8
37 -8-8MPOV .4 8 0 18 0 16 0 4 20 0 0 .671141 0 1.25 0 20
38 DPMAD .333333 7 0 2 17 14 3 4 21 0 0 .803419 0 .904762 0 21
39 OVLEOC 0 0 0 11 0 0 0 12 12 0 0 .277093 0 1.83333 0 12
40 DSLPIC 0 0 0 0 5 2 0 3 5 0 0 .140206 0 1.2 0 5
41 V-8LPOC .428571 6 8 0 6 10 0 0 10 4 0 .745491 0 .857143 0 14
42 MSLP0C .222222 2 0 6 3 4 0 5 3 4 2 .0374016 0 1 0 9
43 V-8LPOC .285714 4 0 10 2 0 5 9 13 0 1 .249042 0 1.5 0 14
44 -8EFPOC .2 2 0 9 0 9 0 1 2 0 8 .0469925 0 1 0 10

A N E X O N º 5

NOTAS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS TABELAS

Para entendimento das tabelas, resta esclarecer, que em função dos códigos há três tipos de variáveis. Uma que se define pela afirmativa ou negativa da sua característica, assumindo respectivamente valor "1" (Sim), quando o fenômeno se verifica, ou valor "0" (Não), quando não se verifica. A contagem desta variável corresponderá ao total de vezes em que a resposta for "Sim". A média expressará, portanto, a percentagem da ocorrência (o total de fatos ocorridos dividido pelo número de fatos possíveis). Tomando como exemplo a variável "família nuclear" para o bairro do Saco, serão verificadas 10 ocorrências em 15 famílias pesquisadas, correspondendo o valor ".66" (66%), para a média das famílias do bairro.

Outras variáveis serão do tipo contínuo, podendo assumir qualquer número. Um exemplo poderia ser a variável "número de pessoas em casa". Neste caso, a média corresponde à soma de todos os membros das casas dividido pelo total das casas. No caso do Saco dará uma média de "4,6" pessoas por casa.

O último tipo corresponde às variáveis discretas, quando será observada a frequência de ocorrências em determinados intervalos de variação estipulados em uma escala. Por exemplo, a variável "renda familiar": 0 = 0; 1 = até um salário mínimo; 2 = até 3 salários mínimos, e assim sucessivamente. Neste caso a média será calculada dividindo-se o somatório dos produtos (frequência observada no intervalo X valor médio do intervalo) pela soma das frequências de todos os intervalos. No caso da "renda familiar" para o bairro do Saco, a média será de "3,6". Ou seja, estará localizada entre o terceiro e quarto intervalo da escala.

A variável morador de um bairro (Saco ou Coloninha) fa

rã parte do tipo de variáveis que se definem pela afirmativa ou negativa da condição. No caso de todas as tabelas, a condição de morador do Saco dos Limões sempre representará a afirmativa, portanto a correlação deverá assumir a forma positiva ".X".

Os valores das correlações se expressarão de forma negativa "-X", quando indiquem a tendência maior do fenômeno relacionada à Coloninha.

No caso das tabelas onde a comparação seja feita entre "Sócios" e "Não-Sócios" da Coloninha, a correlação positiva corresponderá aos "Sócios" e a negativa aos "Não-Sócios".